

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CRISTIANA VERÔNICA MUELLER

**O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

PORTO ALEGRE

2013

CRISTIANA VERÔNICA MUELLER

**O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Susana Arrosa Soares

PORTO ALEGRE

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Mueller, Cristiana Verônica

O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Cristiana Verônica Mueller. -- 2013.

178 f.

Orientadora: Maria Susana Arrosa Soares.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Internacionalização . 2. Ensino Superior. 3. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. I. Soares, Maria Susana Arrosa, orient. II. Título.

Cristiana Verônica Mueller

O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Dissertação apresentada ao Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Susana Arrosa Soares

Aprovado em: _____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Susana Arrosa Soares

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Martha Lucía Jimenez

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Clarisssa Eckert Baeta Neves

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Sonia Pereira Laus

Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A DEUS por me permitir discernimento e capacidades física e mental de superar os momentos de dor e tornar possível a conclusão desta etapa.

Aos meus pais que me ensinaram a importância do estudo como forma de melhorar a vida.

Ao meu amor Paulo pelo incondicional apoio, carinho, ajuda e companheirismo sem medidas.

À minha família pelo incentivo, compreensão da minha ausência e ajuda durante os momentos de fraqueza.

À minha orientadora, pelos momentos de construção colaborativa, pela flexibilização dos contatos, amizade, atenção e pela compreensão e apoio nos momentos difíceis.

Ao reitor da UNISC que permitiu meu afastamento à realização desta pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho pela redobrada atenção às atividades profissionais durante minha ausência.

Aos amigos, de perto e de longe que incentivaram e colaboraram com o início e término deste trabalho, que compreenderam a sua importância e que souberam respeitar minha ausência de meses sempre torcendo pela minha vitória.

A todas as pessoas vinculadas à UFRGS que permitiram a realização deste trabalho e sempre foram solícitas e estiveram disponíveis a auxiliar com a pesquisa. São elas: toda a equipe da RELINTER, todos os entrevistados; aos secretários dos programas avaliados, aos técnicos e responsáveis das Biblioteca Central e de Ciências Sociais e Humanas.

A pior visão do mundo é a visão daqueles que nunca viram o mundo.

Alexander Von Humboldt

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo a realização de um estudo de caso sobre a dimensão institucional da internacionalização na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Buscando enfatizar a importância do tema da internacionalização no ensino superior, inicialmente apresentou-se a relação existente com o processo de globalização com vistas ao entendimento dos efeitos decorrentes destes processos na forma de organização interna das universidades. Com o objetivo da contextualização e definição teórica do estudo, apresentou-se uma síntese dos principais modelos teóricos de autores que têm tratado do processo de internacionalização no ensino superior com abordagens da dimensão institucional. Assim, o estudo procura enfatizar o entendimento de como este processo vem sendo desenvolvido na UFRGS, a partir das concepções de internacionalização adotadas, bem como, das características da atual estrutura das ações internacionais. Fez parte da pesquisa o estudo de cinco programas de pós-graduação considerados de excelência pela Universidade e que possuem reconhecida atuação internacional. A apresentação da síntese da atuação das gestões da Universidade relativa ao tema da internacionalização no período 1993 a 2011, da criação e atuação da Secretaria de Relações Internacionais e dos cinco programas de excelência, dos dados da mobilidade discente e docente e da cooperação internacional da UFRGS, foi viabilizada pelo uso das seguintes fontes de evidência: informação documental, registros em arquivo e entrevistas com representantes-chave da Universidade e dos programas de excelência. Relativo à estratégia analítica adotou-se a proposição do modelo teórico do círculo da internacionalização para a criação da cultura de integração a partir das nove etapas do processo, a saber: análise do contexto, consciência, comprometimento, planejamento, operacionalização, implementação, revisão, reforço e efeito de integração. Tendo por base tais fatos, concluiu-se o estudo com duas principais constatações. A primeira de que a concepção de internacionalização ainda é pouco clara na UFRGS e a segunda de que ainda não há um processo institucionalizado tendo por base a realidade dos programas avaliados e as características da estrutura da Universidade que indica a existência da fragmentação.

Palavras-chave: internacionalização do ensino superior; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; círculo da internacionalização, dimensão institucional.

ABSTRACT

This study aims to carry out a case study on the institutional dimension of internationalization at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seeking to emphasize the importance of the theme of internationalization in higher education, initially presented the relationship with the globalization process with a view to understanding the effects of these processes in the internal organization form of universities. The contextualization and theoretical definition of the study, present an overview of the main theoretical models of authors who have dealt with the process of internationalization in higher education approaches on the institutional dimension. Thus, the study seeks to emphasize the understanding of how this process is being developed at UFRGS, from the concepts of internationalization adopted, as well as the characteristics of the current structure of international actions. The study of five graduate programs considered of excellence by the university and those who have recognized international actions took part of this research. The presentation of the summary of the management performances of the university on the topic of internationalization in the period from 1993 to 2011, the creation and operation of the Secretary of International Relations and the five programs of excellence, student and professors mobility data and international cooperation of UFRGS, was made possible by the use of the following sources of evidence: documentary material, archival records and interviews with key representatives of the university and programs of excellence. On the analytical strategy adopted the proposition of the theoretical model of the internationalization of the circle to create a culture of integration from the nine stages, i.e.: context analysis, awareness, commitment, planning, operationalise, implementation, review, reinforcement and integration effect. Based on these facts, it is possible to conclude the study with two main findings. The first that the concept of internationalization is still unclear at UFRGS and second that there is not yet an institutionalized process based on the reality of the programs evaluated the characteristics and structure of the University that indicates the existence of fragmentation.

Keywords: Internationalization of higher education; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Internationalization Circle, institutional dimension.

Lista de figuras

Figura 1 - Círculo da Internacionalização	32
Figura 2 - Círculo da Internacionalização - Versão modificada	33
Figura 3 - Modelo Colombiano de internacionalização.....	47
Figura 4 – A estrutura educativa brasileira	60
Figura 5 – Organograma RELINTER.....	75
Figura 6 – Pontos frágeis da internacionalização na UFRGS segundo Modelo de Knight	136

Lista de gráficos

Gráfico 1- Evolução matrícula (presencial e a distância) por Categoria Administrativa (público e privado) Brasil- 2001 a 2010.....	62
Gráfico 2- Modalidade afastamento docente UFRGS por área do conhecimento	88
Gráfico 3- Intercambistas do Brasil na UFRGS- 2007 a 2012.....	90
Gráfico 4- Alunos intercambistas do exterior na UFRGS 2007 a 2012	90
Gráfico 5- Alunos do exterior na UFRGS por modalidade de mobilidade 2007 a 2012	91
Gráfico 6- Alunos estrangeiros PEC-G na UFRGS 2002 a 2012 por região	92
Gráfico 7- Local de origem alunos estrangeiros <i>stricto sensu</i> 1987 a 2012.....	92
Gráfico 8- Alunos UFRGS no exterior por país de destino e área do conhecimento 2004 a 2012	94
Gráfico 9- Projeção anual alunos UFRGS no exterior por área do conhecimento 2004 a 2012	94
Gráfico 10- Alunos UFRGS com Duplo Diploma por curso Graduação 2002 a 2011	95
Gráfico 11- Bolsas PDEE solicitadas Doutorandos UFRGS no Exterior 2004 a 2012 por região	96
Gráfico 12- Convênios internacionais UFRGS assinados últimos 10 anos por País	97
Gráfico 13- Convênios internacionais UFRGS assinados últimos 10 anos por unidade da UFRGS	98

Lista de quadros

Quadro 1- Razões Emergentes- Níveis Nacional e Institucional	30
Quadro 2- Institucionalização de abordagens para a internacionalização de universidades	31
Quadro 3- Grupos de estratégias Programáticas e Organizacionais a nível institucional	39
Quadro 4- Políticas e Programas à internacionalização nível Nacional, Setorial e Institucional	41
Quadro 5- Construção de indicadores de internacionalização	45
Quadro 6- Proposta do modelo de avaliação da internacionalização.....	48
Quadro 7- Motivações e Fases da Internacionalização da Educação Superior do Brasil	53
Quadro 8- Eventos importantes da educação superior no Brasil	57
Quadro 9- Formação docente no exterior dos cinco programas de pós-graduação avaliados	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ABRUC	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
ACE	<i>American Council on Education</i>
ANACEU	Associação Nacional dos Centros Universitários
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANUP	Associação Nacional das Universidades Particulares.
ARII	Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais
ARWU	<i>Academic Ranking of World Universities</i>
AUGM	Associação Universitária Grupo Montevideu
AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
BRAFITEC	<i>Brésil France Ingenieur Technologie</i>
CAMEXT	Câmara de Extensão
CAMGRAD	Câmara de Graduação
CAMPESQ	Câmara de Pesquisa
CAMPG	Câmara Pós-Graduação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CEDEP	Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CETS	Centros de Educação Tecnológica
CHE	<i>Centre for Higher Education Development</i>
CIMES	Conferência Mundial da Educação Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFECUB	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
COMUNG	Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCUR	Conselho de Curadores
CONSUN	Conselho Universitário
COPERBO	Companhia Pernambucana de Borracha Sintética

CREPUQ	<i>Conférence des Recteurs et des Príncipeaux des Universités du Québec</i>
CRIA	Comissão de Relações Internacionais
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DAAD	Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
DECORDI	Departamento de Consultoria em Registros Discentes
DECORDI	Departamento de Controle e Registro Acadêmico
DFG	<i>Deutsche Forschungsgemeinschaft</i> / Fundação Alemã de Pesquisa Científica
EAD	Educação a Distância
EBW	<i>Euro Brazilian Windows</i>
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional de Educação Média
ESCALA	<i>Espacio Académico Común Ampliado Latinoamericano</i>
EUA	Estados Unidos da América
EUBRANEX	<i>European-Brazilian Network for Academic Exchange</i>
FAUBAI	Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais
FIERGS	Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FIES	Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIPSE	<i>Fund for the Improvement of Post Secondary Education</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FULBRIGHT	Comissão para intercâmbio educacional entre os Estados Unidos e o Brasil
FUNADESP	Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Particular
GATS	<i>General Agreement of Trade and Services</i>
IAU	<i>International Association of Universities</i>
ICOTRON	Indústria de componentes eletrônicos
IES	Instituição de Ensino Superior
IESALC	<i>Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe</i>
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFETS	Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
JNICT	Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
LAMEF	Laboratório de Metalurgia Física
MARCA	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados pelo Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos de Graduação no MERCOSUL
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil
MEC	Ministério da Educação do Brasil
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MES	<i>Ministerio de Educación Superior de Cuba</i>
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NAFSA	<i>Association of International Educators</i>
NUFFIC	<i>Netherlands Organisation for International Cooperation in Higher Education</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUI	Organização Universitária Interamericana
PCI	Programa Intercampus
PDEE	Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa Estudantes-Convênios de Pós-Graduação
PETROBRÁS	Empresa Petróleo Brasileiro S.A
PIMA	Programa de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Programa de Português para Estrangeiros
PPGBM	Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular
PPGC	Programa de Pós-Graduação em Computação
PPGE3M	Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais

PPGFis	Programa de Pós-Graduação em Física
PPGQ	Programa de Pós-Graduação em Química
PROBAL	Programa de bolsas para pesquisadores brasileiros e alemães
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PROGESP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPESQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROPET-SUL	Programa Petroquímico do Sul
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RELINTER	Secretaria de Relações Internacionais
SECYT	<i>Secretaría de Ciencia y Técnica de Argentina</i>
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SRII	Secretaria de Assuntos Institucionais e Internacionais
START UP	<i>Student Teaching and Research Training</i>
SUINFRA	Superintendência de Infra-Estrutura
THES	<i>Times Higher Education Supplement</i>
TRIPS	<i>Trade Related Intellectual Property</i>
TWAS	<i>Third World Academie of Science</i>
UAM	<i>Universidad Autónoma de Madrid</i>
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural
UNIAM	Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental
UNIBRAL	Programa de Cooperação Acadêmica em Nível de Graduação entre Brasil e Alemanha
UNILA	Universidade de Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
WM	<i>Webometrics Ranking</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	21
2.1 Globalização e internacionalização da educação superior	22
2.2 Definições, Razões e Modelos de internacionalização	24
2.3 Internacionalização e o sentido da universidade	34
2.4 Internacionalização nas IES.....	37
2.4.1 Estratégias e Políticas	38
2.4.2 Ações e indicadores	42
2.4.3 Benefícios e Riscos.....	48
3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	51
3.1 O desenvolvimento do ensino superior brasileiro e a internacionalização	51
3.2 O sistema de ensino superior brasileiro.....	56
3.3 Programas de cooperação para a internacionalização do ensino superior brasileiro	62
4 O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	65
4.1 Apresentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).....	65
4.1.1 Síntese histórica da trajetória da UFRGS	65
4.1.2 Estrutura atual da UFRGS	66
4.2 As Relações Internacionais da UFRGS	68
4.2.1 Os Planos de Gestão e a internacionalização	76
4.2.2 A mobilidade docente e discente na UFRGS	87
4.2.3 Cooperação institucional	96
4.2.4 Programas de internacionalização promovidos na UFRGS	98
4.3 A internacionalização dos Programas de Pós-Graduação de Excelência da UFRG	101
5 A ANÁLISE DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFRGS	119
6 CONCLUSÕES	137
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICE A – ESTRUTURA METODOLÓGICA DA PESQUISA	151

APÊNDICE B – TABELA RESUMO DAS AÇÕES INTERNACIONAIS DE CADA GESTÃO DA UFRGS.....	159
APÊNDICE C – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS	165
ANEXO A – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DAS IES BRASILEIRAS	173
ANEXO B - COORDENADORES DAS AÇÕES INTERNACIONAIS POR UNIDADE.....	174
ANEXO C - CONSTRUÇÃO DE MODELO DE INDICADORES DE INTERNACIONALIZAÇÃO	175
ANEXO D – TAREFAS E FUNÇÕES DO SETOR DE MOBILIDADE INTERNACIONAL DA UFRGS	177
ANEXO E – ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DA UFGR	178

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização do ensino superior é um tema complexo que tem exigido das instituições de ensino superior, além da compreensão do processo, a definição de metas e de planejamento com estratégias consistentes respeitando as particularidades institucionais a fim de atingir o objetivo principal que é promover e valorizar o desenvolvimento das relações internacionais da universidade.

Os estudos sobre este tema adquiriram maior importância a partir da década de 90, quando o processo passou a ganhar relevância no ensino superior em decorrência do avanço do processo de globalização e de seus impactos nos campos da ciência, da cultura, da economia e das relações internacionais. Foi um período em que as relações entre universidades e centros de pesquisa de inúmeros países foram ampliadas e incentivadas. O número de acordos internacionais aumentou significativamente, especialmente os de cooperação cultural e educacional. Além disso, também houve o aumento da mobilidade de docentes e pesquisadores, bem como de alunos de cursos de graduação e de pós-graduação das mais diversas áreas do conhecimento.

Apesar de sua importância, o processo de internacionalização das universidades, em particular no Brasil, não tem sido objeto de políticas governamentais nem produto de um debate acadêmico e científico nacional com efeitos no interior das universidades. Ainda é reduzido o número de universidades nas quais já teve início o estabelecimento de políticas claras, projetos e ações próprios e precisos voltados ao desenvolvimento das relações internacionais da instituição. O que é mais frequente é a existência de grupos ou centros de pesquisa, de alto nível de excelência, especialmente na pós-graduação, no interior das universidades que desenvolvem relações de cooperação e que realizam intercâmbios com equipes de especialistas estrangeiros. Nesses casos o que se constata é a não institucionalização da internacionalização no interior das instituições, com alguns setores ou grupos de ensino e pesquisa que, de forma autônoma, mantêm inúmeras iniciativas internacionais altamente profícuas e que garantem o reconhecimento da qualidade junto a avaliações externas à universidade.

O estudo do processo de internacionalização do ensino superior e suas características nas distintas dimensões nacional, internacional e institucional é de particular importância, seja na perspectiva da política educacional, seja na perspectiva das relações internacionais. Contar

com quadros profissionais de alto nível de qualificação e com experiência internacional possibilita aos países terem uma atuação internacional eficiente e com resultados positivos. No âmbito das universidades, no campo das relações internacionais as instituições com reconhecido nível de excelência constituem-se pólos de atração de pesquisadores e alunos de todo o mundo e, através deles, divulgam no exterior o capital cultural e científico dos países.

Tendo por base tais fatos, este estudo teve como objetivo analisar as características da internacionalização presentes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para tanto, escolheram-se cinco Programas de Pós-Graduação considerados de excelência pela UFRGS: o Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular (PPGBM), o Programa de Pós-Graduação em Computação (PPGC), o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais (PPGE3M), o Programa de Pós-Graduação em Física (PPGFis), e o Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ).

O enfoque teórico privilegiou a dimensão institucional do processo de internacionalização na Universidade sendo definido enquanto “the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of post-secondary education” Knight (2004, p. 11). Segundo esta perspectiva, a internacionalização é um processo que leva as universidades a alterações em toda sua estrutura organizacional e curricular, seus regimes acadêmicos e suas relações com o exterior, sendo que é no nível institucional o espaço onde acontece o verdadeiro processo de internacionalização (Knight, 2005).

Face à importância deste tema é que foi escolhido para ser objeto da pesquisa que deu origem a esta dissertação. Após a realização de levantamentos sobre aspectos da internacionalização de algumas universidades públicas brasileiras, optou-se pela UFRGS, em razão de suas características na área internacional e a situação em que se encontra a internacionalização da instituição, aspecto que foi considerado relevante na definição do objeto a ser pesquisado.

As motivações para o desenvolvimento da pesquisa, da qual este trabalho resulta, decorrem das percepções da crescente presença deste tema em debates internacionais relacionados ao ensino superior, assim como da constatação da relevância desse processo nas relações internacionais e na formação de profissionais que, no futuro, poderão vir a atuar em importantes funções de representação do país no exterior.

Tendo em vista que a internacionalização do ensino superior é um tema da atualidade e pode ter distintas variáveis de acordo com a realidade de cada instituição de ensino superior, chegou-se à seguinte pergunta de partida para essa pesquisa:

Como é desenvolvida a internacionalização na dimensão institucional da UFRGS?

Para além de uma única resposta, a pesquisa objetivou identificar: a) as características e a concepção de internacionalização no contexto institucional da UFRGS e as ações dela resultantes; b) as razões e particularidades que têm impulsionado a inserção internacional dos programas de pós-graduação de excelência.

A hipótese que se procurou por a prova foi a de que a falta de autonomia, planejamento e de recursos financeiros que possui a Universidade são obstáculos para a institucionalização da internacionalização ocasionando a concentração das iniciativas internacionais em programas de pós-graduação que mantém um acumulado de experiências individuais por meio de contatos internacionais próprios.

A estrutura metodológica da pesquisa utiliza o método do estudo de caso e todas as suas etapas conforme é proposto por Yin (2005) e detalhado no APÊNDICE A. Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva. No que se refere aos procedimentos técnicos, ou seja, aos caminhos que propiciaram o levantamento dos dados para a pesquisa, observou-se a importância do uso de múltiplas fontes de evidência, da criação de um banco de dados do estudo de caso e da manutenção de um encadeamento de evidências para ampliar a confiabilidade do estudo de caso. Como fonte de evidência utilizou-se a informação documental, os registros em arquivo e as entrevistas que são referidas por Yin (2010), como as mais utilizadas nos estudos de caso. Relativo à estratégia analítica adotou-se a que prioriza a proposição teórica, neste caso, as etapas do círculo da internacionalização de Knight que guiou igualmente o plano da coleta de dados desse estudo.

O estudo está organizado da seguinte maneira: revisão bibliográfica com apresentação do modelo teórico para o estudo de caso, estreitamento da temática da internacionalização na dimensão nacional brasileira, apresentação da UFRGS enquanto objeto de estudo e descrição dos resultados da pesquisa seguida da fase analítica segundo etapas do modelo teórico adotado e conclusões.

No Capítulo 2, aborda-se a caracterização teórica da internacionalização do ensino superior. Nesse tocante, fez-se a opção teórica proposta por Knight (1994), a qual compreende a internacionalização como um processo cíclico composto por nove etapas e que fundamenta teoricamente esta pesquisa. Por considerar-se essencial a compreensão das mudanças no ensino superior a partir da globalização, busca-se destacar inicialmente a relação existente entre a globalização e a internacionalização além de breves apontamentos sobre as mudanças

no sentido da universidade decorrentes desses processos. A partir disso, apresentam-se, neste mesmo capítulo, os conceitos, os modelos e as razões da internacionalização na dimensão institucional como apoio referencial ao caso estudado.

No Capítulo 3, aborda-se a estrutura do ensino superior brasileiro e elementos da sua internacionalização. Também apresenta-se neste capítulo, um resgate dos eventos importantes do ensino superior do país com atenção à atuação do governo brasileiro na promoção das ações de cooperação internacional em programas de promoção da pesquisa conjunta internacional, essencialmente por meio da atuação das agências de fomento brasileiras, notadamente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq).

Por sua vez, no Capítulo 4, desenvolve-se o estudo de caso da internacionalização na UFRGS. Faz-se uma inicial apresentação da universidade estudada por meio de um resgate histórico e da sua atual estrutura organizacional. Trata-se, neste mesmo capítulo da criação, das mudanças e da atual estrutura da Secretaria de Relações Internacionais da UFRGS. Além disso, faz-se a descrição detalhada do modo pelo qual as gestões da Universidade e entre o período 1993 a 2011 trataram do tema da internacionalização. Também, neste capítulo, são apresentados os dados quantitativos resultantes da pesquisa sobre a internacionalização na UFRGS relativo à cooperação internacional, à mobilidade discente e docente e os programas promovidos na instituição. Por fim, faz-se a apresentação dos programas de pós-graduação analisados e suas informações relativas à internacionalização.

No capítulo 5 faz-se a análise das características assumidas pelo processo de internacionalização no âmbito da UFRGS segundo as nove etapas do modelo criado por Knight para analisar o “Círculo do processo de internacionalização que encoraja a integração”.

Ao final do estudo, conclui-se que a dimensão institucional da internacionalização possui fragilidades no âmbito da UFRGS que são decorrentes de problemas como a falta de clareza na concepção do tema e na sua capacidade de institucionalizar o processo. Também, apresentam-se as características dos cinco programas de pós-graduação avaliados como ilhas com elevada internacionalização, resultante de iniciativas originadas no interior dos Programas.

2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Há diferentes razões que explicam o crescimento da importância da internacionalização na educação superior. As mais frequentemente apontadas pelos especialistas são o processo de globalização e a cooperação acadêmica internacional¹ que têm contribuído para o desenvolvimento de mudanças na educação superior. A primeira delas é marcada pelo aumento gradativo de requisitos acadêmicos e profissionais vinculado às demandas de ordem global por quadros profissionais com elevados níveis de qualificação e especialização. A segunda tem sido baseada na cooperação acadêmica e científica internacional decorrente da necessidade de desenvolvimento de pesquisas especializadas com investimentos por parte do setor público e privado para a criação de inovações e tecnologias avançadas evidenciando as pesquisas colaborativas e que incentivam o aumento do fluxo de pessoas entre diferentes países. Tais fatos têm colocado em questão a capacidade das instituições de ensino superior de responderem aos desafios colocados pela sociedade do conhecimento².

A educação superior não poderia ficar inalterada face às transformações decorrentes das mudanças globais que têm alterado o cenário internacional e, em particular, o papel do conhecimento na economia e nas relações dos países. Dessa forma, Qiang (2003), enfatiza que a educação superior não poderá mais, por muito tempo, ser vista apenas pela perspectiva do contexto nacional e suas características e funções não podem mais estar condicionadas apenas às necessidades decorrentes do processo de desenvolvimento das sociedades nas quais estão inseridas. Ela, também, precisará incorporar em seu planejamento a dimensão internacional, dado que a relação com universidades estrangeiras é de fundamental

¹ A utilização do termo cooperação acadêmica internacional, está relacionada à definição de Sebastián (2004) como: “Conjunto de actividades realizadas entre o por instituciones de educación superior que, a través de múltiples modalidades, implican una asociación y colaboración en los ámbitos de la política y gestión institucional, la formación, la investigación, la extensión y la vinculación con los objetivos del fortalecimiento y la proyección institucional, la mejora de la calidad de la docencia, el aumento y la transferencia del conocimiento científico y tecnológico, y la contribución a la cooperación para el desarrollo”. (SEBASTIÁN, 2004, p.20)

² Apoiamo-nos, aqui, no entendimento epistemológico de Manuel Castells que considera a sociedade do conhecimento como uma sociedade na qual as condições de geração de conhecimento e processamento de informação foram substancialmente alteradas por uma revolução tecnológica centrada no processamento da informação, na geração do conhecimento e nas tecnologias da informação. (CASTELLS, 1999)

importância para o estabelecimento de vínculos de cooperação e intercâmbio nos campos do ensino, da pesquisa científica e da inovação tecnológica. E, é vinculada a estas relações entre Instituições de Ensino Superior (IES) que surge a necessidade da compreensão do processo da internacionalização do ensino superior, seja pela dimensão institucional, nacional ou internacional.

Face ao impacto das transformações econômicas, sociais, tecnológicas e sociais ocorridas nas sociedades no decorrer do século XX, bem como, nos sistemas de ensino superior dos países, consideramos pertinente a inicial compreensão da relação existente entre o processo de globalização e de internacionalização do ensino superior. Assim, a partir de uma abordagem teórica, passamos a apresentar definições e interpretações relativas a estes processos e seus efeitos no ensino superior. Além disso, o presente capítulo apresenta os aspectos teóricos focados na compreensão da dimensão institucional da internacionalização que servem de base à etapa analítica desta pesquisa. Integram este grupo de elementos fundamentais: as razões, as estratégias, as políticas, as ações, os indicadores, os benefícios e os riscos e estes são apresentados a seguir.

2.1 Globalização e internacionalização da educação superior

A globalização e a internacionalização da educação superior são processos complexos que possuem relação de interdependência e se pautam na atual ordem global que compreende novas formas de relações entre pessoas, instituições e países na chamada sociedade do conhecimento. Por serem temas amplos recebem diversas interpretações e definições utilizadas sob distintas perspectivas como a econômica, a política, a cultural e a educacional e podem ser facilmente confundidas, pela sua proximidade. Os termos globalização e internacionalização não são sinônimos, mas, são processos que acompanham e são impactados pelas constantes mudanças sociais, especialmente com as novas formas de comunicação e com o avanço das tecnologias (KNIGHT, 2005).

Os inúmeros estudos sobre a globalização têm sido desenvolvidos a partir de distintas abordagens como a econômica, a política, a sociológica e a educacional. O conceito de globalização, que não tem uma única definição aceita, remete-se a estudos do século XIX e início do século XX, mas, foi nas décadas de 1960 e 1970 que este termo passou a ser mais fortemente estudado. Em virtude do aumento das relações de interdependência econômica, política e cultural internacionais despontaram os debates sobre o futuro de uma sociedade que

se consolidava no modelo capitalista, tornando o modelo global o novo desafio epistemológico (MODELSKI, 1972; WALLERSTEIN, 1974; KEOHANE e NYE, 1977).

Com as mudanças de ordem global, também ocorreram transformações que passam a incorporar e valorizar a ciência e as novas tecnologias. Nesse sentido, Knight e de Wit (1997) referem-se à globalização como um fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores, idéias e outros tantos aspectos através das fronteiras. Segundo estes autores, a globalização afeta cada país de modo diferente devido à sua história, tradições, cultura e prioridades criando distintas dimensões internacionais à educação superior dentro da sociedade internacional pautada no conhecimento. Na perspectiva, de Altbach (2004) a globalização pode ser entendida como um resultado inevitável das amplas tendências econômicas, tecnológicas e científicas que têm afetado diretamente a educação superior e que estas, ao se colocarem alheias às tendências econômicas e sociais passam a se tornar pouco relevantes no cenário internacional.

No campo do ensino superior, a relação entre internacionalização e globalização está, segundo Knight, associada à mudança uma vez que: “Internationalization is changing the world of higher education, and globalization is changing the world of internationalization” (KNIGHT, 2004, p.5). Segundo a definição de Altbach (2009) existe proximidade desses processos ao afirmar que a globalização é uma realidade do século XXI moldada pela economia mundial integrada pelas novas tecnologias de comunicação e informação e pelo surgimento de uma rede internacional do conhecimento e; já a internacionalização é definida como a variedade de políticas e programas que as universidades e os governos implementam para responder à globalização.

Globalization and internationalization are seen as very different but related processes. Globalization is defined as “the flow of technology, economy, knowledge, people, values, [and] ideas ... across borders. Globalization affects each country in a different way due to a nation’s individual history, traditions, culture and priorities” (knight and de Wit, 1997, p.6). Globalization is positioned as part of the environment in which the international dimension of higher education is becoming more important and significantly changing. (KNIGHT, 2004, p. 8)

Conforme Gacel-Ávila (2003), a internacionalização da educação passou a ganhar espaço no século XX e esteve originalmente vinculada ao movimento de paz e relação de entendimento entre as pessoas. Ainda segundo a autora, teve destaque no período entre 1960 e 1980 com novas políticas de ajuda internacional e de cooperação, embora tenha mudado e

hoje é vista sob duas principais perspectivas: a comercial e a de cooperação. Para Qiang (2003) é certo que o elemento chave do termo internacionalização é a noção existente entre nações e identidades culturais e por isso a internacionalização do ensino superior é vista como uma forma de um país responder ao impacto da globalização. No caso dos países-membro da União Europeia a resposta veio por meio da criação da Declaração de Bolonha que passou a ser um marco da internacionalização do ensino superior e por essa razão passou a receber maior destaque na pauta das discussões internacionais. A inclusão da internacionalização nas relações internacionais permitiu não apenas a ampliação da agenda das instituições de ensino superior, como também, reestruturou a ordem de prioridades e passou a ser incorporada em reformas educacionais bem como, passou a ser parte integrante das discussões no âmbito de ministérios de educação (TEICHLER, 2004).

A partir de Bolonha a definição de internacionalização do ensino superior passou de uma visão tradicional, baseada exclusivamente à mobilidade de estudantes, para uma mais estratégica de análise de um engajamento de políticas institucionais, nacionais e internacionais. A crescente demanda de competências por parte dos profissionais formados e das universidades, associada ao acelerado aumento da oferta de especialidades e de pesquisas tecnológicas passou a requerer ações conjuntas oriundas da cooperação internacional, permitindo maior centralidade e importância da internacionalização na educação global. Assim, a internacionalização surge em decorrência da globalização e se dá por meio da criação de políticas e estratégias institucionais que possibilitam a interação internacional de novos atores sociais baseados no domínio do conhecimento.

2.2 Definições, Razões e Modelos de internacionalização

Os estudos sobre a internacionalização do ensino superior têm adquirido gradativo espaço nos debates sobre o futuro das universidades num mundo cada vez mais global. Tais estudos estão voltados à compreensão desse complexo processo que tem desenvolvimento constante junto às instituições de ensino superior e enfatizam três aspectos conceituais: 1- as definições teóricas; 2- as principais razões e; 3- os diferentes modelos.

Definições

O conceito de internacionalização do ensino superior tem recebido diversas definições. Segundo Miura (2006), o termo tem passado por mudanças de abordagem desde o final da década de 1980, quando passou a ser objeto de estudos desenvolvidos com mais rigor e passou de uma, até então, abordagem de atividades a uma abordagem de processo.

Na concepção de Knight (1994) a internacionalização nas IES é ampla e constitui-se num processo no qual se integra uma dimensão internacional/intercultural ao ensino, pesquisa e aos serviços de uma instituição. De acordo com a perspectiva desta autora, a internacionalização é um processo dinâmico que ultrapassa a simples realização de atividades no âmbito internacional, até então consideradas indicadores da internacionalização das universidades. Tal mudança conceitual, segundo Miura (2006) decorreu da constatação do crescimento da mobilidade acadêmica de estudantes, professores e pesquisadores; do número de cursos, programas e qualificações com ênfase em temas internacionais e comparativos; da ênfase no desenvolvimento de competências internacionais/interculturais; entre outros elementos.

Segundo Bartell (2003) a internacionalização é um processo avançado de trocas internacionais decorrentes da realidade global. Para este autor, tal processo tem como indicadores a mobilidade de alunos, o desenvolvimento de pesquisas internacionais, a cooperação internacional, a existência e atuação de associações internacionais que possibilitem a formação institucional, setores nas IES focados na internacionalização, a imersão internacional do currículo, entre outros.

Em decorrência das constantes mudanças no cenário internacional a definição de internacionalização do ensino superior também teve modificações conceituais. Na perspectiva de Van der Wende (2001) é importante que a internacionalização não seja caracterizada como um fim em si, mas, um meio de atingir outros objetivos específicos do ensino superior. O mesmo autor enfatiza a importância de a internacionalização representar um conjunto de esforços que busquem a disponibilização de um ensino superior capaz de atender às demandas globais da sociedade, do mercado de trabalho e da economia. Essa definição enfoca a perspectiva global da internacionalização do ensino superior, mas, mostra-se fragilizada ao aspecto institucional.

Nessa mesma perspectiva analítica global, Altbach (2002) avalia criticamente o surgimento dos interesses comerciais voltados à educação superior. O autor alerta à subordinação da internacionalização e das relações acadêmicas internacionais a estes interesses possibilitando a perda da autonomia intelectual e cultural, uma vez que o movimento acadêmico tem a tendência de atender às demandas de mercado. Para os autores Marginson e Rhoades (2002) a internacionalização é definida como a globalização do ensino

superior, uma vez que as relações universitárias e a criação de sistemas integrados são realizados além do espaço nacional.

Dada a diversidade de definições existentes sobre o processo de internacionalização do ensino superior, De Wit (2002) adverte sobre o cuidado que se deve ter no uso do termo internacionalização e sugere alguns parâmetros básicos do conceito:

[...] a medida em que a dimensão internacional da educação superior ganha mais atenção e reconhecimento, as pessoas tendem a usar o termo da forma que melhor satisfaça aos seus propósitos. Uma definição mais focada é necessária para ser entendida com a importância que ela merece. Mesmo se não houver concordância sobre a definição, a internacionalização precisa ter parâmetros para ser avaliada e, portanto, contribuir com a educação superior. Este é o motivo pelo qual o uso de uma definição em construção com uma estrutura conceitual é relevante para internacionalização do ensino superior. (DE WIT 2002, p.114).

Na perspectiva de repensar os conceitos lançados pelo autor De Wit (2002), Knight (2003) redefine sua concepção de internacionalização formulada em 1994 e propõe uma nova construção conceitual focando o processo e as mudanças. A autora incrementa seu conceito por meio da abordagem que valoriza o contexto próprio de cada país e não apenas uma definição global. A nova definição do processo de internacionalização deixa de abordar apenas as razões (*rationales*), os benefícios, resultados, atores, ou *stakeholders* (parceiros) e passa a englobar três níveis: 1- o nacional; 2- o setorial e; o 3- institucional que são englobados na dimensão internacional da educação superior e seu papel na sociedade. A internacionalização em nível nacional, setorial e institucional passa a ser definida como o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária (KNIGHT, 2003).

A perspectiva adotada pela autora prevê a vinculação destes três níveis nacional, setorial e institucional de modo que permita o desenvolvimento do processo de internacionalização no formato de um ciclo de contínuo planejamento, implantação e avaliação de todos os níveis. O institucional refere-se às instituições que promovem o ensino superior e os níveis setorial/nacional remetem aos organismos governamentais ou não-governamentais direta ou indiretamente vinculados à educação, como Ministérios de Educação, Agências de Fomento, áreas de relações internacionais, organizações internacionais, entre outros.

A dimensão institucional é um elemento que compõe as novas interpretações conceituais do processo de internacionalização do ensino superior. A gestão das universidades se depara com o novo paradigma de criar uma cultura voltada à cooperação internacional e de

desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento deste processo de amplitude internacional, assim como, consolidar o espaço universitário como local de difusão do saber global. Segundo Sebastián (2004, p. 16) este é “um processo de introdução da dimensão internacional na cultura e estratégia institucional, em suas funções de formação, pesquisa e extensão e também na projeção de sua oferta e capacidade instalada”. As IES também se deparam com a necessidade de compreender o contexto local no qual estão inseridas para possibilitar o planejamento da projeção internacional. Para De Wit (2010), esta mudança de compreensão do papel estratégico da internacionalização nas IES ocorrida ao longo dos últimos 25 anos, demonstra a alteração deste enquanto processo meramente reativo a um formato planejado na dimensão institucional, nacional e internacional.

As diferentes abordagens, definições e estudos têm demonstrado que este é um fenômeno com diferentes níveis de valorização e de compreensão que são variáveis em função da região do globo, de aspectos políticos, econômicos e culturais. Dessa forma, a abordagem conceitual da internacionalização das universidades evidencia a necessidade de compreendê-la como processo composto por um conjunto de ações, políticas e estratégias institucionais.

Razões (*racionales*)

Assim como há distintas perspectivas relativas à internacionalização do ensino superior, também são apontadas múltiplas razões ou motivações para sua ocorrência nas IES. Para Rama [200?], as novas tecnologias acompanhadas da ampliação do conhecimento em nível global tem sido a primordial razão da internacionalização na América Latina:

El impacto de las nuevas tecnologías está cambiando el panorama global, permitiendo acortar las distancias, expandir la educación transfronteriza, generar la educación virtual y viabilizar no sólo una nueva práctica pedagógica y una educación no presencial, sino la expansión de la sociedad del conocimiento (la “nueva era del acceso”) basada en la autopista de la información para todos los intangibles y, destacadamente, para la educación superior. (RAMA, [200?], p.89).

Segundo Knight e De Wit (1995) há, fundamentalmente, dois grupos de razões para a internacionalização do ensino superior: 1- econômicas e políticas; 2- culturais e educacionais. Outros autores acrescentaram uma subdivisão destas razões em: 1- política; 2- econômica; 3- sociocultural; e 4- acadêmica. Segundo De Wit (apud MIURA, 2006), estas subdivisões em quatro categorias permitem o melhor detalhamento do que Knight (2005) define como as

principais razões que impulsionam a internacionalização, sendo especificadas como: 1-razões políticas que estão relacionadas à política externa, à segurança nacional, à cooperação para o desenvolvimento, à paz e ao entendimento mútuo, à identidade nacional e regional; 2- razões econômicas que possuem vínculo com a competitividade, com o crescimento econômico, o mercado de trabalho, a demanda nacional por educação e os incentivos financeiros para instituições e governos; 3 razões sócio-culturais que compreendem o desenvolvimento social e comunitário, o entendimento intercultural e o vínculo com a identidade cultural e; 4- razões acadêmicas que estão relacionadas à promoção da dimensão internacional da pesquisa do ensino e da extensão, à construção da instituição, à reputação e ao status internacional, à melhoria da qualidade e dos padrões acadêmicos internacionais.

As razões apontadas podem variar de acordo com os níveis institucional, nacional e internacional da internacionalização do ensino superior e modificam-se constantemente por diferentes circunstâncias internas e externas às IES e interesses de atores da internacionalização cabendo, neste caso, aos setores público e privado um papel de destaque. São exemplos dessas interferências a atuação de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO) por meio de políticas que determinam metas aos países no campo da educação, assim como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que vinculam metas econômicas à educação, assim como a ação de governos, como mostra o papel dos países europeus na criação do Processo de Bolonha enquanto nova proposta de criação do espaço europeu do ensino superior.

No nível institucional as particularidades de cada universidade permitem uma diversidade de interpretações das razões à internacionalização. Nesta perspectiva Knight (2004) trás à discussão o surgimento de cinco aspectos no nível institucional e outros cinco a nível nacional e que são apresentados no quadro 1. Os primeiros se referem ao nível Institucional e são: 1- reputação e perfil institucional *-(international branding and profile)-* está vinculado aos propósitos econômico, político, social e acadêmico. O renome da instituição no âmbito regional e global recria as estratégias adotadas e pode, também, modificar as razões da internacionalização. Aliado a isso, surge o fenômeno do reconhecimento dado por *rankings* internacionais que classificam as IES no cenário global sob diversos aspectos da educação e que busca o consequente crescimento da instituição; 2- desenvolvimento de estudantes e professores *-(student and staff development)-* o desenvolvimento de estudantes e professores para o incremento à formação adequada com

competências às demandas locais e globais que motivem à internacionalização; 3- geração de receita -(*income generation*)- voltada à obtenção de benefícios financeiros decorrentes da internacionalização; 4- alianças estratégicas- (*strategic alliances*)- que podem caracterizar-se em novas formas de trabalho conjunto entre IES e motivado por objetivos mútuos e específicos em diferentes áreas como a tecnológica, científica, econômica, social e acadêmica; e 5- pesquisa e a produção do conhecimento – (*knowledge production*)- que está vinculada à dimensão de desenvolvimento de soluções a problemas globais. Com base nestes aspectos, é possível a realização de análises das razões que tem levado diferentes universidades a se internacionalizar.

Já no nível nacional, as razões emergentes se caracterizam em: 1- desenvolvimento de recursos humanos – (*human resources development*)- por meio de estratégias, do recrutamento e do incentivo à permanência e formação de quadro humano de alto nível intelectual e intercultural com capacidade de contribuir ao desenvolvimento do país 2- alianças estratégicas- (*strategic alliances*)- no formato bilateral ou multilateral que permita o desenvolvimento de ensino e pesquisa conjunta que possibilite a competitividade e os benefícios com propósitos culturais, políticos e econômicos ; 3- transações comerciais - (*commercial trade*)- que têm sido de diversas formas com a oferta do ensino superior além fronteiras (*cross-border*) e destaque ao interesse econômico e que ganhou destaque com o *General Agreement of Trade and Services* (GATS) ao incorporar a educação como um dos 12 setores de serviços vinculando a educação superior a um negócio lucrativo; 4- construção da Nação- (*nation building*)- baseado no desenvolvimento do país por meio da cooperação técnica e da ampliação da qualidade do ensino superior ofertado ao cidadão; e 5- desenvolvimento cultural e social- (*social/cultural development*)- voltado à promoção e compreensão da identidade cultural nacional e da interculturalidade, embora recebam pouco destaque se comparado às razões de cunho econômico ou político.

Em suma, esse conjunto de razões emergentes no nível Nacional e Institucional são as que estão expostas a seguir:

Quadro 1- Razões Emergentes- Níveis Nacional e Institucional

Nível	Razões
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de recursos humanos - Alianças estratégicas - Transações comerciais - Construção da nação - Desenvolvimento social/cultural
Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Reputação e perfil institucional - Desenvolvimento de estudantes e professores - Geração de receita - Alianças estratégias - Produção do conhecimento

Fonte: Adaptado de Knight (2004, p. 23)

Quando são avaliadas as razões à internacionalização nas IES a nível nacional, torna-se importante considerar a atuação dos organismos que interferem nas motivações deste processo. Órgãos governamentais como ministérios da educação, da ciência e tecnologia, da educação, entre outros organismos públicos vinculados à educação superior, além do setor privado, representado por instituições e representantes do próprio setor educacional são importantes atores que podem interferir nas mais distintas razões à internacionalização do ensino superior como o incentivo financeiro, à pesquisa e às relações interculturais. Para a construção de estratégias de internacionalização em nível institucional é necessária a compreensão da distinta atuação destes organismos, como forma de motivações externas. Por esta razão alguns modelos teóricos devem ser considerados para a observação desse processo em estudos que abordam essa temática.

Modelos

Nos estudos sobre a internacionalização do ensino superior é possível encontrar quatro principais modelos com distintas abordagens deste tema. O Modelo de Rudzki passou por duas adequações conceituais sendo a primeira delas uma mudança da inicial proposta de avaliação da forma reativa - baseada na resposta a fatores externos- à consideração do modelo na forma pró-ativa – relativa à existência de uma política ou estratégia explícita na IES visando a internacionalização. A segunda adequação aconteceu quando foi criado o Modelo Processual e Fractal de Internacionalização (*fractal process model of internationalization*) que contemplava os seguintes itens: contexto; abordagem; razões; ações/ dimensões/ atividades; monitoração e revisão periódica; mudanças/ posicionamento/ realinhamento/ rearranjo/ reexaminação/ reajuste/ reconceitualização. Neste modelo as razões de internacionalização passaram a considerar os fatores externos e internos das IES que podem interferir nas

Instituições e estas, por sua vez, podem adaptar-se. Também surge o monitoramento da internacionalização nas IES por meio da contínua revisão dos resultados e das melhorias necessárias.

O Modelo Davies desenvolve a análise das mudanças ocorridas na IES a partir de três fatores internos e três externos resultantes do desenvolvimento das estratégias de internacionalização adotadas pelas IES. Os fatores internos são: 1- a missão da universidade; 2- a avaliação de forças e fraquezas dos programas (aspectos econômicos e de pessoal) e 3- a estrutura de liderança organizacional. Os fatores externos são: 1- as percepções externas da imagem e identidade; 2- a avaliação das tendências e oportunidades no mercado internacional; e 3- avaliação da situação competitiva. Através da aplicação deste modelo o autor propõe um método de avaliação do compromisso da IES com sua internacionalização e saber se é de alta ou baixa prioridade.

Quadro 2- Institucionalização de abordagens para a internacionalização de universidades

	<i>Ad hoc</i>	Sistêmica
Marginal/Baixa Prioridade	Internacionalização não institucionalizada	Limitada internacionalização
Central/ Alta Prioridade	Pouca internacionalização e fragmentada	Bastante Internacionalização

Fonte: Adaptado de Davies (2001, 2003 apud MIURA, 2006).

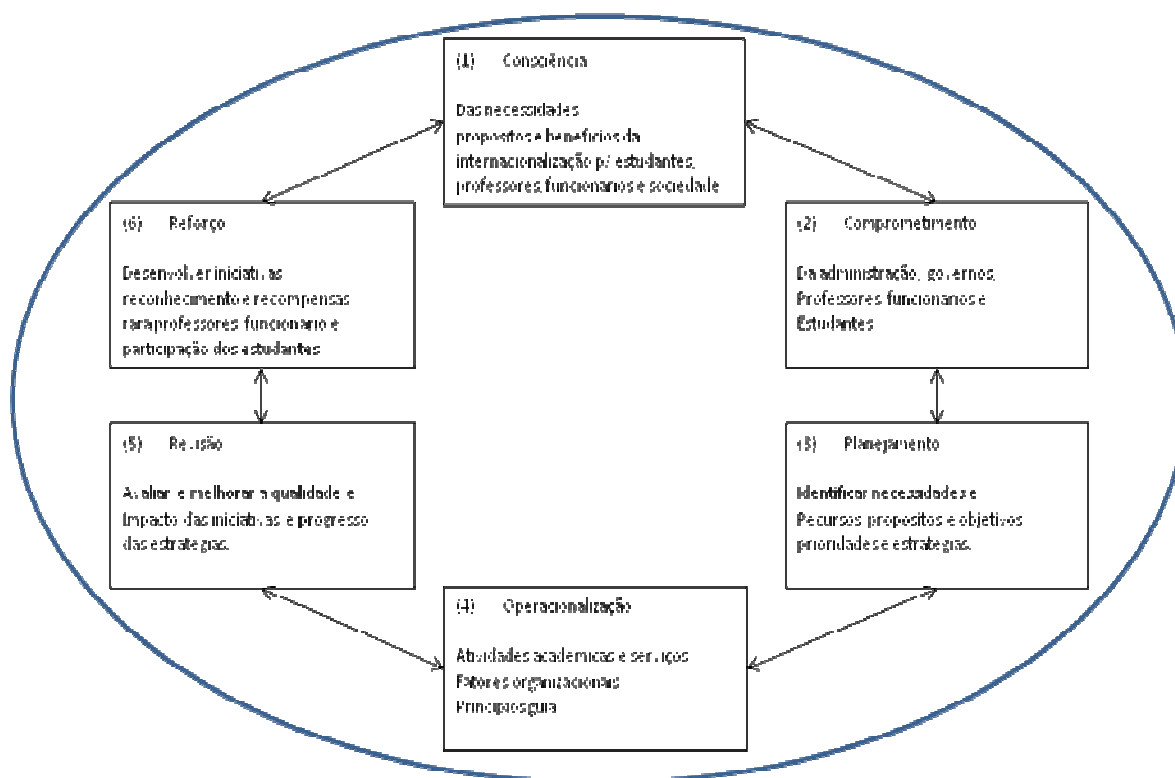
O Modelo de Marijk Van der Wende/NUFFIC que foi direcionado à organização holandesa NUFFIC (*Netherlands Organization for International Cooperation in Higher Education*) foi desenvolvido sob uma abordagem de processo³, interligando três principais condicionantes da internacionalização das IES: 1- objetivos, políticas e estratégias (da própria instituição ou de políticas nacionais); 2- implementação dos objetivos e das estratégias por meio de atividades (mobilidade de estudantes e professores e adequação de currículo); e 3- efeitos da implementação (qualidade da educação, resultados e posicionamento da instituição).

³ Por processo entende-se “[...] um conjunto de elementos que possam guiar-nos com certeza entre o início do trabalho e seu final, de forma a começarmos e terminarmos sem desvios o que temos que fazer, alcançando nossa meta ou objetivo” (CRUZ, 2003, p. 61), ou ainda, segundo Zarifian citado por Paim (al 2009, p. 100), “[...] uma cooperação de atividades e recursos distintos voltados à realização de um objetivo geral[...]”.

O Modelo de Knight (1994) considera a internacionalização um processo de ciclo contínuo não linear nem estático com a capacidade de permitir a integração da dimensão internacional na cultura da universidade. A autora deste modelo enfoca na necessidade de todas as seis etapas do processo manterem via dupla do fluxo e propõe o aprimoramento da internacionalização nas IES por meio da revisão contínua, sendo as seis etapas primordiais as seguintes: 1) consciência; 2) comprometimento; 3) planejamento; 4) operacionalização; 5) revisão e; 6) reforço. Etapas estas, que devem, segundo a autora, estar alicerçadas por uma cultura organizacional que apóie as ações de internacionalização.

Figura 1- Círculo da Internacionalização

Fonte: Adaptado Knight (1994)



A valorização atribuída pela autora ao planejamento de estratégias institucionais e à necessidade de constante reavaliação do modelo de internacionalização do ensino superior a nível institucional permitiu uma adequação das etapas do processo de internacionalização. Nesta perspectiva, De Wit (2001) propõe uma ampliação do modelo de Knight que passa a incorporar três elementos anteriormente propostos pelos modelos de Van der Wende e Rudzki. Assim, são incorporados às seis etapas do processo os seguintes elementos: 1- análise

do contexto; 2- implementação; e 3- efeito de integração. Segundo Gacel-Ávila (2003) este se caracteriza como o Modelo de De Wit, mas, que é composto por nove etapas e é denominado por De Wit (2001) como o modelo modificado de Knight que mantém a característica da inter-relação de todas as etapas e da forma cíclica desse processo. Na atual perspectiva é dada ênfase ao efeito integrador da estratégia de internacionalização vinculado à política de desenvolvimento institucional conforme figura 2.

Figura 2- Círculo da Internacionalização- Versão modificada



Fonte: Adaptado de Knight (1994).

Sobre cada fase, destacamos seus principais elementos apontados pelos autores: 1) análise do contexto- se caracteriza pela análise do contexto interno e externo à instituição e de seus documentos de políticas e declarações oficiais; 2) consciência- trata da necessidade de estudantes, professores e administração institucional terem ciência da importância, do impacto e dos benefícios da internacionalização que deve, por sua vez, ser uma prioridade de toda a

comunidade universitária e um compromisso institucional e não interessar apenas a um pequeno grupo de pessoas, tornando-se um processo inclusivo e jamais exclusivo; 3) comprometimento- está voltado à participação de toda a comunidade universitária e da administração institucional de liderar o processo de inclusão da dimensão internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade como forma vital de transformar os compromissos institucionais em estratégias de planejamento; 4) planejamento- trata-se da necessidade de elaboração de um plano estratégico institucional para a internacionalização contendo metas e objetivos claros com observância às prioridades e áreas de excelência institucional e com previsão de recursos humanos e financeiros; 5) operacionalização- está relacionada à implementação da internacionalização que deve estar apoiada na cultura institucional *ad hoc* em que as atividades acadêmicas e serviços dependem dos recursos, das necessidades e objetivos da instituição; 6) implementação- voltado à implantação de programas, em grande parte voltados à mobilidade discente e docente e desenvolvimento curricular e estratégias organizacionais; 7) revisão- é uma etapa de avaliação institucional dos efeitos, das qualidades e dos impactos de iniciativas de internacionalização criadas na universidade de modo que permita uma redefinição de objetivos e estratégias para a contínua melhoria; 8) reforço- desenvolvimento de um sistema de incentivos e reconhecimentos à toda a comunidade acadêmica à participação de modo a manter o compromisso de toda a comunidade universitária à internacionalização da universidade; e 9) efeito de integração- se caracteriza pelo impacto nas funções de ensino, pesquisa e em serviços da instituição de forma integral e integrada.

2.3 Internacionalização e o sentido da universidade

Em um contexto global no qual se reestruturam as relações de distintos processos, a educação superior é transformada e merece a atenção em estudos que passam a reavaliar o sentido da educação e da universidade. Segundo Qiang (2003), o sentido da universidade passa a ser ampliado ao agregar a dimensão internacional fazendo com que a própria definição de internacionalização esteja vinculada à função primária e universal das instituições de ensino superior, notoriamente o ensino, a pesquisa e a extensão. Para Altbach (2001) as IES são impactadas pelo surgimento de novas demandas da sociedade globalizada tendo em vista que as universidades passam a desempenhar um papel internacional por meio da necessidade de promover a diversidade cultural através da mobilidade crescente de seu quadro de pessoal (alunos, professores e pesquisadores). A circulação de pessoas incentivou o

desenvolvimento da internacionalização nas IES uma vez que permitiu a interação de indivíduos, de pesquisas, de culturas e da formação pessoal e profissional. Nesse sentido, Miura (2006) enfatiza a mudança no papel formador da universidade uma vez que além de fornecer a formação profissional requerida pelas empresas, as IES também são responsáveis pela produção de pesquisas básicas e aplicadas que impulsionam a inovação em diferentes áreas do conhecimento, assumindo um papel central na sociedade do conhecimento do século XXI.

Historicamente, segundo Delanty (2001), a universidade foi central na transformação da sociedade moderna europeia, americana e, conseqüentemente, a todo o mundo. Para este autor, atualmente o espaço universitário expressa muitas contradições como o universalismo e o particularismo, a cultura cosmopolita e a nacional, o moderno e o tradicional, sendo, assim, a universidade mais que uma instituição produtora do conhecimento, mas, também, a norteadora de modelos culturais emergentes na sociedade. Ainda segundo o autor, a universidade foi uma das instituições sociais mais importantes na contribuição e cultivo de valores democráticos e acredita que ela tenha um papel público de não simplesmente reproduzir valores sociais e culturais, mas, de democratizar os modelos culturais da sociedade.

A base dos estudos sobre este tema tem se desenvolvido sob duas perspectivas emergentes, sendo a primeira vinculativa ao compromisso do Estado com a oferta da educação e manutenção desta como um bem público e a segunda perspectiva vinculada a uma liberalização internacional e abertura de oportunidades aos indivíduos com a capacidade de eleger o formato e as instituições de formação que lhes sejam acessíveis e adequadas. Segundo Aupetit (2005) na América Latina prevaleceu a primeira perspectiva por meio de uma transferência de responsabilidade do poder público sobre o ensino superior enquanto que a segunda ficou mais a cargo de organismos internacionais. A mesma autora explica que o conceito de bem público se fundamentou na América Latina por meio da influência de três fatores: 1- a permanência de restrições nos anos 1980 que geraram fragilidades às IES nos anos 1990 criticadas pelo seu papel social; 2- a diversificação do sistema de educação superior e criação de instituições de diferentes formatos que não a pública que buscavam se adaptar ao perfil dos alunos ainda que isso representasse declínio da qualidade; e 3- o questionamento crítico da posição assumida pela IES pública de atender e produzir as elites como forma de manutenção da qualidade. São apontamentos da realidade latina que demonstram que:

[...] es necesario volver a insistir sobre el concepto de la educación como bien público para comprender la naturaleza de las regulaciones existentes y las resistências a su modificación, pero también para abordar la discusión sobre la nueva realidad que ha sobrepasado las barreras reguladoras de los estados nacionales. (BIZZOZERO e HERMO, 2008, p. 43).

Uma discussão sobre os impactos da globalização no ensino superior avalia esta segunda perspectiva liberal caracterizada na estrutura da OMC por meio da proposta do GATS que prevê a abertura do mercado da educação e que passa a considerar a educação um serviço comerciável. O acordo prevê a criação de um mercado de idéias e de conhecimento globalmente comercializável, mas, com legitimidade por meio de proteções internacionalmente reconhecidas como é o caso da propriedade intelectual regulada pelo *Trade Related Intellectual Property* (TRIPS). Por meio destas estruturas regulatórias internacionais sobre o comércio do conhecimento, foram reforçados estudos sobre o atual sentido da universidade que está dividido entre atender às demandas do mercado internacional e cumprir com seu papel social confrontando o público e o privado no processo de internacionalização do ensino superior e que está presente na atual sociedade do conhecimento como desafio latente.

Para Catani e Oliveira (2000) a UNESCO tem tido voz ativa na redefinição do papel da educação superior, especialmente da universidade por meio da criação de diretrizes e políticas de reestruturação contempladas em quatro importantes documentos. O primeiro deles é o *Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior* (1996), o segundo, *Educação: Um Tesouro a Descobrir* (1996); e os outros dois produzidos por ocasião da Conferência Mundial sobre educação superior, realizada em Paris em outubro de 1998, a *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação* e *Marco Referencial de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior*. Em todos estes documentos a cooperação universitária e a internacionalização são consideradas importantes para que o ensino superior possa contribuir ao desenvolvimento das nações e atender às demandas da sociedade moderna. É o momento em que o ensino superior passa a ser questionado sobre sua efetividade na sociedade do conhecimento e sua capacidade de ser um espaço de transformação social mundial.

2.4 Internacionalização nas IES

Nas Instituições de Ensino Superior é possível avaliar os impactos diretos das mudanças decorrentes do processo de internacionalização do ensino superior. Para que este processo possa ser compreendido a partir dos níveis setorial, internacional e institucional, sugerido por Knight, torna-se necessário considerar a universidade como o espaço de desenvolvimento e, simultaneamente, como agente deste fenômeno.

Segundo Altbach (2009) as universidades foram fortemente impactadas pelas relações internacionais, seja na esfera econômica, nas relações acadêmicas e/ou de pesquisa. Mas, segundo o autor, teve destaque à importância do contexto global no ensino superior pelo salto sem precedentes da importância do inglês como língua dominante nas comunicações científicas, pelo uso de novas tecnologias de informação, sendo estas últimas responsáveis pela facilitação da comunicação universal simplificando as relações científicas e auxiliando na criação de novas ferramentas de controle científico como bases de dado internacionais, observadores de publicações e outros recursos de vinculação de proximidade entre universidades e pela crescente mobilidade internacional de estudantes com a expectativa de até o ano de 2020 atingir o índice de oito milhões de estudantes. O crescimento do número de estudantes que têm buscado oportunidades de ampliar conhecimentos em outro país demonstra que as estratégias nacionais e institucionais têm se alterado para acompanhar a decisão dos estudantes do mundo. “International students have become ‘big business’, bringing revenues to host universities through tuition payments and other expenditures. These students also add international diversity to an academic environment” (ALTBACH, 2009, p.8).

O sistema acadêmico também é impactado pelas alterações globais no contexto do processo de internacionalização do ensino superior. Entre as principais mudanças e estratégias de internacionalização citados por Altbach e Knight (2007) decorrentes das mudanças do ensino superior a nível mundial estão: a- a necessidade das instituições ajustarem estratégias adequadas à ampliação de ofertas e demandas de estudantes nacionais e internacionais; b- a oferta de cursos em inglês em países não anglófonos como estratégia adotada nas IES para atração de estudantes de outros países; c- a criação de acordos de cooperação que permitam a oferta de cursos conjuntos, a elaboração de redes de pesquisa internacionais, e a colaboração científica em diferentes formatos; e d- a criação de novos campi em outros países e o uso do

sistema de franquias universitárias ou arranjos com representantes mundiais com a oferta de cursos de nível superior para suprir interesses econômicos. Segundo estes autores, a tendência dos efeitos, a longo prazo, da internacionalização nas universidades são fortes e estáveis.

No entanto, advertem sobre nove incertezas que podem afetar o ritmo deste processo que são: 1- as realidades políticas e a segurança nacional- que podem ser abaladas por conflitos internacionais ou pelo medo do terrorismo; 2- as políticas governamentais e o custo do estudo- todos os gastos com documentos oficiais e com o estudo podem influenciar no acesso do estudante a atividades no exterior; 3- a expansão da capacidade doméstica- a busca pela formação no exterior pode diminuir quando houver acesso à qualidade de ensino no próprio país; 4- o uso da língua inglesa- o estímulo ao uso deste idioma no campo científico pode estimular mais universidades a ter ofertas em inglês; 5- a internacionalização do currículo- com a flexibilização do currículo pode haver monopolização na escolha de determinado modelo curricular; 6- *e-learning*- a educação à distância deve predominar a escolha do modo de ensino na graduação, mas, sem se saber se isso ocorrerá no plano nacional ou internacional, uma vez que se encontra marcadamente presente em países em desenvolvimento; 7- o setor privado- é o segmento da educação superior que tem mais se expandido, mas, com incertezas da forma de atuação no campo internacional; 8- a garantia da qualidade e do controle- a qualidade é frágil internacionalmente por não ter um sistema de controle e medição e tem recebido inúmeras críticas; e 9- as políticas europeias- o questionamento é sobre como as políticas do espaço europeu podem ser compatíveis às do resto do mundo.

Estes são apontamentos que remetem à realidade internacional do ensino superior enfrentado pelas IES ainda que com pouca ênfase na realidade das instituições dos países Latino-Americanos. Os elementos que integralizam o processo de internacionalização do ensino superior, notadamente as estratégias e políticas; as ações e indicadores; e, os benefícios e riscos podem servir de base à compreensão do nível setorial e institucional em estudos específicos.

2.4.1 Estratégias e Políticas

As políticas e estratégias são elementos de organização institucional para a promoção da internacionalização. Por estratégias entende-se o campo mais concreto da internacionalização e inclui atividades do programa acadêmico e iniciativas organizacionais a nível institucional, ou seja, um planejamento que se integra à busca por mudanças e/ou metas

específicas. A utilização do termo estratégias de internacionalização ganhou destaque quando (Knight e De Wit, 1997) ampliaram o conceito de internacionalização deixando de considerá-lo como mera atividade internacional. Corroborando, Qiang (2003) enfatiza a necessidade de diferenciar atividades acadêmicas de elementos organizacionais e ressalta a importância de as ações institucionais estarem vinculadas entre si e à missão central da instituição. Para este autor, a internacionalização deve estar incutida no plano político, no processo organizacional e na cultura de uma instituição. Segundo Morosini (2006), as estratégias de internacionalização ganharam destaque nos anos de 2004 e 2005 e estiveram voltadas primordialmente à função do ensino. Com uma abordagem internacional, as estratégias focam a avaliação do currículo, o desenvolvimento tecnológico, a atuação e o aprendizado dos estudantes, a construção da identidade intercultural, entre outros aspectos.

Para Knight (2004) uma universidade deve considerar suas particularidades para a definição, implantação e avaliação de estratégias de internacionalização a serem adotadas havendo impreterivelmente a vinculação às razões eleitas na instituição para implantação desse processo. A autora classifica em dois grupos, compostos por um conjunto de subgrupos, as estratégias adotadas pelas IES que são as estratégias programáticas e as estratégias organizacionais conforme quadro 3.

Quadro 3- Grupos de estratégias Programáticas e Organizacionais de internacionalização a nível institucional

ESTRATÉGIAS PROGRAMÁTICAS	
Programas Acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> - Intercâmbios de estudantes - Estudo de idiomas estrangeiros - Dimensão internacional do currículo - Estudos temáticos - Trabalho/estudo no exterior - Processo de ensino-aprendizagem - Programas de duplo diploma - Treinamento intercultural - Mobilidade de docentes/funcionários - Professores e palestrantes visitantes
Pesquisa e colaboração científica	<ul style="list-style-type: none"> - Área e centros temáticos - Projetos de pesquisa conjunta - Conferências e seminários internacionais - Artigos e trabalhos publicados - Acordos internacionais de pesquisa - Programas de intercâmbio para pesquisa

Atividades nacionais e transnacionais (doméstico e <i>cross-border</i>)	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias com grupos de organizações não-governamentais ou grupos do setor público-privado - Serviço comunitário e projeto de trabalho intercultural - Vínculos, parcerias internacionais e redes - Treinamento e programas de pesquisa - Programa a ex-alunos no exterior
Atividades Extracurriculares	<ul style="list-style-type: none"> - Associações de estudantes - Eventos internacionais/ interculturais - Ligações de grupos étnicos e culturais da comunidade - Programas de apoio/ suporte
ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS	
Governança	<ul style="list-style-type: none"> - Compromisso expresso por líderes - Envolvimento ativo do corpo de docentes - Razões e objetivos para a internacionalização bem articulados - Reconhecimento da dimensão internacional na missão, planejamento e documentos de política
Operações	<ul style="list-style-type: none"> - Vinculado ao planejamento, orçamento e sistemas de revisão de qualidade em nível institucional e departamental - Estruturas organizacionais apropriadas: sistemas formais e informais para comunicação, ligação e coordenação - Equilíbrio entre promoção centralizada e descentralizada e gestão da internacionalização - Apoio financeiro adequado e sistemas de alocação de recursos
Serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio de unidades de serviços da instituição: acomodação para estudantes, tecnologia da informação - Envolvimento de unidades de apoio acadêmico: biblioteca, ensino e aprendizado, desenvolvimento do currículo, treinamento dos docentes - Serviços de apoio estudantil para estudantes recebidos e enviados: Programas de orientação, conselheiros, treinamento <i>cross-cultural</i>, conselhos sobre vistos
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Processos de seleção e recrutamento que reconheçam a experiência internacional - Políticas de recompensa e promoção para reforçar contribuições dos professores e funcionários - Apoio para trabalhos internacionais e concessão de licença para fins de estudo

Fonte: Knight (2004)

A política é um elemento do planejamento da internacionalização do ensino superior fortemente presente no nível nacional e é efetivado por meio de ações e programas específicos. As políticas nacionais são facilmente impactadas pela dimensão internacional da educação incluindo aqui, decisões de organismos internacionais, metas estabelecidas em acordos, políticas de relações exteriores, desenvolvimento nacional, economia, emprego, ciência e tecnologia, cultura, entre outros aspectos globais. As políticas também mantêm relação na esfera setorial educacional por meio do sistema educacional do país relativo a temas como acreditação, controle de qualidade do ensino, reconhecimento de títulos, oferta de

currículo, leis que regulam o ensino superior, pesquisa, licenças, patentes, financiamento, entre outros aspectos com vínculo direto às IES.

No nível institucional, a política de internacionalização se caracteriza como um conjunto de normas e diretrizes que apresentam as prioridades da instituição nesta área de atuação. Esse posicionamento político costuma estar presente na missão e nos valores da IES. Segundo Knight (2005), tradicionalmente a internacionalização a nível institucional foi considerada como um conjunto de estratégias e atividades, mas, as políticas podem ter distintas interpretações e também podem se caracterizar como um plano de afirmações diretivas com planejamento da internacionalização.

Se a instituição tivesse um enfoque de integração sustentável para internacionalização, uma grande gama de políticas e normas de procedimento estariam implicadas, como segurança da qualidade, planejamento, financiamento, pessoal, desenvolvimento de professores, admissão, investigação, plano de estudos, apoio a estudantes, contrato e projeto de trabalho. (KNIGHT, 2005, p.27, tradução nossa).

O vínculo entre a política e o programa de internacionalização do ensino superior nos níveis institucional, nacional e setorial sugerido por Knight é, apresentado no quadro 4.

Quadro 4- Políticas e Programas à internacionalização nível Nacional, Setorial e Institucional

Nível	Política	Programa
Nacional	- Educação e outras políticas de nível nacional relacionada à dimensão internacional do ensino superior - Outros setores de política incluem cultura, ciência, imigração, comércio e emprego	- Programas nacionais ou sub-regionais que promovem ou facilitam a dimensão internacional do ensino superior - Podem ser providos por diferentes departamentos do governo ou por organizações não-governamentais
Setorial	-Políticas relacionadas ao propósito, funções, financiamento e regulação do ensino superior	-Programas oferecidos por e para o setor educacional especificamente - Podem ser providos por qualquer órgão governamental ou organização pública ou privada
Institucional	- Políticas que abordam aspectos específicos da internacionalização e/ou políticas que integram e sustentam a dimensão internacional na missão primária e nas funções da instituição	- Programas acadêmicos, como intercâmbio de estudantes e professores, estudo de idiomas estrangeiros, currículo internacional, processos de ensino e aprendizado, treinamento intercultural, palestrantes visitantes

Fonte: Knight (2004, p. 17, tradução nossa)

Cabe ressaltar que nesta pesquisa a dimensão institucional merecerá maior destaque de análise por justamente permitir a compreensão de estratégias e políticas institucionais

adotadas no âmbito da universidade avaliada. As políticas governamentais e internacionais não serão tema de análise embora exerçam importante papel na internacionalização do ensino superior.

2.4.2 Ações e indicadores

As ações ou práticas de internacionalização estão relacionadas às prioridades institucionais previstas no seu plano político e estratégico e se caracterizam como o meio de realizar tais prioridades permitindo a posterior avaliação de resultados atingidos caracterizados como indicadores da internacionalização. A definição e compreensão dos indicadores obtidos a partir das etapas do processo de internacionalização institucional permitem a avaliação das mudanças necessárias para a melhoria no resultado final do processo.

Há uma variedade de estudos relativos à definição dos indicadores da internacionalização nas universidades. Na maioria dos casos diferentes tipos de atividades acadêmicas como intercâmbio de estudantes, recrutamento de estudantes estrangeiros, mobilidade docente, pesquisa conjunta, acordos e ações de cooperação, eventos internacionais, estrutura organizacional, propostas políticas, planejamento anual e sistema de avaliação são identificados nesta lista de elementos caracterizados como indicadores, ainda que não haja uma unanimidade teórica para as IES de diferentes países.

A *International Association of Universities* (IAU) criou em conjunto com a UNESCO relatórios anuais⁴ com apontamentos da internacionalização nas IES de distintas regiões do mundo (Europa, África, América Latina, América do Norte, Ásia e Oriente Médio) com ênfase às suas práticas, prioridades, riscos, benefícios e desafios institucionais, regionais e globais. Baseado em entrevistas aplicadas a IES de distintas regiões do globo, os relatórios apontam a continuidade do grau de importância dado pelas IES à internacionalização como um processo formado por indicadores consolidados vinculados à pesquisa internacional, às relações de cooperação e à mobilidade acadêmica. No último documento relativo ao ano de 2010, foram apontados dois novos fatores importantes nas IES, sendo o primeiro deles a ampliação da visão na universidade sobre o processo de internacionalização tornando este um

⁴ Os relatórios denominados *IAU Global Survey Report* - editados em 2003, 2005 e 2010- são publicações de âmbito global que possibilitam uma compreensão e avaliação das ações priorizadas nas IES de diferentes regiões do mundo.

elemento central no planejamento do futuro institucional passando a ser um tema de maior respaldo junto aos líderes das IES e o segundo fator a preocupação das universidades em formar estudantes com capacidade de viverem em um mundo globalizado alicerçado na política de internacionalização institucional.

A pesquisa aponta diferenças de região para região. Na América Latina, os indicadores da internacionalização consolidados e apontados pelas IES no relatório da IAU, três merecem destaque a prática da pesquisa, a cooperação e a mobilidade, todas internacionais. No caso da pesquisa, com o atual cenário global no qual a educação superior está inserida, a formação de redes internacionais de pesquisadores na busca por descobertas e inovações capazes de propor mudanças à sociedade tem sido uma ação constante nas IES de caráter científico. Com o compartilhamento de problemas discutidos na esfera global, essa prática aproxima esforços de natureza científica e financeira. Dessa forma, surge a ação cooperada multilateral ou bilateral entre instituições de diferentes países por meio de acordos, protocolos, programas de cooperação, grupos de pesquisa conjunta, redes internacionais, consórcios, alianças, entre outras ações específicas que focam o formato da ação conjunta para o fortalecimento mútuo e derivado do impacto da globalização no novo modelo de ensino superior com inserção internacional⁵.

As ações de mobilidade discente, docente e de pesquisadores que buscam a aquisição de novos conhecimentos científicos e culturais junto a universidades estrangeiras, têm ocorrido com gradativo aumento. Por distintas razões este fluxo continua sendo predominantemente com deslocamento do Sul para o Norte, ou, mais recentemente na espera Sul-Sul permanecendo, assim, a preponderância da assimetria das relações acadêmicas internacionais. Isso pode ser percebido no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que avalia a mobilidade internacional de estudantes aponta que o Brasil enviou 34.510 alunos ao exterior em 2010, sendo que destes, 30.906 tiveram como destino países membro da OCDE contra apenas 3.604 em países não-membro

⁵ Na Europa esta é uma prática adotada em diferentes programas voltados ao Ensino Superior como ERASMUS, SOCRATES, Processo de Bolonha, sendo este último uma Política da União Européia e de maior destaque por propor maior abrangência internacional do ensino superior por meio da criação do Espaço Europeu do Ensino Superior. No Brasil, a criação de parcerias é uma prática comum realizada não apenas por IES, mas, também é incentivado pelas agências nacionais de fomento e apoio à cooperação como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

da OCDE, sendo que os países que tiveram maior número de alunos brasileiros matriculados no ensino superior no último ano avaliado foram: EUA (8.708), Portugal (4.421), França (3.540), Espanha (3.423), Alemanha (2.586), Reino Unido (2.422), Canadá (1188), Itália (873) e Austrália (776). Na contrapartida, o Brasil recebeu em 2010 o total de 14.734, sendo que os países de origem da maior parte dos alunos estrangeiros que estudaram no Brasil no referido ano foram: 757 da Argentina, 830 de Portugal, 1631 da Angola, 892 de Cabo-Verde, 830 da Guiné-Bissau, 552 do Peru, 536 do Paraguai, sendo que 4173 da África, 2607 da Europa, 4360 da América Latina e Caribe.

Segundo este mesmo relatório da OCDE que compara dados de 2000 e 2010, o indicador do número de estudantes de todo o mundo que fizeram formação no exterior praticamente duplicou e passou de 2.071.963 milhões para 4.119.002 milhões. Na América Latina este aumento foi ainda mais significativo e passou de 31.058 em 2000 para 77.735 em 2010. Os aspectos acadêmicos, sócio-culturais, econômicos e políticos são apontados pelos relatórios da IAU como motivos de escolha para a mobilidade acadêmica em diferentes níveis da formação como a graduação e a pós-graduação. Estes indicadores da mobilidade corroboram com o apontamento feito por Knight (2003) sobre os principais catalisadores da internacionalização nas IES demonstrando que 52% parte dos professores, 24% da administração e 20% dos estudantes enfatizando, assim, que o modelo de internacionalização mundial se dá de uma escala de baixo para cima (*bottom-up*) e com pouco planejamento institucional estratégico.

Diante desse aumento da mobilidade educacional internacional e de ações que buscam a internacionalização das instituições de ensino superior surge o desafio de definir como medir este processo por meio de indicadores consistentes e pertinentes à melhoria da prática internacional. Assim, a definição dos indicadores da internacionalização do ensino superior pode variar de acordo com a perspectiva da definição, bem como, dos objetivos perseguidos na instituição. Um estudo de Delgado-Márquez; Hurtado-Torres e Bondar (2011), avalia os indicadores utilizados nos três *rankings* mundiais de universidades internacionalmente conhecidos, a saber: *Times Higher Education Supplement* (THES), *Academic Ranking of World Universities* (ARWU) e *Webometrics Ranking* (WM) e concluem que os mesmos possuem limitações e ainda não refletem as principais variáveis que intervêm no processo de internacionalização das IES uma vez que estes deveriam estar associados a índices quantitativos e qualitativos do processo.

No intuito de construir um modelo de indicadores capaz de abarcar o processo de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior, Brandenburg e Federkeil (2007)

sugerem o agrupamento de três blocos principais de indicadores compreendidos em: 1- aspectos gerais; 2- pesquisa acadêmica; e 3- ensino e estudo, conforme quadro 5.

Quadro 5- Construção de modelo de indicadores de internacionalização

Aspectos Gerais

A gestão em geral	- A relação do gestor com a internacionalização. - As ações do gestor priorizam e/ou incentivam a internacionalização.
Professores	- Experiência e formação internacional dos professores. - Recrutamento de professores internacionais. - Professor visitante.
Jovens pesquisadores, candidatos de doutorado e pós-doutorado	- Experiência e formação no exterior. - Candidatos do exterior.
Técnico administrativo	- Conhecimento de língua estrangeira. - Participação em programa de intercâmbio internacional. - Número de empregados no exterior de RI ou Equivalente.
Recursos	- Orçamento para cooperação internacional com proporção do total de IES. - Número de funcionários/vagas para atender RI.
Network Internacional	- Parcerias ativas. - Participações em eventos internacionais. - Membro de redes internacionais.

Pesquisa acadêmica

Professores	- Experiência e formação internacional dos professores. - Recrutamento de professores internacionais. - Professor visitante.
Network internacional em pesquisa	- Fundos externos. - Recursos derivados de projetos com parceria internacional. - Número de comitês e atividades, associações profissionais internacionais. - Número de condições em jornais internacionais. - Número de doutorados internacionais.
Recursos	- Orçamento de cooperação de pesquisa internacional e bolsas para doutorado. - Bolsas ofertadas pela IES para candidatos internacionais a doutorado.
Projeto de pesquisa internacional	- Número de projetos com parceria internacional. - Número de pesquisadores envolvidos em projeto de pesquisa com cooperação internacional. - Número de projetos com fundos internacionais.
Resultados da pesquisa	- Número de publicações internacionais por pesquisador. - Número de citações por "paper". - Número de contribuições em conferências internacionais para

	professor. - Número de patentes internacionais por professor.
Jovem pesquisador	- Experiência e formação no exterior. - Número de duplo diploma.
Ensino e estudo	
Professores	- Número de professores que lecionam disciplina em língua estrangeira. - Número de professores que passam ao menos 1 semestre no exterior. - Atividade no exterior como visitante. - Formação doutorado no exterior. - Com experiência profissional do exterior. - Recrutamento de outras nacionalidades.
Estudantes (Graduação e Mestrado)	- Número de estudantes internacionais. - Número de estudantes internacionais de intercâmbio. - Número de estudantes de IES ao exterior. - Número de estudantes de duplo diploma. - Estágio internacional.
Serviço e administração	- Número de postos para auxílio a estudantes de intercâmbio. - Centro de orientação internacional. - Funcionários internacionais. - Aulas de aprendizagem intercultural. - Informações sobre países/culturas.
Network internacional para ensino e aprendizagem	- Número de estudantes em intercâmbio <i>in</i> e <i>out</i> . - Número de estudantes em intercâmbio <i>in</i> e <i>out</i> relativo ao número de acordos. - Membro ativo de associações especializadas em network internacional.
Recursos	- Bolsas para período no exterior. - Orçamento para marketing em internacionalização, comparado ao orçamento total. - Fundos para aulas de visitantes. - Fundos e suporte para estadas próprias no exterior.
Programas de Estudo / Currículo	- Proporção de cursos ofertados em língua estrangeira. - Currículos internacionais. - Número de línguas estrangeiras ofertadas. - Reconhecimento de créditos no exterior. - Ofertas de programas sobre interculturalidade.
Graduados	- Egressos com duplo diploma. - Egressos graduados de outra nacionalidade. - Informações sobre desenvolvimento profissional dos graduados.
Reputação internacional	- Número de publicações internacionais por programa. - Número de aplicantes internacionais.

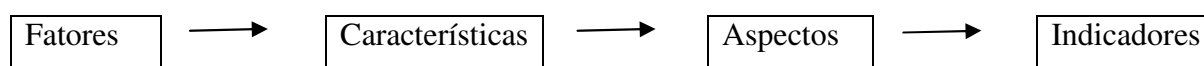
Fonte: Adaptado Brandenburg e Federkeil (2007, tradução nossa).

Para estes autores esta lista de indicativos pode auxiliar as IES na elaboração de estratégias institucionais, sem que haja rigidez de dados inaplicáveis à realidade de cada instituição e alertam à fragilidade de indicadores utilizados em *rankings* internacionais ou propostas teóricas com rigidez e que não permitem a aplicabilidade a todas as IES. Diferentes

organismos lançam propostas de indicadores da internacionalização que são baseados em distintas realidades e que devem ser cuidadosamente avaliadas quando aplicadas em análises do processo de internacionalização. Citados por De Wit (2010) o *American Council on Education* (ACE), a *Association of International Educators* (NAFSA), a *Netherlands Organisation for International Cooperation in Higher Education* (NUFFIC) e o *Centre for Higher Education Development* (CHE) são exemplos de organismos da Europa e América do Norte voltados a uma realidade de internacionalização do ensino superior com aspectos diferentes da realidade Sul-Americana. Atentos a esta questão, autores chamam a atenção para os cuidados com os chamados falsos conceitos ou mitos da internacionalização com ênfase ao ensino em língua inglesa ser um indicador falso deste processo e justamente se contrapor ao aspecto cultural e linguístico dos países não anglófonos (KNIGHT, 2011; DE WITT, 2011).

Por essa razão, Jamarillo (2003) propõe um modelo colombiano de internacionalização a partir do sistema de ensino superior local com indicadores voltados àquela realidade com valorização da realidade da internacionalização a nível institucional. A proposta é elaborada por meio de um conjunto de fatores, características e aspectos que dão origem aos indicadores próprios conforme a seguinte figura:

Figura 3- Modelo Colombiano de internacionalização



Fonte: JAMARILLO (2003, p. 52, tradução nossa).

O fator é compreendido como um assunto atual que interessa ser avaliado e que alcança um certo grau de identidade ou de diferenciação com relação a outros assuntos institucionais. Já as características se referem às prioridades que podem ser identificadas em um fator. Os aspectos são as qualidades que se espera encontrar nas características e, por fim, os indicadores são o modo como os aspetos são traduzidos buscando evidenciar uma ou mais qualidades. Vale destacar que os indicadores utilizados na presente pesquisa derivam desta proposta.

Quadro 6- Proposta do modelo de avaliação da internacionalização

Fatores	Característica	Aspectos
1. Internacionalização e política institucional	1. Políticas de Internacionalização	- Internacionalização - Internacionalização e Plano de Desenvolvimento - Plano de Internacionalização
2. Internacionalização das funções substantivas	2. Internacionalização do ensino	- Internacionalização do currículo - Idiomas estrangeiros - Novas tecnologias - Desenvolvimento e mobilidade docente - Mobilidade de estudantes
	3. Internacionalização da pesquisa	- Produção e divulgação do conhecimento - Mobilidade de pesquisadores - Gestão da pesquisa
	4. Internacionalização da extensão	- Transnacionalização de serviços - Projeção internacional
3. Gestão da Internacionalização	5. Serviços de apoio	- Admissão e registro, bem-estar, Promoção e imagem, mobilidade de técnicos administrativos
	6. Função das Relações Internacionais	- Estrutura e funções, recursos humanos, infra-estrutura, gestão da internacionalização

Fonte: JAMARILLO (2003, p. 52, tradução nossa).

2.4.3 Benefícios e Riscos

O apontamento de benefícios e riscos institucionais derivados da internacionalização do ensino superior pode variar de acordo com as perspectivas de análise, das razões e dos objetivos associados. Os benefícios costumam estar vinculados às razões do planejamento institucional e ao desenvolvimento de sua internacionalização, enquanto que os riscos representam o efeito negativo que poderá vir a ser um resultado indesejado neste mesmo planejamento, fazendo com que ambos sejam dificilmente controláveis.

Ambos representam um determinado resultado desejado, ou não, que pode variar entre os níveis institucional, nacional/setorial ou internacional devido ao fato de possibilitar distintas expectativas e interpretações destes efeitos. Discussões sobre o caráter econômico vinculado ao ensino superior pode ser um exemplo de dicotomias de interpretações tendo em vista que algumas IES podem considerar este um fato positivo, ou, em outros casos, negativo. Dessa forma, poderá haver diferentes sentidos ao efeito da internacionalização.

Segundo Miura (2006, p.15), a globalização trouxe consequências ao sistema de ensino superior internacional tornando necessário às IES a adaptação às novas circunstâncias criando estímulos e inibidores da internacionalização que evidenciam a existência de benefícios e riscos da internacionalização, sobretudo, a nível institucional. Neste sentido, a autora aponta o que considera como os sete principais benefícios que encorajam a crescente internacionalização das IES:

- 1- um modelo acadêmico comum que seja compatível mundialmente;
- 2- um aumento considerável no mercado global acadêmico para estudantes e professores;
- 3- o uso do inglês internacionalmente não somente para a divulgação da pesquisa, mas também para o ensino;
- 4- importância da Educação a Distância e o uso da Internet para o ensino e a pesquisa;
- 5- a tendência entre as instituições de ensino de realizar parcerias com instituições em outros países;
- 6- a criação de campus *offshore* e o *franchising* de programas educacionais;
- 7- a harmonização de estruturas de créditos, cursos e mecanismos de avaliação e mensuração do progresso acadêmico.

Já no grupo dos riscos da internacionalização nas IES, Miura (2006, p.16) aponta a falta de recursos, a pressão para atender às novas demandas locais, a postura conservadora de acadêmicos e da administração das universidades, o medo à perda de tradições acadêmicas locais e o desequilíbrio na realização de projetos e intercâmbios internacionais com instituições de países com maior capacidade intelectual e científica.

Por isso nesta pesquisa será utilizada a definição de Knight (2003) que compreendemos ser a perspectiva teórica que melhor possibilita a análise da dimensão institucional da internacionalização do ensino superior. O modelo caracteriza a internacionalização como um processo cíclico composto por nove etapas que integram os elementos essenciais desse processo encorajando a cultura da internacionalização na universidade.

3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O desenvolvimento do ensino superior brasileiro e sua internacionalização está estreitamente associado às orientações políticas de desenvolvimento nacional de cada período governamental e à correspondente política externa brasileira. A abordagem sobre o atual estágio de internacionalização de instituições públicas e privadas perpassa pela compreensão das raízes históricas que deram forma à atual estrutura do ensino superior brasileiro. Para tanto, o presente capítulo tem por objetivo apontar elementos históricos do ensino superior no Brasil, pertinentes a este estudo, bem como, apresentar a atual estrutura educacional. Além disso, faz-se uma breve contextualização das ações de cooperação internacional realizadas no país, em especial, pelas agências nacionais de fomento, notadamente a CAPES e o CNPq.

3.1 O desenvolvimento do ensino superior no Brasil e a internacionalização

O desenvolvimento da internacionalização do ensino superior apoiado na prática da mobilidade para a formação no exterior ainda é fortemente realizado e incentivado no Brasil e teve origem no período do Brasil Colônia. Durante o período colonial (1500-1822) a formação acadêmica de jovens da elite brasileira era realizada na Europa, preferencialmente nas metrópoles coloniais, sendo as universidades da França, de Portugal e da Alemanha os principais destinos (LAUS e MOROSINI, 2005). Com a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808, teve início às primeiras instituições com oferta de cursos isolados sendo a Bahia e o Rio de Janeiro os locais destas ofertas de cursos de nível superior com o objetivo da produção do saber aplicado e imediato a fim de atender às necessidades do momento (SOARES, 2002). Esta realidade manteve-se inalterada até a criação da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, sendo o Brasil um dos últimos países latino-americanos a criar universidades.

A partir dos anos 30 até o final da II Guerra Mundial teve início um conjunto de mudanças no ensino superior do Brasil visando formar os quadros profissionais necessários para acelerar o desenvolvimento do país. Datam dessa época as primeiras políticas educacionais de nível superior e a criação das primeiras universidades públicas: Universidade Federal de Minas Gerais (1928), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934) e a Universidade de São Paulo (1934).

Desde então, convencidos de que as possibilidades de desenvolvimento de uma nação soberana também dependem de progressivos investimentos na formação de recursos humanos e no fomento da ciência e da tecnologia, o Governo brasileiro (no contexto de regimes democráticos ou não), por meio de ações combinadas entre os Ministérios da Educação (MEC), Relações Exteriores (MRE), Ciência e Tecnologia (MCT) tem atuado como importante provedor do processo de internacionalização da educação, da ciência e da tecnologia.” (RIBEIRO, 1991, apud LIMA e CONTEL, 2009, p. 3).

Com o fim da II Guerra Mundial, teve início o período denominado desenvolvimentista do Brasil (1945-1964). O desenvolvimento era uma meta a ser atingida e, para tanto, o Brasil buscou captar investimentos estrangeiros e implantar indústrias no país, cujas matrizes localizavam-se no exterior⁶. Os investimentos realizados pelo governo na expansão da educação superior brasileira estavam diretamente vinculados à necessidade interna de formação de mão-de-obra para a indústria emergente. A criação, a partir de então, de vinte e duas instituições federais de ensino superior, que ofereciam formação em diversos campos do conhecimento, e o estímulo ao ensino de pós-graduação para preparar quadros profissionais de alto nível e ao desenvolvimento da pesquisa nacional, constituíram-se em respostas às demandas de uma sociedade em trânsito, de uma fase agro-exportadora para uma sociedade que dava os primeiros passos do processo de industrialização. O marco regulatório criado para a institucionalização e funcionamento na educação nacional foi a criação da Lei de Diretrizes e Bases, de 1961.

Com o governo do Presidente Jucelino Kubichek tiveram início ações de caráter multilateral (particularmente o Tratado da Aliança para o Progresso), destinadas a acelerar o processo de desenvolvimento nacional. O Golpe de 1964 não interrompeu o processo de industrialização em andamento; ao contrário, houve um reforço do modelo desenvolvimentista. A política externa passou a desenvolver vínculos de cooperação com países mais avançados que poderiam contribuir para o avanço da pesquisa científica e tecnológica nacional. A partir dos anos 60 foram assinados diversos acordos bilaterais com países como a Alemanha (1963), a França (1967), Portugal (1967), Holanda (1971) e Japão (1971). Na década de 70 a internacionalização do ensino superior adquiriu importantes proporções por meio da atuação de instituições internacionais no Brasil. A Fundação Rockefeller, o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), a Comissão Fulbright, a *Education USA*, entre outras, passaram a ofertar bolsas de estudo para estudantes brasileiros

⁶ Um exemplo foi a Volkswagen, da Alemanha, que passou a fazer parte da indústria automotiva no Brasil.

realizarem cursos de formação no exterior, além dos incentivos à pesquisa e à cooperação científica entre universidades brasileiras e estrangeiras.

O ensino superior adquiriu o atual formato com a Reforma Universitária de 1968 durante os governos militares (1964-1985) que estabeleceram o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Para a interação internacional do ensino superior brasileiro este foi um período importante, pois, colocou na agenda do governo o fortalecimento da pós-graduação nacional e o estabelecimento de relações de cooperação com centros de pesquisa e ensino estrangeiros de excelência internacional.

A partir dos anos 90 do século passado as relações internacionais das universidades passaram a ser de importância fundamental, dada a aceleração do processo de globalização e da emergência da sociedade do conhecimento.

Al iniciarse el siglo XX, las universidades se dedicaron a programas de desarrollo internacional que más tarde convirtieron en proyectos de investigación y esfuerzos para fortalecer las instituciones. Estos programas fueron orientados hacia el fortalecimiento de la base de conocimientos y hacia la educación de líderes que desarrollarían el país. (LAUS e MOROSINI, 2005, p. 122).

De acordo com Lima e Contel (2009), a interação internacional do ensino superior brasileiro teve quatro períodos diferentes quanto à relação com o projeto de desenvolvimento nacional, às políticas de fortalecimento das instituições de ensino superior, à criação e oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, à formação de professores e ao desenvolvimento de *expertise* necessária ao novo momento da economia brasileira.

Quadro 7- Motivações e fases da internacionalização da educação superior do Brasil

Períodos	Programa	Provedores	Motivação
1º Período anos 30 e 50	- Programa de cooperação acadêmica internacional com ênfase nas missões que traziam professores	-Universidades estrangeiras e brasileiras	-Acadêmica: fortalecimento do projeto acadêmico das universidades emergentes
2º Período anos 60 e 70	- Programa de cooperação acadêmica internacional com ênfase na presença de <i>consultores</i> e na concessão de bolsas de estudos para realizar mestrado/doutorado no exterior	-Agências internacionais e Governo brasileiro -Agências nacionais e internacionais	-Político-Acadêmica: reestruturação do sistema educacional superior em consonância com o “modelo americano”

3º Período anos 80 e 90	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de cooperação acadêmica internacional com ênfase na formação de grupos de estudo e pesquisa em torno de temas de interesse compartilhado - Concessão de bolsas de estudos para realizar doutorado no exterior, em áreas classificadas como estratégicas - Programa de cooperação acadêmica internacional com ênfase na vinda de professores visitantes, na ida de estudantes para realização de poucas disciplinas 	<ul style="list-style-type: none"> -Agências internacionais e Governo brasileiro -Agências nacionais e internacionais -Universidades estrangeiras e instituições brasileiras de educação superior privadas 	<ul style="list-style-type: none"> -Acadêmico-Mercadológica: a) expansão e consolidação dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> b) Incremento das pesquisas de ponta em áreas estratégicas c) Diferencial competitivo de algumas instituições ou de alguns cursos
4º Período anos 2000	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de cooperação acadêmica internacional com ênfase na formação de grupos de estudos e pesquisa em torno de temas estratégicos e de interesse partilhado - Concessão de bolsas de estudos para realizar doutorado no exterior, em áreas classificadas como estratégicas e sem tradição de pesquisa no País. - Programa de cooperação acadêmica internacional com ênfase na vinda de professores visitantes, na ida de estudantes para realização de poucas disciplinas - Projeto de criação de universidades federais orientadas pela internacionalização ativa -Comercialização de serviços educacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> -Agências internacionais e Governo brasileiro -Agências nacionais e internacionais -Universidades estrangeiras e instituições brasileiras de educação superior privadas -Corporações internacionais -Universidades corporativas 	<ul style="list-style-type: none"> -Acadêmica. Política, Econômica e Mercadológica: a)Inserção internacional dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> b)Incremento das pesquisas de ponta em áreas estratégicas c)Incremento regional de caráter inclusivo d)Diferencial competitivo de algumas instituições ou de alguns cursos e)Captação de estudantes

Fonte: Adaptado de Lima e Contel (2009).

O primeiro período (1930 a 1950) foi de criação de uma cultura acadêmica nacional marcada pela influência de intelectuais franceses e norte-americanos. Nos anos seguintes, a influência da academia norte-americana teve um aumento significativo com a criação do *United States Agency for International Development* (Usaid) para a cooperação técnica. Com o Programa MEC-Usaid (junho de 1965) teve início o segundo período (1960 a 1970) de

interação internacional do ensino superior do Brasil marcado pela consolidação e modernização do ensino superior face à ênfase dada à melhoria da formação dos professores e à qualificação dos pesquisadores uma vez que em decorrência da criação do Programa Professor Visitante pela CAPES e CNPq algumas universidades federais receberam um grande contingente de professores franceses, particularmente das Ciências Sociais e Humanas.

O terceiro período (1980 a 1990) foi marcado pela ampliação estratégica da pós-graduação *stricto sensu* nas universidades públicas, cujos objetivos fundamentais eram: a) consolidar o sistema de ensino brasileiro e atender a demanda de formação de docentes e pesquisadores no país; b) liderar o processo de produção e difusão dos conhecimentos necessários ao avanço do desenvolvimento econômico do país e; c) formar profissionais capacitados para contribuir na resolução dos problemas e propor ações para os novos desafios enfrentados pelo país (LIMA e CONTEL, 2009). Durante este período ampliou-se a cooperação internacional. Foram duas décadas de significativa expansão das relações internacionais do ensino superior do Brasil que contou com o apoio do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). É desse período a criação de institutos de pesquisas considerados estratégicos para o país, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Goeldi-Amazonia.

No quarto período (do ano 2000 em diante) teve crescimento no Brasil instituições de ensino superior com interesse comercial. Face ao baixo investimento público na educação, teve expansão o ensino superior privado com fins lucrativos, apoiado em novas tecnologias do ensino à distância (LIMA e CONTEL, 2009). Nesse período a pós-graduação brasileira *stricto sensu* já estava consolidada e passou a ter maior respaldo nacional e internacional devido à forma de avaliação realizada pela CAPES. Associado a isso estavam os incentivos governamentais à formação no exterior, especialmente pela CAPES e pelo CNPQ com a oferta de bolsas de estudo, além do incremento no número de publicações internacionais de pesquisadores brasileiros.

O ensino de graduação, a partir desses anos, também expandiu no âmbito internacional por meio da criação de programas que incentivavam a inserção do país no mundo através da cooperação e da integração regional. Algumas iniciativas voltadas à internacionalização do ensino superior brasileiro ocorreram a partir do ano de 2008 com a criação da Universidade de

Integração Latino-Americana (UNILA), da Universidade Federal da Integração da Amazônia Continental (UNIAM) e da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB).

Apesar dessas tentativas de internacionalização o ensino superior brasileiro ainda ocupa uma posição de pouco destaque no contexto educativo internacional. As relações das universidades brasileiras com IES estrangeiras são assimétricas. O fluxo de intercâmbios acadêmicos e científicos é unilateral: seja a mobilidade dos docentes como a dos alunos brasileiros que viajam em grande parte para países da Europa e/ou para os Estados Unidos, sendo reduzido o fluxo inverso. Um exemplo recente desse processo, é a criação em 2011, do Programa Ciência sem Fronteiras que oferece bolsas para realizar estudos no exterior a alunos de graduação e pós-graduação, principalmente, da área Tecnológica. O Programa é uma iniciativa conjunta do MEC com o MCTI e o MRE e gerenciado pela CAPES e pelo CNPq.

A interação internacional do ensino superior no Brasil, com maior evidência na pós-graduação, que teve maior destaque internacional por seu caráter científico, resulta das políticas e incentivos de desenvolvimento nacional. A criação de programas de cooperação internacional com incentivo financeiro à pesquisa conjunta e à ampliação do intercâmbio acadêmico internacional são ações destas políticas, sendo que o governo brasileiro e as IES têm sido os principais atores deste processo.

3.2 O sistema de ensino superior brasileiro

O atual sistema de ensino superior brasileiro deriva de um conjunto de medidas e acontecimentos políticos e históricos que configuraram o campo da educação superior brasileira. A educação superior do Brasil deu seus primeiros passos há pouco mais de nove décadas a partir da criação da primeira universidade brasileira que foi a Universidade do Rio de Janeiro em 1920. A atuação desta e das demais universidades brasileiras foi marcada pelos interesses políticos predominantes nos distintos períodos da história nacional.

A criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, no âmbito das universidades públicas em todo o território e, em 1951, das agências nacionais de fomento ao desenvolvimento científico, notadamente a CAPES e o CNPq foram eventos associados que se tornaram decisivos à consolidação do sistema de ensino superior brasileiro. A Reforma

Universitária e a aprovação da Lei 5.540 de 1968, promoveu transformações⁷ na estrutura do ensino superior do país, vigentes até a atualidade. A partir de então foi consolidando-se o modelo de universidade pública com localização nas capitais, e teve início a expansão de faculdades isoladas que buscavam atender às demandas da população localizada distante dos grandes centros urbanos das capitais do Estado. Elas eram instituições de ensino de natureza confessional, vinculadas principalmente à Igreja Católica. No Sul do Brasil, também foram criadas instituições comunitárias, administradas por associações integradas por pessoas da sociedade.

Quadro 8- Eventos importantes na educação superior no Brasil

Evento	Período	Características
Criação da Primeira Universidade Brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro	Em 1920. Período da República Velha (1889-1930)	Pelo Decreto nº 14.343 e estava voltada ao ensino de elites.
Estatuto das Universidades Brasileiras	Em 1931- período da Nova República (1930-1964) foi criado o Ministério de Educação e Saúde e foi constituído o sistema de universidades públicas federais. Foram criadas 22 universidades federais e 9 confessionais.	Tornava a universidade oficial e podia ser: pública ou livre
Criação da Universidade de São Paulo	1934	Criado como centro de pesquisa do Brasil e contava com professores e pesquisadores estrangeiros.
Criação da Universidade do Distrito Federal	Criada em 1935 e extinta em 1939	Por Decreto Municipal liderado por Anísio Teixeira, defensor da escola pública.
Criação da primeira universidade católica do Brasil- Pontifícia	1946	Pelo Decreto nº 8.681 de 15/3/1946
Criação das Agências	1951	A CAPES foi instituída como

⁷ A nova estrutura do ensino superior brasileiro criada, a partir da Reforma Universitária de 1968, vislumbrava caminhos para a superação de problemas nacionais, como a necessidade de avanço científico e tecnológico e a necessidade de atuação das universidades na indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e como pilares de atuação das universidades brasileiras.

brasileiras de fomento ao desenvolvimento científico: CAPES e CNPq		Fundação em 1992 e o CNPq
Promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira	1961	Lei nº 4.024 que concedia autoridade ao Conselho Federal de Educação, fortalecendo a centralidade do sistema de educação superior pela atuação fiscalizadora e reguladora do conselho.
Debates para implantar universidades voltadas à pesquisa	Década de 1960	Oriundo da volta do exterior de pesquisadores que buscavam implantar o modelo Humboldt da Alemanha ou dos EUA.
Implantação do 1º Protocolo entre MRE e MEC	1967	Oferta de vaga a estudantes de países da América Latina denominada estudante-convênio
Reforma Universitária com implantação de vestibular, sistema de créditos, ciclo básico, entre outros aspectos regulatórios.	Em 1968, durante Governos Militares (1964-1985)	Lei nº 5.540 de 1968 estabelecia a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e direcionada às IFES.
Crescimento no nº de IES privadas e de faculdades isoladas	Década de 1970 e 1980	Em 1981 o Brasil contava com 65 universidades
Desenvolvimento da pós-graduação e da Pesquisa	Décadas de 1960, 1970 e 1980	Apoio do Governo Brasileiro à formação de recursos humanos de alto nível nas IFES por meio de liberação de recursos, atuação CAPES e CNPq
Início do Processo de Avaliação Sistemática da CAPES	1972	Avaliações aplicadas aos programas de Mestrado e Doutorado
Assinatura de Protocolo entre MEC e MRE	1974	Brasil passa a aceitar estudantes pelo PEC-G de países africanos.
Constituição de 1988	1988	Assegura a gratuidade do ensino público, reafirma a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, assim como a autonomia das universidades.
Criação do Conselho Nacional de Educação (CNE)	1995	Criado pela Lei nº 9.131 e tem como principal atribuição o subsídio à elaboração do Plano Nacional de Educação, assim como estar atento à identificação de problemas e mudanças em forma de assessoria ao MEC.
Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	1996	Lei nº 9.394 que sistematiza e regula a oferta de cursos e das próprias IES
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	1997	Pela Lei nº 9.948 foi transformado em autarquia federal, assumindo um papel

Educacionais (INEP)		estratégico no que refere a dados, sistemas, projetos e monitoramento nacional da educação.
Lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE	2007	Reforço às ações integradas e sistêmicas.
Lançamento Programa Ciência sem Fronteiras	2011	Oferta de bolsas no ensino superior para qualificação no exterior. Níveis: Graduação, Doutorado e Pós-Doutorado

Fonte: Criação autora

Ao longo do desenvolvimento destes eventos na educação superior, permaneceu o debate sobre o modelo nacional que deveria ser adotado, uma vez que as demandas da sociedade brasileira alteraram-se, mas o tema da internacionalização mereceu reduzida atenção. A Reforma Universitária de 1968 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 formaram a base legal da atual estrutura educativa brasileira, estando o ensino superior sob responsabilidade da União.

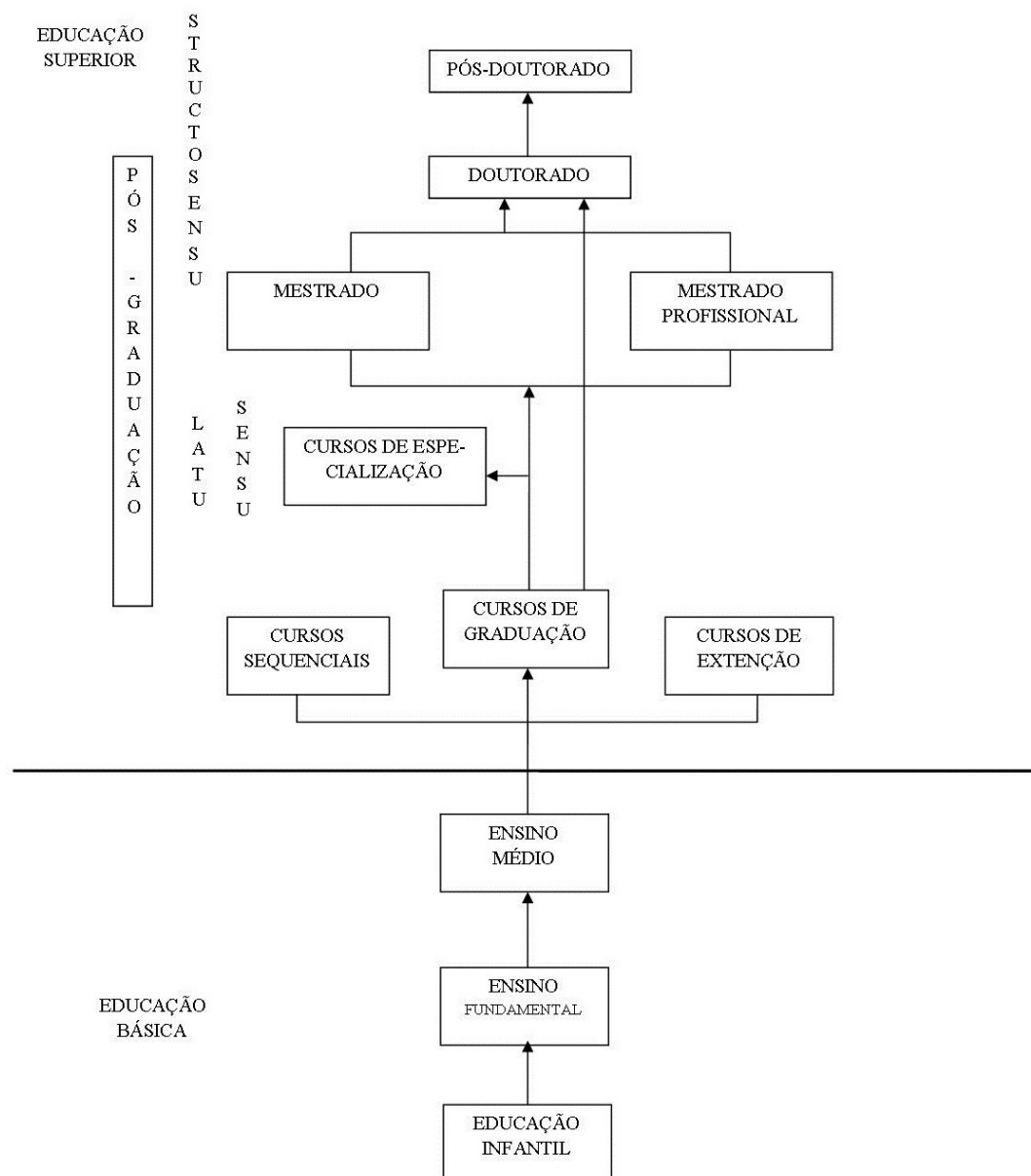
O sistema de ensino superior depende e é controlado pelo governo federal, tanto na aprovação de novos cursos de graduação, de pós-graduação *stricto sensu* ou de instituições. A avaliação periódica do desempenho de alunos e instituições é realizada pelo MEC, assim como dos cursos de Graduação⁸. Já os programas de pós-graduação *stricto sensu* são avaliados pela CAPES⁹. A atual estrutura do ensino superior brasileiro é integrada por 2.365

⁸ A Avaliação na Graduação é feita em diferentes formatos. No caso do desempenho dos alunos, é considerado o resultado da prova aplicada a alunos em fase de conclusão de curso por meio do Exame Nacional da Educação (ENADE) em que os alunos são convocados a prestar o exame. Os resultados do desempenho dos alunos interfere na avaliação do curso ofertado na instituição de vínculo do aluno. Já a avaliação dos Cursos é feita por meio de uma avaliação de credenciamento do curso por meio de uma comissão externa composta por docentes credenciados ao MEC. Também há o indicador por meio do Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) que resulta de uma média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da Instituição. E a avaliação da instituição é feita por uma comissão do MEC que avalia 10 itens que vão desde a estrutura física do Campus, a oferta de corpo docente qualificado, o resultado de reuniões com alunos e dados de estrutura, gestão e planejamento institucional.

⁹ A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* é desenvolvida pela CAPES desde 1970 e passou por adaptações no seu formato e atualmente compreende uma composição da avaliação do Programa (Mestrado e Doutorado) expressa numa escala de 1 a 7, sendo 5 a nota máxima para o mestrado e 7 para o doutorado tendo como parâmetro o nível de excelência internacional. A nota aferida resulta de um conjunto de quesitos como a interlocução, de docentes, discentes, produção intelectual, entre outros, no programa, havendo orientações específicas a cada área do conhecimento e previamente definidas pela comunidade científica.

instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação, pós-graduação, de formação tecnológica, extensão e/ou cursos sequenciais¹⁰.

Figura 4 – A estrutura educativa brasileira



Fonte: NEVES (2002, p.44).

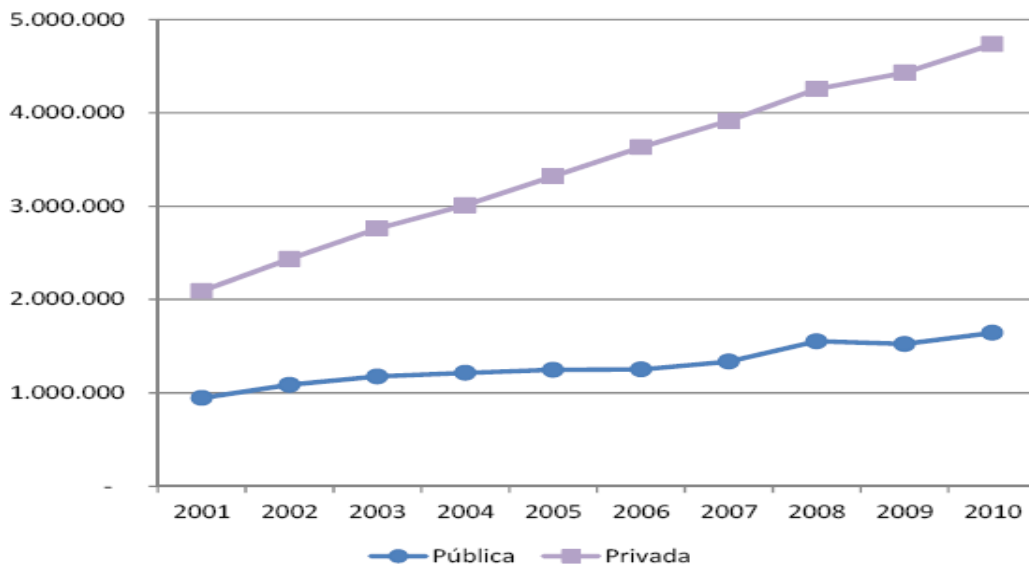
¹⁰ Fonte: MEC/INEP- Censo do Ensino Superior 2011.

A organização acadêmica das IES no Brasil sob abrigo da legislação nacional é integrada por: Universidades, Universidades Especializadas, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Centros de Educação Tecnológica (CETS), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) e Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFETS). Em todos os casos existe regulamentação nacional, seja para a criação e o funcionamento da instituição, seja para os cursos ofertados por meio da avaliação do governo federal que atribui notas mínimas de aprovação para novas ofertas, ou, ainda, para a continuidade da mesma, evidenciando o controle do Estado nas ofertas vigentes no ensino superior. Além disso, há, também, os Estabelecimentos Isolados ou Faculdades Isoladas que possuem estatutos próprios (NEVES 2002, p. 46), mas, que igualmente passam por avaliações periódicas.

Segundo o Censo do Ensino Superior de 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) referente aos cursos de graduação, há no país 29.505 cursos presenciais e a distância com um total de 6.379.299 milhões de alunos matrículas e 973.839 concluintes. O mesmo censo revela que a matrícula em cursos de graduação teve um crescimento de 110,1% entre 2001 e 2010, semelhante ao crescimento do número de IES no país. O crescimento das matrículas em instituições privadas é significativamente superior ao ocorrido em instituições públicas. Tal diferença poderá ter redução com a criação de novas universidades federais.

Diferentes fatores têm contribuído para a expansão do ensino superior brasileiro nos anos recentes. A demanda de mão-de-obra qualificada, as políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência no ensino superior por meio de financiamentos e programas de bolsas como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a criação de novas IES públicas fora das capitais e o incremento da renda das famílias são alguns dos fatores que podem ser apontados para explicar a expansão do ensino superior, seja na modalidade presencial ou a distância e em programas de curta duração como os cursos Tecnólogos.

Gráfico 1- Evolução matrícula (presencial e a distância) por Categoria Administrativa (público e privado) Brasil- 2001 a 2010



Fonte: MEC/INEP- Censo do Ensino Superior 2010.

Além desses fatores, também, deve-se destacar o impacto das novas tecnologias ligadas à produção industrial e ao setor de serviços no mercado de trabalho. Eles estão colocando novos desafios às universidades, seja no campo da formação de profissionais com novas qualificações, seja no campo da pesquisa e da inovação tecnológica.

3.3 Programas de cooperação para a internacionalização do ensino superior brasileiro

A criação de programas de cooperação internacional tem mantido uma estreita relação com o desenvolvimento da educação superior do Brasil. Os principais atores deste processo são o governo federal, através do MEC, MCTI e MRE e suas respectivas agências de fomento à pesquisa na criação de acordos internacionais que dão origem a programas de incentivo à cooperação acadêmica e as Instituições de Ensino Superior, que também cooperam no país e no exterior com instituições dando origem a ações, programas e redes de cooperação para o intercâmbio acadêmico e científico. Organismos Internacionais como a OMC e ONU/UNESCO, também são atores relevantes para o desenvolvimento da internacionalização do ensino superior brasileiro, mas, não será objeto de um tratamento mais aprofundado, uma vez que este estudo está voltado à compreensão do nível institucional.

O papel do governo brasileiro para a promoção das relações internacionais na educação tem sido exercido predominantemente pela CAPES, agência de fomento com maior índice de recursos destinados a programas de pós-graduação com projetos voltados à internacionalização. O Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G)¹¹ e o Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)¹², respectivamente destinados a nacionais de países em desenvolvimento para a realização de cursos de graduação, e de pós-graduação no Brasil, decorrem de acordos de Cooperação do governo brasileiro com países da América do Sul, Caribe e África. Ambos os Programas, ao possibilitarem a vinda de alunos estrangeiros ao país, propiciam o estabelecimento de relações de cooperação entre o Brasil e os países de origem dos estudantes, constituindo-se em um dos indicadores de internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras.

Alguns programas multilaterais têm contribuído na criação da integração do Brasil com o Continente Americano e podem servir de exemplo da política nacional de cooperação acadêmica: Programa Iberoamericano para o desenvolvimento de ciência e tecnologia; a Associação de universidades da região amazônica; a Rede de integração e de mobilidade acadêmica; Programa de redes e comparação de universidades (LAUS e MOROSINI, 2005, p. 144).

O MCTI e o CNPq também têm contribuído para o avanço da internacionalização do ensino e da pesquisa nas universidades. Igualmente, o Ministério das Relações Exteriores tem sido importante neste processo. A assinatura de acordos de cooperação bilateral e multilateral em diferentes áreas do conhecimento tem contribuído para o desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas nacionais necessárias ao atual estágio de desenvolvimento em que se encontra o país de modo a ampliar sua competitividade no cenário internacional. “Al tratar de promover el desarrollo nacional, el gobierno há apoyado la cooperación acadêmica internacional con el fin de elevar sus programas de posgrado y los centros de investigación a niveles internacionales” (LAUS e MOROSINI, 2005 p. 147).

As principais Agências de Fomento que financiam bolsas e projetos de pesquisa, ciência e tecnologia no Brasil são a CAPES e o CNPq. São diversos os programas de pesquisa

¹¹ O PEC-G foi criado em 1964.

¹² O PEC-PG foi criado em 1981 e visa a oferta de bolsas de qualificação em IES brasileiras a professores universitários, graduados ou pesquisadores de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica.

conjunta entre instituições brasileiras e estrangeiras existentes: Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB- França), Programa de bolsas para pesquisadores brasileiros e alemães (PROBAL- Alemanha), DFG (Alemanha), MES (Cuba), entre outros. De acordo com Laus e Morosini (2005, p.131), “La mayoría de programas de movilidad académica son promovidos por organizaciones o agencias nacionales y extranjeras” uma vez que fundações estrangeiras têm contribuído para a mobilidade através de programas de bolsas de estudo como é o caso da Fundação Ford (EUA), do British Council (Reino Unido), do Campus France (França), do DAAD (Alemanha) e outros.

As IES brasileiras também têm se articulado a redes universitárias que promovem ações conjuntas de cooperação acadêmica e de aproximação de suas lideranças. São exemplos dessas iniciativas a Organização Universitária Interamericana (OUI), o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) e a Associação Universitária Grupo Montevideu (AUGM), além do acordo de cooperação existente entre o CRUB e o *Conférence des Recteurs et des Principeaux des Universités du Québec* (CREPUQ) que promove mo intercâmbio e a formação de profissionais provenientes de instituições brasileiras e do Québec no Canadá.

Face à importância crescente das relações internacionais na educação superior, em 1988 as universidades brasileiras criaram o Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais que hoje se denomina Associação das Assessorias das Instituições de Ensino Superior Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI) e que incentivou a criação de escritórios institucionais¹³ destinados a criar uma estrutura de gerenciamento e promoção de ações de suporte aos futuros projetos de internacionalização das IES brasileiras. Embora o FAUBAI e outras instituições desenvolvam discussões relativas ao processo de internacionalização nas universidades brasileiras, ainda assim, é um processo com distintas variáveis de acordo com a realidade de cada universidade. Por isso consideramos pertinente a apresentação da UFRGS enquanto instituição pública inserida da estrutura educacional brasileira apresentada e que ainda assim, possui características próprias importantes relativas ao seu processo de internacionalização institucional.

¹³ Atualmente o FAUBAI mantém 119 instituições filiadas, sendo a UFRGS uma destas.

4 O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo é dedicado à apresentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), avaliada neste estudo. Inicialmente é apresentado um breve panorama histórico da universidade, seguido da sua estrutura. Na sequência é apresentada a origem, bem como as mudanças do setor voltado à promoção e organização das relações internacionais da Universidade. Respeitando a cronologia da criação deste setor, são apontados os principais elementos constantes nos Planos e Relatórios de Gestão, relativo à atuação internacional da UFRGS. Também, são abordados dados relativos à interação internacional da Universidade como a mobilidade discente e docente, os Acordos e Protocolos de Cooperação e os programas ofertados na instituição. Por fim, apresentamos os cinco Programas de Pós-Graduação de Excelência da UFRGS analisados, quais sejam: PPGBM, PPGFis, PPGQ, PPGC e PPGE3M.

4.1 Apresentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

4.1.1 Síntese histórica da trajetória da UFRGS

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma instituição centenária de ensino superior. Sua história iniciou com a fundação da Escola de Farmácia e Química em 1895, seguida da Escola de Engenharia em 1896 dando início, também, à educação superior no Rio Grande do Sul. Como centros isolados, no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito. Em 28 de novembro de 1934, através do Decreto Estadual 5.758, foi criada a Universidade de Porto Alegre constituída por seis unidades: 1- Escola de Engenharia, composta pelos Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; 2- a Faculdade de Medicina, composta pelas Escolas de Odontologia e Farmácia; 3- a Faculdade de Direito com uma Escola de Comércio; 4- a Faculdade de Agronomia e Veterinária; 5- a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e; 6- o Instituto de Belas Artes. Em 1947 passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) que, posteriormente, integrou as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria que, posteriormente adquiriram autonomia dando origem às Universidades Federais de Santa Maria e de Pelotas. Em 4 de dezembro de 1950 a então URGS foi federalizada pela Lei nº 1.254 contando com o apoio do então reitor

Alexandre Martins Rosa¹⁴. A partir de então ela passou a integrar o Sistema Federal do Ensino superior nacional com o nome de Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

O caráter de instituição voltada à pesquisa passou a ser incorporado como função da Universidade a partir do ano de 1957, quando as universidades brasileiras incluíram o desenvolvimento de pesquisas na formação de futuros profissionais- pesquisadores, cientistas e docentes. No ano de 1968 a Lei 5.540 instituiu a Reforma Universitária, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior brasileiro baseado na departamentalização. A estrutura vigente da UFRGS foi implantada em 1970, incorporando os novos institutos e faculdades. No processo de reforma foram criados novos órgãos superiores como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e, em 1976, as Pró-Reitorias.

4.1.2 Estrutura atual da UFRGS

Como instituição pública federal, a UFRGS é uma autarquia dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, mas, regida por legislação federal. Caracteriza-se pela gestão democrática e colegiada, que permite a representatividade de diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Possui estatuto e regimento próprios, que visam estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis no âmbito da Universidade. Conforme Estatuto aprovado pelo Conselho Universitário em sessão de 23 de setembro de 1994 (Decisão nº 148/94) e publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 1995 e o Regimento Geral, aprovado pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa em sessão de 22 de dezembro de 1995 (Decisão nº 183/95 e Resolução nº 42/95) e publicado no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 1996, sua estrutura é integrada pelos seguintes órgãos da Administração Superior: o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o Conselho de Curadores (CONCUR) e a Reitoria. O CONSUN é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade. Ele é o responsável pela aprovação dos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. Sua composição, competências e funcionamento são definidos pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da Universidade.

¹⁴ O período de gestão do reitor Alexandre Martins Rosa foi de 1949 a 1952.

O CONSUN deve aprovar o Plano de Gestão do Reitor segundo diretrizes da Universidade. O CEPE é o órgão técnico, com funções deliberativa, normativa e consultiva relativa ao ensino, à pesquisa e à extensão (Art. 14 do Estatuto da UFRGS). O CONCUR é o órgão fiscalizador da gestão econômico financeira e a Reitoria é o órgão executivo central, que coordena e supervisiona todas as atividades universitárias, sendo o Reitor designado para um mandato de quatro anos, podendo ser reconduzido por no máximo mais um período¹⁵.

Estes quatro órgãos formam a Administração Superior da Universidade que ainda conta com: 1- seis Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP); Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ); Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN) e Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG); 2- quatro Câmaras – de Graduação (CAMGRAD), de Pós-Graduação (CAMPG), de Pesquisa (CAMPESQ) e de Extensão (CAMEXT); 3- quatro Comissões; 4- três Coordenadorias; 5- sete Secretarias- dentre elas a Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER); 6- a Superintendência de Infra-Estrutura (SUINFRA); 7- dez Centros; 8- sete Associações; 9- dezessete Diretórios; 10- nove Órgãos Suplementares; 11- a Chefia de Gabinete e 12- a Procuradoria-Geral.

A Universidade possui quatro *campi* localizados na cidade de Porto Alegre: o Campus Central, onde se localiza a Reitoria, o Campus da Saúde, o Campus do Vale e o Campus Olímpico, além dos dois Centros fora de sede: o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos e a Estação Experimental Agronômica (nas cidades de Imbé e Eldorado do Sul, respectivamente). A Universidade abriga 27 Unidades Universitárias segundo áreas específicas, sendo treze Institutos, dez Faculdades e quatro Escolas que ofertam a formação desde o ensino básico e técnico gratuito por meio do Colégio de Aplicação e da Escola Técnica, respectivamente até a formação graduada e pós-graduada. Além dessas unidades, também são ofertados na UFRGS dez Órgãos Suplementares, dezenove Órgãos Auxiliares, cinco Centros Interdisciplinares e oito bibliotecas com oferta de 17.395 exemplares¹⁶.

No ano de 2011, a UFRGS possuía 97 cursos de graduação, nas modalidades presencial - 89 cursos - e a distância – 8 cursos- frequentados por 27.595 alunos e 139

¹⁵ O presente estudo foi realizado durante o período de gestão do reitor Carlos Alexandre Netto (2008-2012) reconduzido por mais uma gestão (2012-2016).

¹⁶ Dados obtidos no site da UFRGS: <<http://www.ufrgs.br>> acessado em 20 de agosto de 2012.

Programas de Pós-Graduação, sendo 71 mestrados e 68 doutorados com um total de 9.329 alunos. A UFRGS, anualmente, titula uma média de 5.394 alunos, sendo 34% destes, de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A instituição conta com um corpo docente composto por 2.541 professores, sendo 2.318 permanentes com dedicação exclusiva e destes, 85,1% são doutores. Em 2011 a produção intelectual do corpo docente atingiu o total de 2.117 publicações em periódicos indexados *Web of Science*, sendo 1.370 citações e outras 754 publicações em periódicos indexados na *Web of Science* com Qualis A1 e outras 714 citações. No mesmo ano estavam em funcionamento 724 grupos de pesquisa responsáveis por mais de 5.000 projetos de pesquisa em andamento. Para dar o apoio logístico necessário às demandas internas, a UFRGS conta com 2.553 funcionários¹⁷.

4.2 As Relações Internacionais da UFRGS

A UFRGS acumula uma longa história de ações no campo da internacionalização. Desde o final do século XIX e início do século XX alguns pesquisadores tomaram iniciativas voltadas a dar os primeiros passos na criação de vínculos de cooperação acadêmica e científica internacional. Os principais atores foram alguns docentes já possuidores de títulos de doutor, que estabeleceram as primeiras relações acadêmicas com instituições estrangeiras que, no futuro, deram origem à assinatura de acordos internacionais propiciando a vinda de professores estrangeiros principalmente da Alemanha, da França, dos Estados Unidos e da Argentina dando importante contribuição para a criação de cursos e programas de pós-graduação em algumas áreas do conhecimento (ROCHA, 2004).

Diferentes unidades acadêmicas e programas de pós-graduação da UFRGS se desenvolveram por meio de influências internacionais. A Escola de Engenharia, desde o século XIX, realizava intercâmbios de docentes com instituições e profissionais dos Estados Unidos e da Europa. No relatório de 1922 do presidente da Escola de Engenharia ao Conselho Universitário destacava-se a contribuição de especialistas estrangeiros, assim como, o envio de jovens diplomados aos países adiantados [termo do relatório] da Europa e da América para

¹⁷ Dados obtidos no site da UFRGS: <<http://www.ufrgs.br>> acessado em 20 de agosto de 2012.

adquirirem conhecimentos de métodos modernos de educação técnica e profissional. (ROCHA, 2004, p. 28).

Na década de 1950, a vinda e atuação de dois professores holandeses- Gerard Hepp e Theodor Maris- e um argentino – J. Staricco- o Instituto de Física (IF) da UFRGS se consolidou e passou a adquirir destaque científico internacional. “Desde 1958 há registros de publicações internacionais dos pesquisadores deste Instituto, sendo que, entre 1973 e 1978, foi de dois pesquisadores do IF/UFRGS o artigo mais citado internacionalmente em Física Teórica” (ROCHA, 2004, p. 32). Através das pesquisas e publicações internacionais de alto nível os professores do instituto estão entre os autores internacionais mais citados sobre a temática da física e são reconhecidos com premiações internacionais. Por meio da atuação docente em pesquisa de renome internacional, teve início em 1964, o segundo Doutorado da UFRGS, Doutorado em Física, antes mesmo de haver Programa de Mestrado nesta área.

No Programa de Pós-Graduação em Genética que teve início em 1963, se caracterizando como Doutorado mais antigo da UFRGS, não foi diferente. Além do estímulo à formação de docentes no exterior e à atração de especialistas, o desenvolvimento de pesquisas em laboratório apoiado financeiramente pela Fundação Rockefeller dos Estados Unidos teve importância decisiva à criação do Doutorado em genética, primeiro programa de Doutorado da UFRGS.

A presença e os trabalhos de dois professores alemães desde a década de 1920, - Otto Rothe e Erik Schrim- foram decisivos na história do Instituto de Química. Eles contribuíram significativamente para o desenvolvimento, na década de 1980, de cursos de especialização, o intercâmbio de alunos de graduação para a realização de estágio no exterior, o início do Programa de Pós-Graduação em Química e estimularam o início das relações do Instituto com centros acadêmicos europeus.

Também foi a cooperação acadêmica com a Alemanha que assegurou aos docentes da área de Ciências Sociais da UFRGS a realização de formação pós-graduada no exterior, obtendo títulos de doutor. As bolsas de estudo que viabilizaram essa mobilidade internacional foram oferecidas pelo Programa de Parceria Acadêmica do *Oekumenisches Studienwerk/* Obra Ecumênica de Estudos. “O curso de Pós-Graduação em Sociologia, Ciência Política e Antropologia atingiu sua consolidação e expansão graças ao Programa [supracitado], que teve importância histórica no Departamento de Ciências Sociais” (ROCHA, 2004, p. 29).

As relações de cooperação de pesquisadores da UFRGS com instituições acadêmicas da Alemanha também tiveram significativa importância para as áreas de Odontologia, Direito e Veterinária. Com a França, Itália, Alemanha, Holanda e Portugal, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas desenvolveu parcerias desde a década de 1950 para a formação técnica de laboratórios permitindo, também, a criação em 1959, do curso de Pós-Graduação em nível de mestrado. O mesmo contou com a participação de professores de diferentes países como França, Inglaterra, Suécia, Estados Unidos, Finlândia, Alemanha e Hungria, atraindo, igualmente, alunos internacionais, especialmente na América Latina (ROCHA, 2004, p. 31). A área da Informática e da Administração, também mantém contatos internacionais. A Universidade Joseph Fourier da região de Grenoble, França é marcadamente um dos importantes contatos internacionais da Informática. Já no caso da Escola de Administração os intercâmbios foram inicialmente realizados com os Estados Unidos e se expandiram à Alemanha, França e Canadá.

Os casos de internacionalização mencionados são importantes de serem referidos, pois, demonstram o papel cumprido por alguns docentes cujas iniciativas pessoais no âmbito internacional deram origem a novas possibilidades para grupos de docentes e pesquisadores locais em formação.

A inserção internacional da UFRGS, neste início do século XXI, reflete-se no alto nível de seu ensino de graduação e pós-graduação, na formação de seus docentes e pesquisadores, em projetos de cooperação internacional em seus espaços de ensino, pesquisa e extensão, na mobilidade acadêmica de seus docentes e estudantes, na postura estratégica que seus órgãos de Administração Central têm assumido com relação às questões mais importantes em discussão no país e os organismos internacionais ligados à educação superior. (ROCHA, 2004, p.11).

O primeiro passo da UFRGS para centralizar os serviços de assessoria internacional foi dado nos anos 1980. Para atender às normas de imigração e às demandas decorrentes da organização da pós-graduação brasileira com atuação da CAPES, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação passou a contar com o trabalho de uma funcionária que ficou responsável pela regularização da incorporação de professores estrangeiros no corpo docente da UFRGS. Em 1989, este foi ampliado à atuação de um docente e uma técnica-administrativa junto ao gabinete do reitor para:

[...] a organização de uma viagem do reitor à Alemanha, a programação de visitas às universidades conveniadas, o acompanhamento dos resultados, a transmissão de informações sobre projetos conjuntos e a acolhida de delegações internacionais em visita à UFRGS. (ROCHA, 2004, p. 18).

Embora atuasse como assessoria internacional, ainda assim permanecia vinculada apenas às demandas do reitor. Com a nova equipe de reitoria, a atuação da assessoria ficou a cargo apenas de uma técnica-administrativa e não havia interesse por parte do então reitor na ampliação ou efetiva continuidade da atuação da UFRGS nas relações internacionais. Exemplo disso foi a não participação da universidade quando da criação, em 1991, do Grupo Montevideu.

A criação de um setor responsável pela gestão das relações internacionais da UFRGS ocorreu, somente, no início da década de 1990, quando teve origem a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARII), prevista no Plano de Gestão 1993-1996 do Reitor Héglio Trindade. Ela tinha como prioridades institucionais e objetivos centrais de sua gestão a ampliação e diversificação das relações da UFRGS nos âmbitos regional, nacional e internacional.

A idéia da Assessoria surge, quando elaborávamos o plano de gestão [reitor Héglio Trindade], da primeira reitoria eleita com participação, intensa mobilização, na época da redemocratização do país e, portanto, o projeto era a gestão democrática da universidade, numa época de intensa disponibilidade das pessoas para participar[...]. Na época da elaboração desse plano de gestão, ficou bem claro que era muito importante a universidade trabalhar com um projeto de relações internacionais, que projetasse a imagem da universidade a um plano internacional, mas que nós tivéssemos critérios seletivos pra isso, que fosse do interesse da universidade, e que posicionasse estrategicamente a nossa universidade como universidade da melhor qualidade nesse relacionamento[...]. Mas o principal motivo, sem dúvida, foi pra modernizarmos a potencialidade da UFRGS pra relações internacionais, e conseguirmos ativar mais essa capacidade, entendendo que relações internacionais são muito benéficas, produzindo o modelo acadêmico científico e tecnológico da universidade. A criação da Assessoria de Relações Internacionais faz parte de um projeto novo de universidade. (ENTREVISTADO M).

Por meio de Portaria, em julho de 1993, a Universidade oficializou o início das atividades da ARII, vinculada ao Gabinete do Reitor, visando a ampliação e diversificação das atividades de cooperação e intercâmbio com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, bem como: “[...] a necessidade de estimular e apoiar os esforços no sentido de aumentar a capacidade institucional de respostas às demandas da sociedade”. (UFRGS, 1996, p. 130).

A criação da ARII teve como objetivos a organização das ações institucionais e internacionais das unidades acadêmicas como convênios, vinda de professores estrangeiros, ida de professores ao exterior. “Queríamos organizar as ações dispersas e sem coordenação e

sem política deixando de ser ações casuístas” afirmava a primeira assessora da ARII (ENTREVISTADO M). Entre as principais atividades desenvolvidas pela ARII incluíam-se: a divulgação de oportunidades de obtenção de bolsas de estudo no exterior, a obtenção de financiamentos e a assinatura de convênios; o apoio à organização de eventos institucionais e internacionais; a orientação e o apoio aos professores, pesquisadores e alunos estrangeiros e a organização de bancos de dados sobre convênios vigentes; e a assinatura de novos Acordos, Protocolos, Convênios e Contratos com instituições do Brasil e do exterior. “Começou-se a estabelecer alguns protocolos, no sentido de procedimentos, que sinalizem externa e internamente a importância das relações internacionais”, destaca o entrevistado M.

Em setembro de 1995, pela Portaria nº 3.989, criou-se a Comissão de Relações Internacionais da UFRGS com a função de propor diretrizes e ações para a efetivação de acordos de cooperação e intercâmbio, abrindo novos horizontes internacionais com a finalidade de institucionalizar as relações internacionais desenvolvidas em toda a universidade. Esta Comissão, composta por professores¹⁸ de diferentes áreas do conhecimento com experiência internacional, era encarregada de propor ações voltadas ao estabelecimento de relações e contatos com universidades estrangeiras, organismos internacionais e agências de fomento.

Em 1997, teve início a gestão da Reitora Wrana Maria Panizzi. A partir de então a ARII passou por mudanças estruturais conforme estava previsto no Plano de Gestão de 1996-2000 do novo reitorado. Entre as alterações estavam a criação e a consolidação da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais como forma de ampliar a atuação da ARII a nível institucional por meio do apoio à cooperação e à criação de Convênios nacionais e internacionais com incentivo ao intercâmbio de alunos e professores. Mudança esta que ocorreu no final do ano de 2000 quando a ARII passou a ser denominada Secretaria de Assuntos Institucionais e Internacionais (SRII) e ganhou espaço físico próprio e adquiriu maior espaço na universidade na continuidade e ampliação de suas ações.

Com a recondução da reitora por mais um mandato (2000-2004), tiveram continuidade programas e convênios com financiamento de agências de fomento nacionais e internacionais, tais como, CAPES-DAAD, CAPES-COFECUB, CAPES- *British Council*, Programa Alfa, além dos programas de mobilidade internacional como o Grupo Montevideu com a oferta do

¹⁸ Fizeram parte da Comissão de Relações Internacionais da UFRGS os seguintes professores: Ruben George Oliven (IFCH), Jarbas Milititsky (Engenharia), Cristina Capparelli Gerling (Artes), Mário Norberto Baibich (Física), Pedro Ros Petrovic (Farmácia), Philippe A. O. Navaux (Informática), Roberto Giuliani (Biociências e HCPA), Wrana Panizzi (Arquitetura) e Zilá Bernd (Letras).

Programa de Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica (PIMA), e Programa *Espacio Académico Común Ampliado Latinoamericano* (ESCALA), Rede Santos Dumont, Programa Intercampus (PCI), bem como, o programa Português para Estrangeiros como forma de estímulo institucional à interação internacional, entre outros. Esses programas propiciaram à UFRGS uma gradativa inserção internacional e aumento da mobilidade de estudantes da graduação, tanto nacionais como estrangeiros. Com isso as demandas de atuação da SRII se ampliaram frente à necessidade de estruturar a acolhida destes estudantes, seja em termos logísticos e legais, seja em termos acadêmicos. Foram criadas as primeiras ações internas para flexibilização e apoio ao intercâmbio discente relativo ao reconhecimento de créditos e ao aceite de alunos estrangeiros.

Uma nova mudança na nomenclatura e estrutura do setor responsável pelas relações internacionais ocorreu na gestão seguinte do Reitor José Carlos Ferraz Hennemann (2004-2007) quando, em 2007 a SRII transformou-se em Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER). Durante o período desta gestão a RELINTER deu continuidade aos programas internacionais já consolidados abrindo espaço a novas ações voltadas a três eixos estratégicos de atuação da cooperação internacional. O primeiro estava voltado aos países da OCDE, o segundo à América Latina e o terceiro aos países da África e da Ásia como a China e a Coreia aumentando o número de alunos destes países para participação no Programa de Português para Estrangeiros. A Secretaria, responsável pelas atividades internacionais da universidade, também manteve relações com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições federais de Ensino Superior (ANDIFES) e coordenou o Curso de Gestão da Internacionalização ofertado às IFES brasileiras.

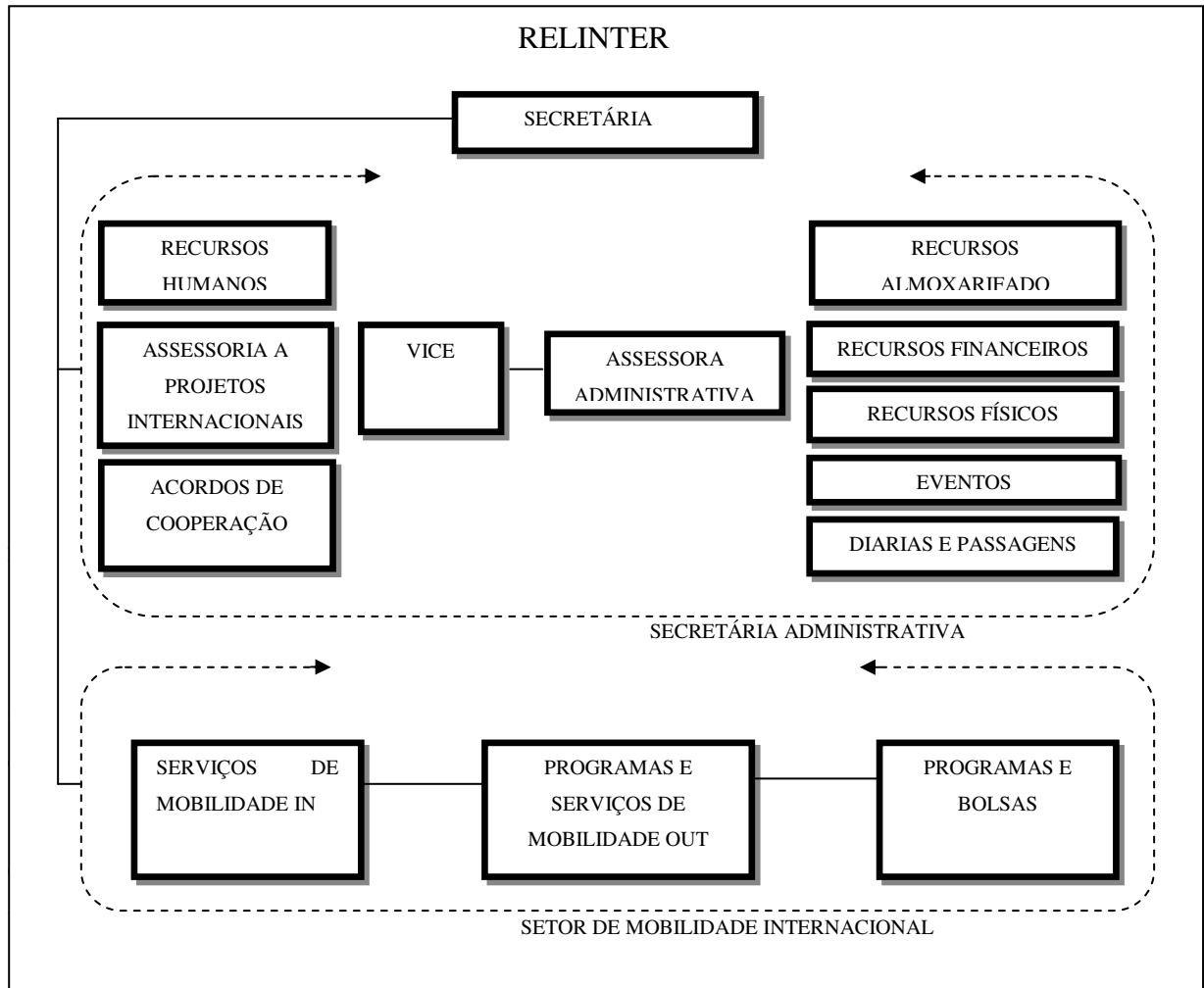
Na gestão seguinte e primeiro mandato do reitor Carlos Alexandre Netto (2008-2012), as relações internacionais da UFRGS adquiriram novo impulso pela crescente demanda da mobilidade discente e docente e maior inserção da universidade no cenário internacional. Neste período, o processo de internacionalização da UFRGS passa a ser amplamente tratado na instituição. Foi dada continuidade a programas e ações já existentes, e criados internamente, os Programas Intercâmbio em Casa e Amigo Internacional. Também foi priorizada a promoção internacional da UFRGS por meio da criação de material impresso e do conteúdo do site em outros idiomas como forma de atração e aproximação com o exterior. Além disso, a gestão por meio da RELINTER buscou institucionalizar a internacionalização estreitando as relações por meio da criação dos coordenadores de ações internacionais das

Unidades Acadêmicas da UFRGS (ANEXO B) e que passaram a atuar com as demandas específicas da unidade a nível internacional.

Atualmente, a Secretaria de Relações Internacionais é o órgão da administração central da UFRGS encarregado do fomento, articulação e administração da cooperação da universidade com instituições estrangeiras. Sua atuação objetiva a divulgação da imagem da UFRGS no exterior e a prática das relações acadêmicas e científicas internacionais. São suas funções: A promoção do intercâmbio na graduação; a orientação a estudantes da UFRGS sobre intercâmbios; a divulgação de notícias relativas a oportunidades de estudo no exterior; o fornecimento de informações e auxílio para trâmites burocráticos, logísticos e acadêmicos a alunos estrangeiros; a promoção de encontros de estudantes internacionais; a orientação a professores da UFRGS e do exterior sobre a criação de parcerias e oportunidades; o fomento à criação de Acordos e Protocolos de cooperação; a recepção de delegações estrangeiras; e a representação da UFRGS diante de universidades e instituições internacionais.

A RELINTER possui uma estrutura funcional composta por quatro funcionários técnico-administrativos e dois docentes, sendo que um destes exerce a função de Secretário de Relações Internacionais que tem a função executiva de representar a Instituição. Os técnico-administrativos são responsáveis pelas atividades administrativas da Secretaria e pela coordenação de programas de intercâmbio. Atualmente a RELINTER mantém em funcionamento ações paralelas em dois distintos espaços físicos. O primeiro deles correspondente à coordenação da Secretaria e secretaria administrativa, localizado próximo do Gabinete do Reitor. O segundo espaço, criado em 2011, é o Setor de Mobilidade Internacional que atua no atendimento direto a alunos e professores da UFRGS que venham do exterior ou que estejam vinculados à UFRGS e queiram realizar atividades em outros países. A disposição da atual equipe da RELINTER segue o seguinte organograma:

Figura 5 – Organograma RELINTER



O Setor de Mobilidade Internacional tem duas categorias de funções: *in* e *out* que agregam respectivamente, programas e atividades que tratam do receptivo de estrangeiros, enquanto que a outra categoria é responsável pelos trâmites do encaminhamento ao exterior.

No segundo mandato do mesmo Reitor (2012-2016) a atuação da RELINTER dará continuidade às atividades em desenvolvimento, conforme entrevista no Jornal da Universidade:

Continuaremos fomentando a prática intercambista e deveremos aderir a uma proposta construída junto com a Capes para preparar em língua inglesa os potenciais candidatos que podem ser enviados ao exterior. Também estamos discutindo a possibilidade de oferecer cursos de inglês. Mas a questão da acomodação é nosso grande gargalo. (KLEIN, 2012).

No novo Plano de Gestão, ainda em fase de aprovação, está previsto o incremento da internacionalização por meio da ampliação do fluxo de intercâmbios estudantis, da melhoria

da mobilidade *in* por meio de ampliação da flexibilização curricular, do ensino de línguas na UFRGS, e da criação de novos convênios internacionais.

4.2.1 Os Planos de Gestão e a internacionalização

A inclusão do tema da internacionalização no planejamento dos Planos de Gestão constitui-se em um marco de mudança no enfoque das relações internacionais da UFRGS, que até então valorizava a livre iniciativa dos professores em detrimento de uma ação institucionalmente planejada. A universidade teve forte influência internacional no desenvolvimento de distintas Unidades Acadêmicas e Programas de Pós-Graduação consolidados de excelência, decorrentes de relações individuais marcadamente de professores. No entanto, a formação de estratégias de gestão voltadas à interação internacional da universidade ocorreu apenas nos anos 1990 quando o tema das relações internacionais também passou a ganhar maior destaque no mundo.

Podemos dizer que a mudança estratégica foi efetivada a partir do início dos anos 1990, pois a idéia de contar com um setor especializado de relações internacionais junto à Administração Central da UFRGS denota uma atenção maior a estas atividades. O mundo modificava-se, fortaleciam-se novos grupos políticos e econômicos, como a Comunidade Européia e o Mercosul; a Universidade, atenta ao cenário, passa a integrar as relações internacionais em seus Planos de Gestão. (ROCHA, 2004, p. 18 e 19).

A partir deste período, os planos de gestão, ao incorporarem a temática internacional passaram a servir de reforço estratégico ao que já está contemplado no Estatuto e no Regimento Geral na universidade, ambos criados na década de 1990. O Estatuto da UFRGS¹⁹ que afirma a finalidade da universidade e estabelece as competências dos órgãos e representações da gestão institucional, estabelece, entre outros: a atuação da universidade para a manutenção da autonomia financeira e obtenção de recursos financeiros provenientes de convênios com entidades estrangeiras e internacionais (Art. 1º e Art. 83); a interação da universidade e suas unidades com diversas entidades de âmbito internacional (Art. 6º, item III); e a capacidade de cooperar com universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais, estrangeiras e internacionais (Art. 6º, item VII). Igualmente, o Estatuto

¹⁹ O Estatuto da UFRGS foi aprovado pelo Conselho Universitário em 23 de setembro de 1994 (Decisão nº 148/94) e publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 1995.

estabelece, relativo à estrutura institucional, as competências do Conselho Universitário de aprovar os convênios da universidade e de homologar os convênios das unidades (Art. 12, item XIV); do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de estabelecer normas para o afastamento dos docentes para fins acadêmicos (Art. 17, item VIII); esclarece que a reitoria é o órgão executivo que coordena e supervisiona todas as atividades universitárias (Art. 22), sendo competência do reitor administrar e representar a universidade (Art. 25, item I). O Regimento Geral da UFRGS²⁰, além de reforçar o que está estabelecido no estatuto, regula, entre outros, a igualdade hierárquica de todas as unidades acadêmicas (Art. 43); a necessidade de o Plano de Gestão ser encaminhado pelo Reitor para aprovação conforme diretrizes da universidade (Art. 7º); a competência da Pró-reitoria de Pesquisa em coordenar os programas de fomento, intercâmbio e divulgação da pesquisa (Art. 156); e a possibilidade de a universidade utilizar fundos provenientes de acordos e convênios à promoção do desenvolvimento da pesquisa (Art. 159).

O planejamento das relações internacionais da UFRGS, por meio de prioridades, metas, estratégias e ações ocorreu de forma diferenciada em cada gestão²¹. Assim, passamos a apresentar o que estava previsto relativo à temática da internacionalização a partir dos reitorados que incluíram este tema nos Planos de Gestão, notadamente, desde 1993. De acordo com o Plano de Gestão (1993/1996, p.7), o planejamento do desenvolvimento da UFRGS esteve pautado no desafio de a universidade inserir-se num contexto internacional e de mudanças em meio a um período de “internacionalização do processo científico e tecnológico” e de pensar a instituição globalmente. Neste período foi estabelecido como um dos dois objetivos prioritários institucionais: ampliar e diversificar as relações da UFRGS, enquanto instituição aberta à sociedade em suas dimensões regional, nacional e internacional. Para atingir este objetivo, o mesmo plano previa um conjunto de políticas, entre elas; VII. Política de interação universidade-sociedade e intercâmbio institucional, que tinha como programa de ação a criação da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais.

²⁰O Regimento Geral da UFRGS foi aprovado pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa em 22 de dezembro de 1995 (Decisão nº 183/95 e Resolução nº 42/95) e publicado no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 1996.

²¹No APÊNDICE B é apresentado um resumo das principais ações desenvolvidas em cada gestão segundo dados obtidos nos Planos de Gestão e respectivos relatórios.

Por meio da atuação desta assessoria, previamente apresentada neste trabalho, o relatório de gestão registra o incremento da atuação internacional da UFRGS através da atuação em diferentes programas. Entre as ações de maior destaque da interação internacional da UFRGS deste período estão as participações em Programas Bilaterais e Redes que possibilitaram à UFRGS visibilidade além fronteiras e participação em diferentes Projetos de cooperação científica internacional que tiveram continuidade nos anos seguintes. Nos programas bilaterais com financiamento de agências de fomento nacional e internacional podemos citar: CAPES-DAAD, CNPq-DAAD com cinco projetos, CAPES-COFECUB, Programa Franco-Brasileiro de Cooperação em Tecnópoles, CAPES- British Council e CAPES- Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Além disso a UFRGS passou a participar da Associação do Grupo Montevideu com 50 docentes envolvidos na criação do doutorado em Ciência Política. Com a Rede Santos Dumont (França) promoveu intercâmbio de doutorado e pós-doutorado com oferta de co-tutela²², o reconhecimento mútuo de títulos e a oferta de doutorado sanduíche. A UFRGS também, manteve-se ativa no Programa Alfa à cooperação de IES européias e latinas e no convênio INTERCAMPUS com o governo da Espanha para a mobilidade na graduação.

De 1992 a 1995 há registro de 215 afastamentos para doutorado no exterior, além dos 69 para pós-doutorado e 749 para congressos no exterior. Neste mesmo período a UFRGS recebeu 91 alunos estrangeiros pelo Programa de Estudantes Convênio Graduação do MRE. Até maio de 1996 a UFRGS mantinha convênio com 74 instituições de 24 países diferentes. Além disso, a Universidade passou a contar com a AIESEC que é uma organização de estudantes que atua na criação de intercâmbios profissionais e também, foram criados três Núcleos de Estudos, sendo eles: o Canadense, Japonês e Judaico com apoio de universidades e embaixadas para a promoção de ações conjuntas.

Com a mudança de reitorado foi apresentado o novo Plano de Gestão 1996/2000 contendo cinco eixos principais. O quinto deles tratava da “Interação Universidade-Sociedade” que mantinha vinculado o “Programa de relações institucionais e internacionais” com a existência de metas internacionais voltadas ao incentivo e apoio aos convênios que propiciem o intercâmbio discente e docente; o estabelecimento de programas conjuntos com

²² A co-tutela permite aos alunos de doutorado realizar sua tese sob responsabilidade de dois orientadores sendo um do Brasil e outro de país estrangeiro, havendo uma única defesa da tese com a obtenção do aluno de diploma de doutorado dos dois países. A Resolução nº 29/2005 regulamenta a Co-tutela, também denominada de titulação simultânea em dois países, no âmbito da UFRGS.

outras universidades do exterior e a criação e consolidação da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais.

O objetivo era a busca da qualificação dos corpos docente e discente, a ampliação da divulgação de oportunidades, criando um ambiente de vivência científica e acadêmica além-fronteiras. A ARII priorizou apoiar ações conjuntas e convênios, dando um caráter cada vez mais institucional integrado às atividades. (ROCHA, 2004, p. 21).

Nesse período foi mantida a participação institucional em projetos de Programas Bilaterais, assim como, foi reforçada a interação com as redes e associações, merecendo destaque a atuação da UFRGS junto à AUGM. Além de intensificar a participação nos programas de mobilidade, a UFRGS também atuou como representante da AUGM junto à Conferência Mundial sobre o ensino superior da UNESCO em 1998 em Paris, assim como, assumiu papel preponderante nas discussões das Reuniões de Cúpula de Reitores sobre o papel das Universidades Públicas no cenário internacional.

A UFRGS também realizou ações de incentivo à mobilidade discente, docente e de técnicos por meio da criação de bolsas de incentivo à participação em eventos no exterior por meio do Programa de Mobilidade Acadêmica no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) 2000, sendo que naquele mesmo ano ofereceu 53 auxílios. Além disso, participou da criação e desenvolvimento do PIMA entre AUGM e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) que previa a realização de estágio no exterior para alunos da graduação. Por este programa a UFRGS recebeu e enviou um aluno em 2000/2.

De acordo com o Relatório de Gestão a UFRGS enviou 12 participantes e recebeu outros 12 estudantes espanhóis pelo Programa de Cooperação Interuniversitária América Latina Espanha (PCI/AL.E)²³. A Universidade ampliava o receptivo de estudantes internacionais, embora não houvesse uma estrutura de acolhimento organizada. Em 1998 havia 97 estudantes de pós-graduação estrangeiros e 51 de graduação do exterior na UFRGS. E para atender a estas demandas de mobilidade, foram criadas resoluções internas com

²³O programa PCI/AL.E deriva do programa INTERCAMPUS que se caracterizava pela oferta de intercâmbio de férias para alunos graduação ou pós-graduação de IES latinas e espanholas. Programa este, que foi ampliado ao intercâmbio docente.

definições sobre estes processos de envio de estudantes ao exterior e de recebimento de estrangeiros.

Na gestão seguinte, o Plano de Gestão de 2000/2004 manteve presente na terceira meta da universidade a “Intensificação da inserção internacional e ampliação das parcerias com a sociedade” com clara definição do posicionamento institucional em três frentes: 1- incentivo aos programas de mobilidade acadêmica; 2- desenvolvimento de ações integradas com instituições universitárias; e 3- incentivo à cooperação e intercâmbio nacional e internacional. Na primeira frente a UFRGS buscava abranger discentes, docentes e técnicos, enquanto que na segunda, havia destaque no interesse de desenvolver maior interação internacional da graduação, da pós-graduação e da pesquisa nas relações de intercâmbio, sendo que na terceira um dos focos estratégicos era melhorar e facilitar a acolhida e estada de estrangeiros na UFRGS. Para que estas e outras metas de cunho internacional fossem cumpridas, permanecia o interesse em criar e consolidar a Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais de forma a ampliar a atuação deste setor na universidade.

A Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais transformou-se na Secretaria de Assuntos institucionais e Internacionais [grifo do texto], no final do ano 2000, ao iniciar-se a nova gestão da Universidade. Com isso, a UFRGS enfatiza o papel estratégico de um permanente diálogo com a comunidade regional, nacional e internacional. (UFRGS, [2001?], p.269).

Durante esta gestão foram definidas as funções e atribuições da SRII que passou a atuar mais fortemente na organização de atividades de mobilidade de estudantes da UFRGS e na acolhida de estudantes estrangeiros, que mantinham gradativo aumento. A SRII também atuava na manutenção e desenvolvimento de projetos bilaterais e programas de cooperação já existentes na universidade, bem como, na divulgação das oportunidades acadêmicas e científicas internacionais. Também buscava a aproximação com representações diplomáticas de outros países e instituições locais.

Durante este período, a UFRGS mantinha o desejo de participar ativamente das discussões acerca da transformação da universidade, assim como, conseguir patamares de simetria, seja na mobilidade, seja nas ações de pesquisa conjunta.

Em 2002 a UFRGS esteve ligada ao mundo e ao seu entorno mais próximo. Em busca das metas de seu Plano de Gestão, foram ampliadas as parcerias com a sociedade, através da assinatura de 98 novos termos de cooperação com instituições nacionais e internacionais [...]. Quanto às relações internacionais em geral, pode-se observar que estamos num ponto de maturação, pois passamos de uma mentalidade de apenas enviar estudantes, cientistas e professores para buscar formação nos países mais adiantados, a um real intercâmbio como caminho de mão dupla. [...]. A reciprocidade passa a ser, assim, elemento importante da mobilidade internacional de professores e alunos. “Fazer intercâmbio” não significa mais, como foi até há pouco tempo, apenas sair para estudar em outro país. Fazer intercâmbio é sair, mas é também receber, e a UFRGS tem recebido número crescente de estudantes de graduação e pós-graduação, provenientes de países como Alemanha, França, Espanha, que vêm completar seus cursos aqui. (UFRGS, [2003?], p. 85-86).

A participação de alunos, professores e técnicos da UFRGS se manteve em programas como o Programa ESCALA, PCI, CAPES/ Programa de Cooperação Acadêmica em Nível de Graduação entre Brasil e Alemanha (UNIBRAL) e CAPES/Fund for the Improvement of Post Secondary Education (FIPSE). Além destes, a UFRGS também teve 207 alunos realizando complementação de estudos no exterior em decorrência de convênios e recebeu outros 107 estudantes internacionais. Além disso, também recebeu estudantes PEC-G, professores estrangeiros e alunos da pós-graduação. Mas, o grande marco da mobilidade foi a oferta da dupla diplomação²⁴ na área da engenharia com a França e teve a participação de 3 alunos da UFRGS. Devido ao aumento da mobilidade estudantil, a UFRGS criou resolução interna para garantir o aproveitamento de estudos realizados no exterior pelo período de até dois semestres. Além disso, foram realizadas ações visando ampliar a visibilidade interna da SRII e de seus serviços.

Durante esta gestão, a UFRGS manteve contatos com órgãos consulares e participou de eventos, bem como, foi ativa no Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI). Um balanço da cooperação internacional da UFRGS deste período é feito no Relatório de Gestão de 2004 que aponta um direcionamento das ações internacionais da Universidade em consonância com o cenário da política externa do brasileiro na busca pela ampliação de ações internacionais com nações emergentes do Oriente como a China.

²⁴ O Duplo Diploma permite aos alunos de graduação da UFRGS a obtenção de diploma nesta universidade e em outra instituição estrangeira congênere mediante convênio específico. A Resolução nº 11/2002 regulamenta a dupla diplomação no âmbito da UFRGS.

A cooperação com a Europa e a América do Norte já se encontra consolidada e dispõe de mecanismos de financiamento, mas carece de maior reciprocidade e visão estratégica (selecionar áreas de interesse). Já a cooperação no âmbito do Mercosul, que se dá particularmente no âmbito da Associação das Universidades do Grupo Montevideu/AUGM (públicas) necessita ser ampliada e ter seus mecanismos de financiamento institucionalizados. Finalmente, é vital construir pontes em direção aos grandes países emergentes, sobretudo a China, em consonância com o projeto nacional brasileiro, sendo esse o principal desafio da atual gestão, como forma de criar um diferencial para a UFRGS. (UFRGS, [2005?], p. 24)

Na gestão seguinte, relativa ao período 2004/2008, o Plano de Gestão previa oito metas, sendo que a terceira estava direcionada ao “Fortalecimento da integração da Universidade com a sociedade nos âmbitos regional, nacional e internacional”. Entre as estratégias para atingir estas metas podemos citar duas diretamente vinculadas à interação internacional: 1- “Estabelecer uma política de cooperação internacional” e, 2- “Incrementar o intercâmbio de estudantes, docentes e técnicos administrativos”. A busca da Universidade era pela qualificação das ações internacionais com base na cooperação em redes e nas associações de instituições com objetivos pares ao projeto acadêmico da UFRGS que passou a considerar importante o planejamento da internacionalização da universidade: “[...] é necessário planejar a internacionalização, para se obter resultados que reflitam também um incremento qualitativo, e não apenas quantitativo.” (UFRGS, [entre 2005 e 2008]).

Foram definidos três eixos de atuação internacional da UFRGS para o período, sendo o primeiro o que abarcava os países da OCDE “em relação aos quais já existem inúmeros canais de cooperação e mecanismos de financiamento, tendo sido superada a fase de uma relação assimétrica”. O segundo eixo priorizava a relação com os países Latinos em especial do MERCOSUL, com quem havia um gradativo crescimento no número de colaborações evidenciando a possibilidade de expansão. O terceiro eixo estava voltado aos países emergentes do continente Africano e Asiático que representava o grande desafio à internacionalização da UFRGS.

Para a efetividade destas metas, foram previstas, ao longo da gestão, ações vinculadas a cada uma das duas estratégias internacionais anteriormente destacadas. Entre as principais ações e metas previstas na primeira estratégia do Plano de Gestão, para a criação de uma política de cooperação internacional estavam: a criação de novos Acordos de Cooperação com Instituições dos países dos três eixos; a ampliação da participação da UFRGS e seus docentes nas ações da AUGM e de discentes no programa ESCALA; a atração de estudantes de países da Ásia; a criação de três cursos de mestrado internacional na África; a oferta do curso de internacionalização pela ANDIFES; a oferta de bolsas de estudo patrocinadas por empresas

privadas como o Santander visando a promoção da mobilidade na graduação; e a participação da UFRGS em feiras e eventos internacionais.

Já na segunda estratégia para o incremento do intercâmbio de estudantes, docentes e técnico-administrativos, estavam previstas as seguintes ações e metas: a realização de visitas do reitor à Índia e à África; a oferta de seis vagas para intercâmbio docente no Programa ESCALA; a criação de mobilidade na graduação com a Universidade Autônoma de Madrid; a melhora na estrutura de acolhida de estudantes estrangeiros; a disponibilização de manuais de orientação para intercâmbio; e a melhora na estrutura física da SRII.

Os resultados destas ações consideradas metas foram atingidos segundo Relatórios anuais de gestão. Entre os principais dados apontados, está a assinatura de novos Acordos e Convênios com instituições de diferentes países havendo em 2006, registro de 109 convênios/protocolos vigentes, sendo que a cooperação com a Ásia e a Oceania foram os grandes incrementos da gestão e que propiciou a vinda de 42 estudantes asiáticos à UFRGS para participar do Programa Português para Estrangeiros. Além disso, no eixo dos países emergentes, mais especificamente os africanos, a UFRGS possui registro do recebimento de estrangeiros pelo PEC-G e PEC-PG e teve êxito tanto na criação do Centro de estudos Brasil-África do Sul quanto na implantação de 3 mestrados em Cabo Verde pelo Pró-África/CNPq.²⁵

No eixo dos países latinos, a UFRGS recebeu 12 alunos pelo PEC-G de 2001 a 2006. Também recebeu 9 alunos de IES do Chile pelo Pacto Andino, além dos registros do intercâmbio da AUGM pelo Programa ESCALA com participação de 10 alunos da UFRGS, além de ter sido ampliado à mobilidade docente com participação de 6 professores da UFRGS. Outros 15 docentes recebem auxílio pelo Programa de Mobilidade Acadêmica no MERCOSUL.

Já no eixo de países da OCDE, a UFRGS registrou acordo com 14 IES da França que previam a realização de co-tutela. Também ampliou a oferta da mobilidade na graduação com universidades do Québec no Canadá, com a Universidade do Porto (Portugal), a Universidade de *Tübingen* (Alemanha) e a Universidade do Texas/ Austin (EUA). O incremento ocorreu pela oferta de editais com bolsas de estudo no exterior patrocinada por empresas privadas e beneficiou pelo Programa Santander de Bolsas Luso-brasileiras (Universidades de Portugal),

²⁵ Os mestrados implantados em Cabo Verde foram: Mestrado em Ciências Sociais, Engenharia Civil (Tecnologia das Edificações) e Organização do Território.

10 alunos da UFRGS e pelo Programa Santander *Universidad Autónoma de Madrid* (UAM), 6 alunos da UFRGS. Também teve aumento o recebimento de alunos portugueses e espanhóis de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, a oferta do Curso de Gestão da Internacionalização Universitária com a ANDIFES teve a participação de 59 assessores internacionais de todo o Brasil que possibilitou mais visibilidade nacional e internacional à UFRGS.

Na gestão seguinte, 2008/2012, o Plano de Gestão²⁶ se pauta a partir de quatro eixos, a saber: 1- Expansão com qualidade; 2- inclusão; 3- modernização da gestão e recuperação da infraestrutura institucional, e 4- desenvolvimento da comunidade universitária. Associado a estes eixos, são destacados os cinco princípios gerais que sustentam este Plano, merecendo destaque aqui, o “compromisso com o aperfeiçoamento dos processos de gestão acadêmico-administrativos”, uma vez que a internacionalização é um processo. Também, a gestão destaca os vinte e sete princípios e fundamentos que caracterizam a vida da comunidade universitária desta instituição, sendo que no âmbito internacional, é destacado o “compromisso com a articulação entre as diversas Unidades da Universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional”. E, como forma de implantação da proposta, o Plano prevê a meta de expansão das relações internacionais com três ações específicas, a saber: 1- consolidação e expansão da cooperação internacional da UFRGS com instituições na área acadêmica; 2- ampliação dos programas de mobilidade acadêmica e reforço às ações de internacionalização da universidade; e 3- institucionalização das iniciativas de cooperação internacional de professores, estudantes e de grupos de pesquisa.

Como resultado das atividades desenvolvidas por esta gestão, podemos citar, de acordo com dados disponíveis nos Relatórios de Gestão²⁷, que ainda em 2008 deu-se prosseguimento às ações internacionais iniciadas pela gestão anterior. No Relatório do ano de 2008 é dado destaque à atuação da RELINTER em cinco categorias: 1- organização de espaço físico e pessoal da Secretaria; 2-integração das atividades das unidades acadêmicas da Universidade à RELINTER no processo de internacionalização institucional com organização das informações na página eletrônica da instituição; 3- continuidade dos programas de mobilidade acadêmica e ingresso nos consórcios do Erasmus Mundus, com oferta de bolsas

²⁶ O Plano de Gestão 2008/2012 foi aprovado pela Decisão nº163/2009 do CONSUN.

²⁷ Foram avaliados os Relatórios de Gestão dos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, uma vez que não estava disponível o relatório do ano de 2012 até a finalização desta pesquisa.

de estudo para alunos; 4- participação em reuniões e associações universitárias; e 5- criação de parcerias estratégicas. Na primeira categoria houve mudanças, sobretudo em 2010, com a criação do Espaço Internacional como novo gabinete da RELINTER destinado ao atendimento direto dos alunos da UFRGS.

Na segunda categoria de organização dos trâmites internos, a RELINTER buscou tornar as atividades administrativas mais eficientes e, mais visíveis internacionalmente, por meio da criação de material institucional com informações bilíngues. Também estava previsto a criação de um sistema de informações para acompanhamento de todas as ações internacionais da UFRGS de modo a facilitar a institucionalização das informações relativas à internacionalização da universidade. Mas, o grande marco desta categoria foi a atuação interna da RELINTER na busca pela institucionalização da internacionalização.

Durante o ano [2009] foram realizadas visitas às 27 unidades acadêmicas da Universidade para discutir a institucionalização das cooperações internacionais, visando ampliação ordenada e documentada dos acordos e cooperação internacionais. Em todas as reuniões a RELINTER expôs as atribuições e ações que desenvolve a fim de auxiliar os professores no estabelecimento de acordos (recepção e acompanhamento permanente de alunos internacionais, estabelecimento de protocolos e convênios, etc.). A partir das reuniões foi criado um conselho de representantes de RI em todas as Unidades, que servirão de contato e apoio ao diálogo permanente entre as unidades acadêmicas e a RELINTER. (UFRGS, 2010, não paginado).

Relativo à terceira categoria houve manutenção de programas consolidados além da oferta de novos. Entre os já existentes, estão os intercâmbios da AUGM – como o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados pelo Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos de Graduação no MERCOSUL (MARCA) e o Programa ESCALA²⁸ com participação de 116 alunos e 30 professores da UFRGS, e a oferta de bolsas pelo Santander Luso-brasileira, Fórmula, Ibero-Americano e UAM beneficiando até 2011 o total de 75 alunos da UFRGS. Também tiveram continuidade os programas com universidades como *Tübingen*, *Porto*, *Austin*, além dos alunos PEC-G. O mesmo ocorreu com a vinda de estudantes asiáticos para o estudo de português com registro de 43 alunos em 2008. A inovação esteve na inserção da UFRGS em consórcios do Programa *Erasmus Mundus* notadamente os Programas *Euro Brazilian Windows (EBW)*, *European-Brazilian Network for*

²⁸ Os Programas MARCA e ESCALA integram as ofertas de mobilidade internacional de discentes e docentes entre as Universidades associadas à AUGM.

Academic Exchange (EUBRANEX) e *Student Teaching and Research Training* (START UP) com a participação de 102 alunos da UFRGS e o recebimento de outros 16 estudantes internacionais até 2011.

A atuação da UFRGS relativo às categorias quarta e quinta esteve associada à participação em eventos e missões internacionais e à assinatura de novas parcerias permitindo, ao final de 2011 haver 211 Acordos de Cooperação internacional vigentes. A UFRGS também foi procurada por 128 delegações internacionais que foram recepcionadas pela RELINTER.

A atual gestão da Universidade, 2012/2016, está em fase de construção das metas institucionais, mas, há quatro direcionamentos que são destacados pelo entrevistado A: 1- o aumento da mobilidade *in e out*, com destaque à atração de estudantes do exterior à UFRGS; 2- a melhoria nas condições de recebimento e acolhimento dos estudantes internacionais, com previsão de construção de uma casa de estudantes no Campus do Vale, bem como, de outras formas de acolhimento na própria cidade; 3- o estabelecimento de novos convênios, principalmente com universidades de reconhecimento internacional e bem posicionadas nos *rankings* internacionais; e 4- estar entre as 200 melhores universidades do mundo, sendo que hoje a UFRGS está entre as posições 400 e 500. Esta última é a mais destacada pela Administração Central que cita: “[...] nossa meta é fazer da UFRGS uma universidade de classe mundial. Ser reconhecida como uma grande universidade, pelo conjunto das outras grandes universidades.” (ENTREVISTADO A).

Além dos Planos de Gestão e relatórios que balizam a atuação da universidade na área internacional, a ferramenta mais recente que integra o planejamento institucional é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)²⁹. O primeiro PDI da UFRGS corresponde ao quinquênio 2011/2015 e tem como base ser um instrumento estratégico com indicação das grandes linhas e objetivos institucionais para a excelência e direcionamento dos meios para atingir a estes objetivos propostos. Este documento enfatiza que a excelência buscada pela UFRGS reside na articulação entre as três atividades-fins universitárias, notadamente o ensino, a pesquisa e a extensão e dá importância à articulação internacional para a relação da instituição com a sociedade local, regional e global. Nesse sentido, o PDI apresenta o interesse da UFRGS em melhorar sua posição em *rankings* internacionais e ampliar sua perspectiva internacional para atingir a excelência:

²⁹ O Plano de Desenvolvimento Institucional foi aprovado pelo CONSUN por meio da Decisão 493/2010.

[...] uma Universidade de excelência tem de mirar além das fronteiras; por isso, o processo de internacionalização torna-se essencial ao seu desenvolvimento e deve ser tratado como uma política institucional da UFRGS. Essa política exige tanto a consolidação e a expansão da cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais, como a ampliação de programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativos. Implica, ainda, a ampliação da atuação política e acadêmica da UFRGS em grupos universitários e em programas internacionais. Aí se incluem novas modalidades de cursos binacionais, como também o avanço dos intercâmbios com instituições de todos os continentes, além do reforço à capacidade acadêmica e institucional de atrair estudantes de todas as partes do mundo, em todos os níveis de ensino em que a Universidade atua. (UFRGS, 2010, p. 10).

Em suma, o PDI prevê a projeção da instituição voltada ao ensino superior pautado no princípio da internacionalização e passa a considerar o cuidado institucional com ferramentas de planejamento das ações internacionais de forma mais estruturada. Ações estas, que vinham, até o momento, sendo matéria apenas nos planos de gestão com a vulnerabilidade da troca de reitorado e de projeções distintas daquelas já iniciadas na Universidade para o incremento desta temática e construção de um processo sólido.

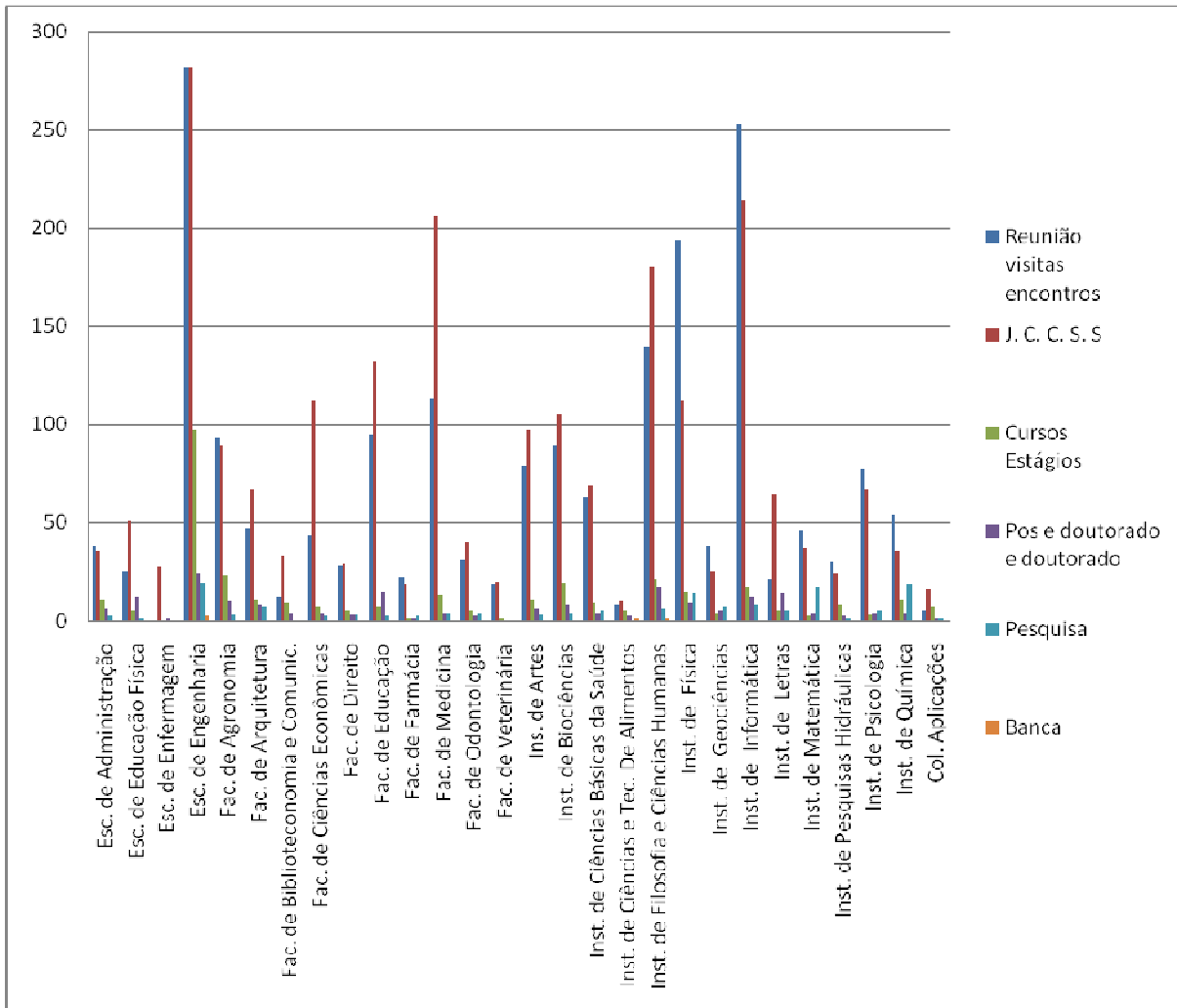
4.2.2 A mobilidade docente e discente na UFRGS

A mobilidade de docentes é realizada ao longo da história da UFRGS e vem sendo acompanhada pelo crescente número de alunos que realizam intercâmbio no exterior. Os dados desta mobilidade internacional representam indicadores quantitativos da internacionalização institucional.

Mobilidade docente

Os dados institucionais mostram que os docentes da UFRGS mantêm uma representativa mobilidade internacional. No período de 2002 a 2012 foram registrados 5.711 afastamentos de docentes da UFRGS do país. Para melhor organizar estes dados, optamos pelo agrupamento em cinco categorias que reúnem as motivações dos pedidos de afastamento que são: 1- reunião, visitas e encontros; 2- JCCSS (jornadas, congressos, conferências, seminário e simpósio); 3- cursos e estágios; 4- formação doutoral, pós-doutoral e sanduíche; 5- pesquisa. Os dados dos docentes também estão reunidos por unidade acadêmica de atuação do docente na UFRGS, sendo que os professores da Escola de Engenharia e do Instituto de Física mantêm o maior número de afastamentos.

Gráfico 2- Modalidade afastamento docente UFRGS por área do conhecimento



Fonte: PROGESP

Relativo aos dados do recebimento de professores estrangeiros na UFRGS, não foram encontrados registros durante a pesquisa.

A criação de novos Convênios, assim como a manutenção ativa dos já existentes, em grande parte decorre dos contatos internacionais dos professores. Por meio da participação do corpo docente da UFRGS em atividades de cunho acadêmico e científico internacional, assim como pela busca da formação qualificada em outros países são mantidos os contatos e a cooperação da Universidade.

A UFRGS possui 2.601 docentes, destes, apenas 101 possuem nacionalidade estrangeira, representando 3,88%. Entre os países de origem destes professores, o Uruguai e a Argentina estão empatados com 17 docentes cada, seguidos da Alemanha com 8, Peru com 7, Chile com 6 e demais países da Europa, Austrália e América Latina com 1, 2 ou 3 docentes. Já relativo aos técnico-administrativos da UFRGS, este índice é ainda menor. Apenas 0,23% é

estrangeiro uma vez que do total de 2.573 servidores, apenas 6 possuem nacionalidade diferente da brasileira e são oriundos, na quase totalidade, de países da América Latina³⁰.

Mobilidade discente

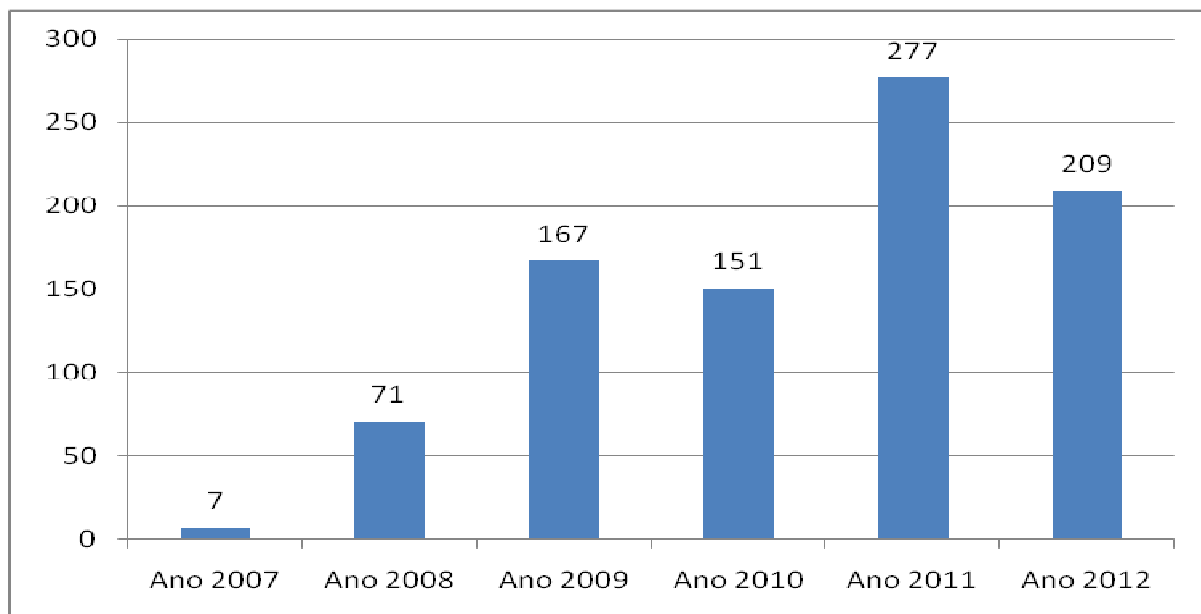
Os dados da mobilidade discente da UFRGS são apresentados em quatro categorias conforme agrupamento de dados existentes e disponibilizados para o presente trabalho. Todas consideram o fluxo de saída ou entrada de estudantes, respectivamente nomeados *out* e *in*. As duas primeiras categorias baseiam-se no fluxo internacional. A primeira está relacionada à saída de estudantes da UFRGS para o intercâmbio no exterior, denominada aqui como mobilidade internacional *out* e a segunda vincula-se à vinda de alunos do exterior à UFRGS, denominada como mobilidade internacional *in*. Embora o objetivo da pesquisa fosse trabalhar com indicadores apenas da mobilidade discente internacional, diante dos dados obtidos junto à RELINTER, percebeu-se a presença da mobilidade discente a nível Brasil originando, assim, as duas novas categorias de mobilidade denominadas de mobilidade nacional *in* e mobilidade nacional *out*. Igualmente, havia perspectiva de acessar as informações dos últimos dez anos, mas, os registros existentes datam de distintos períodos.

No grupo da mobilidade nacional *in*³¹, no período de 2007 a 2012, a UFRGS recebeu 882 alunos. No ano de 2011 foram registrados os maiores índices com 277 alunos recebidos. Grande parte destes discentes têm, como origem, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com 383 alunos em decorrência da participação da UFRGS no acordo ANDIFES que promove a cooperação nacional entre estas instituições. A participação destes alunos se deu por meio das seguintes modalidades de mobilidade: ANDIFES; Santander/ANDIFES, Santander IES, Instituição Convênio e Aluno Visitante.

³⁰ Dados da nacionalidade dos técnico-administrativos e dos docentes foram obtidos junto à PROGESP da UFRGS.

³¹ O registro dos dados de mobilidade nacional *in* e *out*, embora tenham sido repassados pela RELINTER, ainda assim não é o setor responsável por este controle, estando à cargo do sistema de matrícula do Departamento de Controle e Registro Acadêmico (DECORDI) da UFRGS todos os registros da mobilidade nacional.

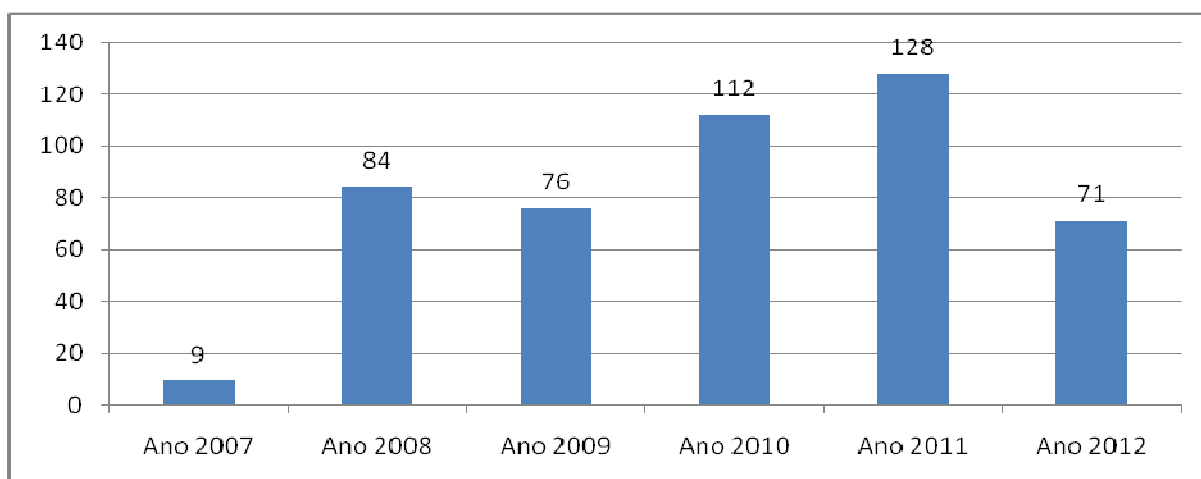
Gráfico 3. Intercambistas do Brasil na UFRGS- 2007 a 2012



Fonte: DECORDI por meio da RELINTER

Os índices de recebimento de alunos na mobilidade internacional *in* são menos expressivos. No período de 2007 a 2012, 480 alunos estrangeiros realizaram atividades de mobilidade na UFRGS. O ano de 2011 também teve o maior índice de participação.

Gráfico 4- Alunos intercambistas do exterior na UFRGS 2007 a 2012

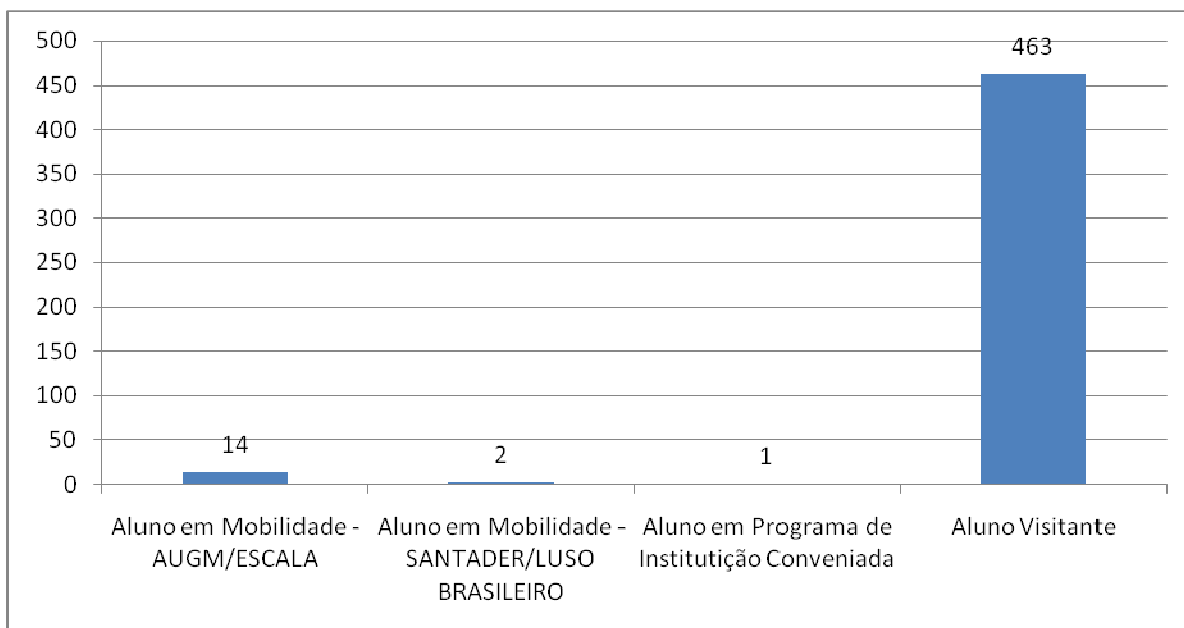


Fonte: Dados RELINTER

A vinda destes estudantes estrangeiros à UFRGS ocorreu pelas seguintes modalidades: Aluno Mobilidade AUGM/ESCALA; Aluno Mobilidade Santander Luso/Brasileiro; Aluno Instituição Conveniada; e Aluno Visitante, sendo esta última a mais abrangente. De acordo com o Formulário de Candidatura de Aluno de Graduação Visitante Estrangeiro da UFRGS,

as opções que o aluno estrangeiro encontra ao se candidatar à mobilidade graduação na UFRGS são: Acordo Bilateral; ESCALA AUGM; Santander Luso/Brasileiras; Santander UAM; Erasmus Mundus; Independente ou ainda a opção outro. Dentre estas categorias, apenas na Independente não há necessidade prévia de Acordo de Cooperação assinado entre a UFRGS e a instituição de origem do aluno estrangeiro que se candidata.

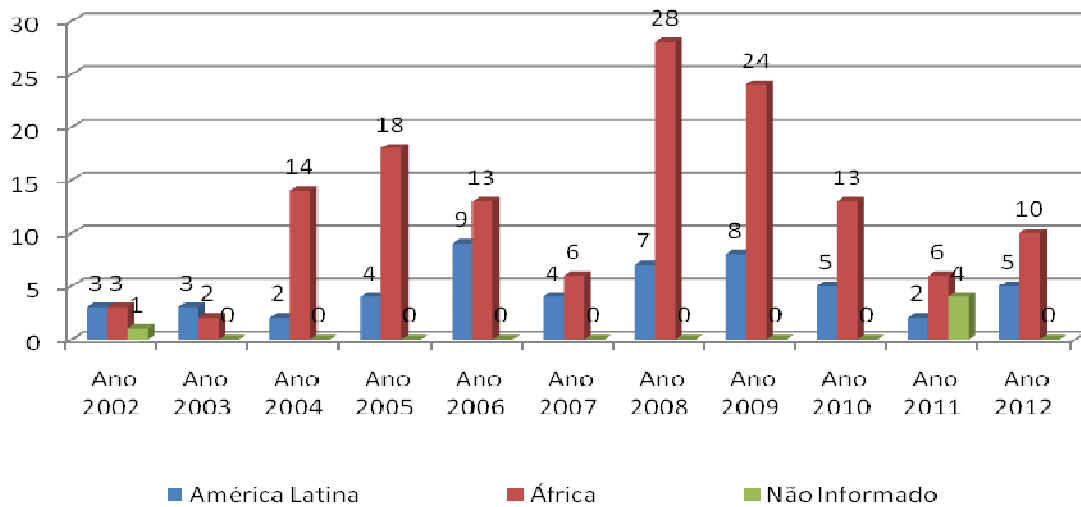
Gráfico 5- Alunos do exterior na UFRGS por modalidade de mobilidade 2007 a 2012.



Fonte: Dados RELINTER

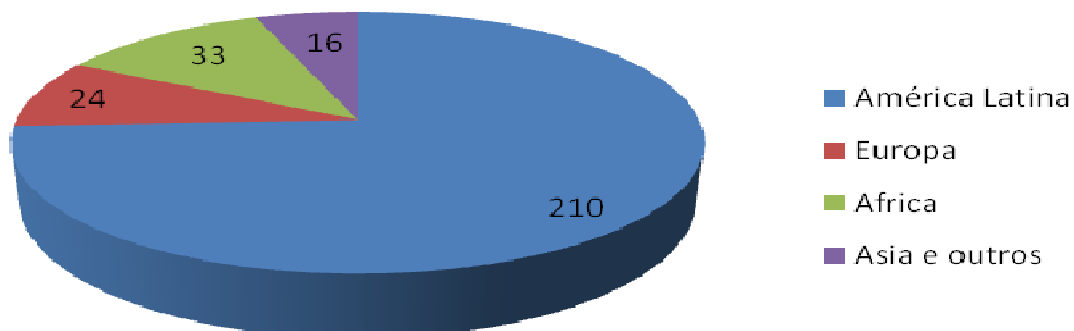
Além das modalidades ofertadas pela RELINTER ao recebimento de alunos estrangeiros, há também dados na UFRGS da vinda de alunos pelo Programa PEC-G e que é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação da UFRGS (PROGRAD). Como este é um programa do Governo Brasileiro de incentivo ao recebimento de alunos de países em desenvolvimento, há maior fluxo de alunos de países africanos e da América Latina como pode ser visto no gráfico 6.

Gráfico 6- Alunos estrangeiros PEC-G na UFRGS 2002 a 2012 por região



Fonte: PROGRAD

Pelo PEC-G, os alunos realizam processo de seleção para ingresso em cursos em nível de graduação de sua escolha e quando aceitos podem realizar toda a sua formação na UFRGS. Os alunos selecionados ficam responsáveis pelos demais gastos com a sua estada no Brasil. Este mesmo programa é ofertado na modalidade da pós-graduação *stricto sensu* e se denomina PEC-PG. Na UFRGS, este está a cargo da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) e tem o mesmo funcionamento da graduação. No período de 1987 até junho de 2012 a PROPG registrou o total de 283 estudantes estrangeiros nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFRGS. Os que mais acessam a Universidade por esta modalidade são os latinos conforme gráfico 7.

Gráfico 7- Local de origem alunos estrangeiros *stricto sensu* 1987 a 2012.

Fonte: PROPG

É registrado o gradativo acesso aos Programas de Pós-Graduação da UFRGS por meio do PEC-PG. O salto inicial ocorreu de 2007 que mantinha apenas dois alunos e passou em

2008 para 11 estudantes internacionais. Anualmente os registros foram mais significativos, havendo em 2009, 30 alunos, em 2010 e 2011 uma média de 60 e até junho de 2012 havia 98 alunos na UFRGS neste programa.

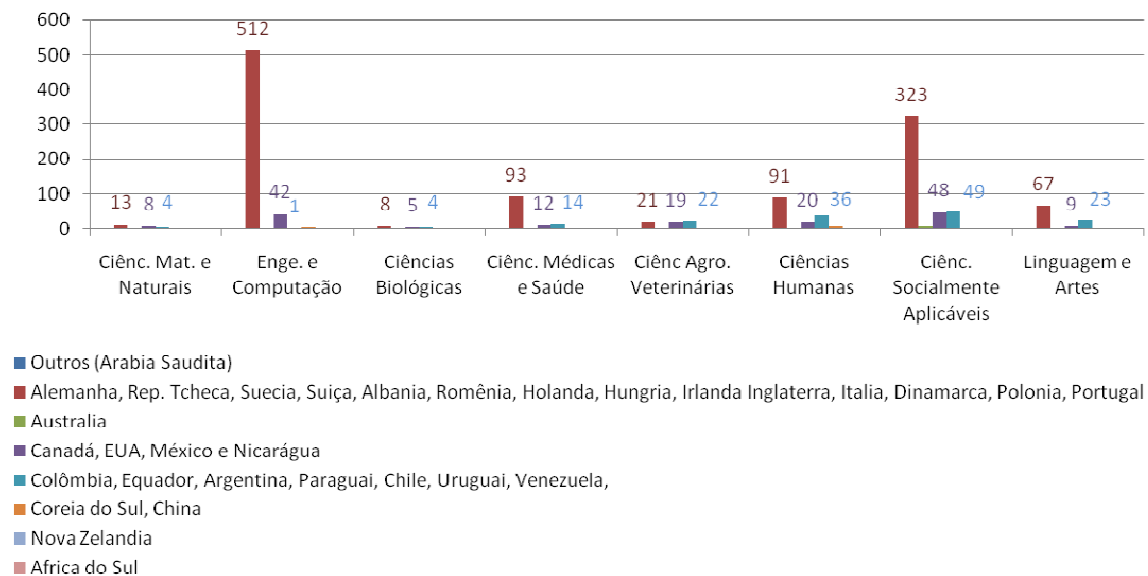
Outro programa ofertado na UFRGS na categoria *in* é o Programa de Português para Estrangeiros (PPE), feito pelo Instituto de Letras e voltado à formação linguística e cultural de estudantes estrangeiros. Este se direciona a estudantes estrangeiros em intercâmbio, professores visitantes e também está aberto àquele interessado apenas pela formação linguística. No período de 2005 a 2011 realizaram curso de formação em português 1.859 alunos nos diferentes cursos ofertados abrangendo os níveis básico, intermediário e avançado. O PPE recebe alunos de diferentes nacionalidades como japoneses, coreanos, alemães, franceses, norte-americanos, russos, israelenses, além de estudantes de toda a América Latina. Entre as motivações à busca pelo aprendizado do português estão questões pessoais ou profissionais, assim como a preparação para o exame de obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC) (KRAEMER, 2012).

Na mobilidade nacional *out* o total de alunos da UFRGS que se deslocou a outras IES brasileiras no período de 2005 a 2012 foi de 144 alunos de variadas áreas do conhecimento. Este número aumenta consideravelmente na mobilidade internacional *out*. No período de 2004 a 2012 foram registrados 1.474 alunos que realizaram estudos no exterior. Entre as modalidades de intercâmbio, a de maior procura foi o Afastamento para Realização de Estudos com 1.128 alunos, seguida do Afastamento para Dupla Diplomação com 141 alunos e, na sequência, o Afastamento para a Complementação de Estudos com 93 alunos. As demais modalidades correspondem à mobilidade de programas específicos que são o AUGM/ESCALA, Santander/UAM, Santander/ Luso Brasileiro, MARCA-MERCOSUL, ANDIFES e Santander/IES.

O Afastamento para a Realização de Estudos é realizado por meio de Acordos de Cooperação e estabelece requisitos de participação como ter carta de aceite da IES de destino, plano de atividades aprovado pela Comissão de Graduação, ter integralizado 20% dos créditos do curso, além da previsão do aproveitamento de estudos realizados. Já o Afastamento para Complementação de Estudos é mais flexível e não prevê o aproveitamento no retorno do exterior.

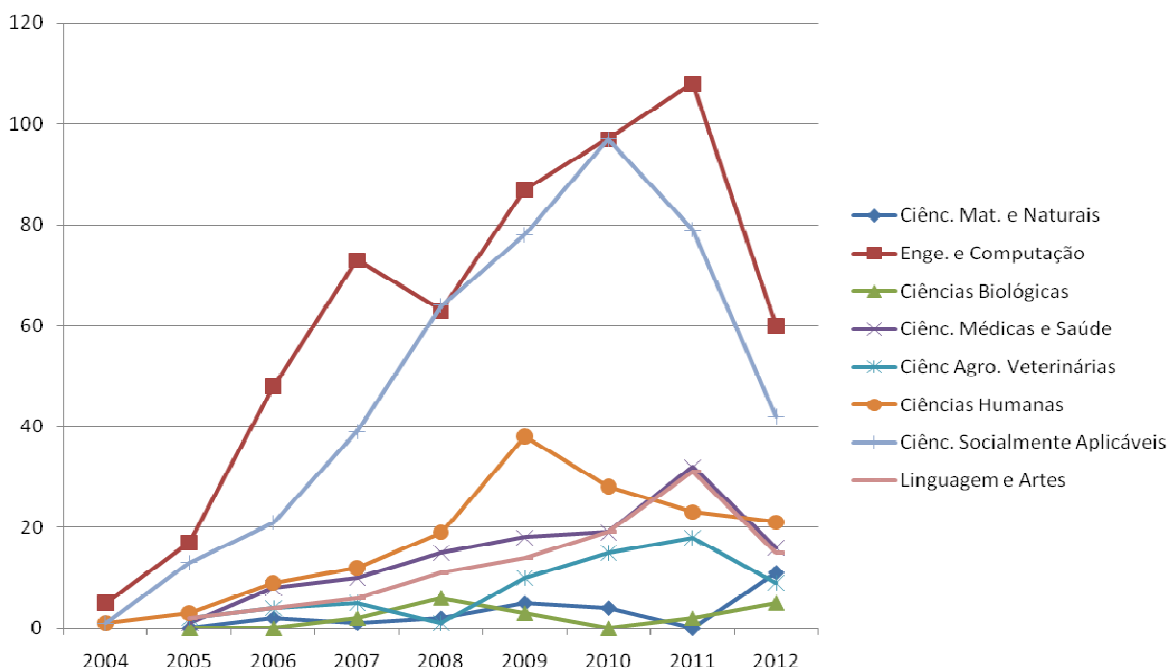
Nos gráficos 8 e 9 é possível acompanhar o país de destino destes alunos de acordo com a área do conhecimento, assim como, a projeção anual de intercâmbios por área da UFRGS.

Gráfico 8- Alunos UFRGS no exterior por país de destino e área do conhecimento 2004 a 2012



Fonte: RELINTER

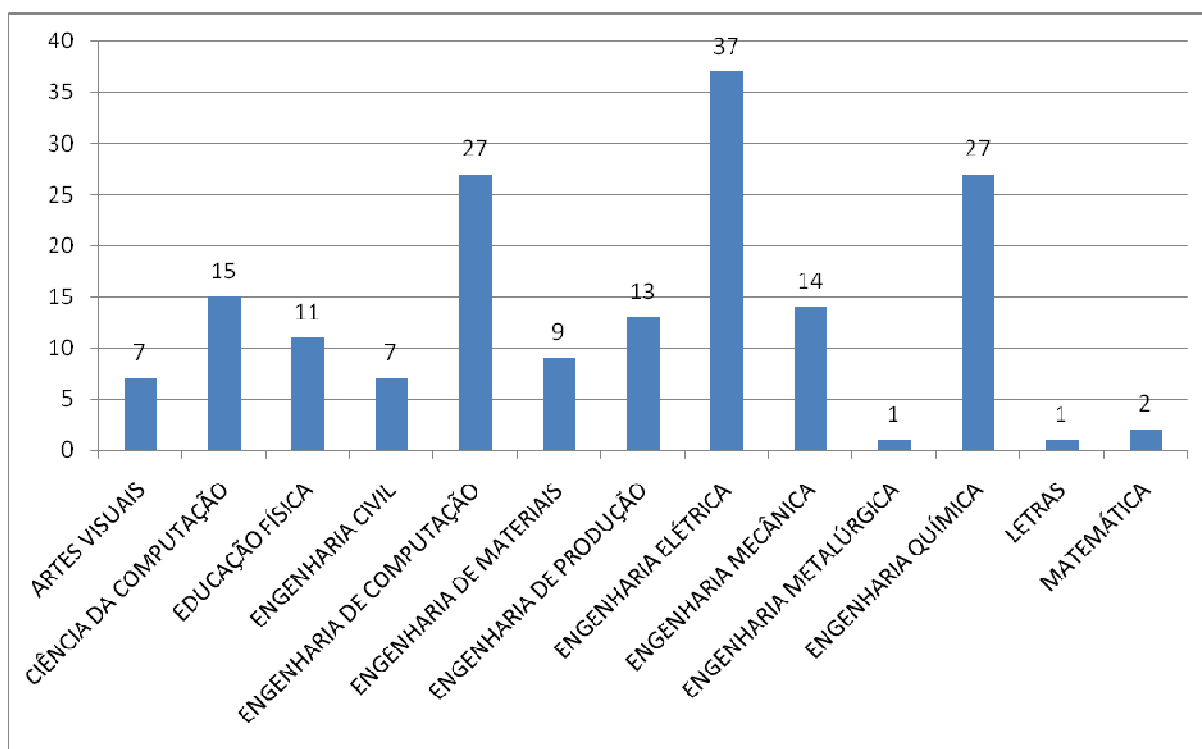
Gráfico 9- Projeção anual alunos UFRGS no exterior por área do conhecimento 2004 a 2012



Fonte: RELINTER

A Dupla Diplomação é uma oferta a graduandos da UFRGS que permite ao aluno realizar parte de seu curso em uma instituição parceira da UFRGS no exterior. O aluno participante recebe no final um diploma de cada instituição, portanto, um título válido em ambos os países. Esta é uma oferta que vem sendo ampliada na UFRGS. De 2002 a 2011 há registro de 171 egressos da UFRGS com Duplo Diploma sendo que os cursos da engenharia são os que mais realizam este tipo de intercâmbio conforme mostra o gráfico 10.

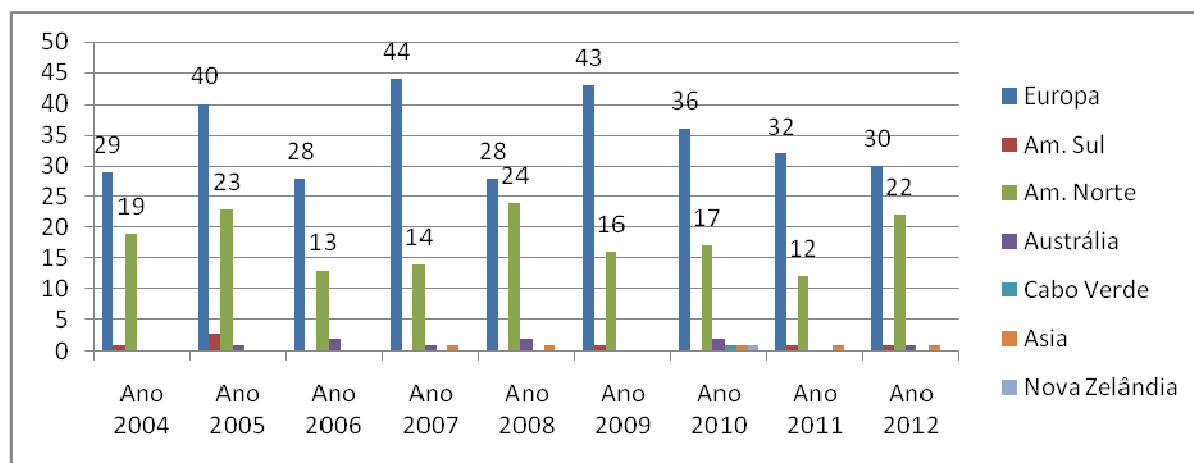
Gráfico 10- Alunos UFRGS com Duplo Diploma por curso Graduação 2002 a 2011



Fonte: RELINTER

Na pós-graduação, as solicitações de afastamento dos alunos de doutorado têm sido basicamente para a realização de estágio no exterior com auxílio. Entre 2004 e 2012 foram solicitadas 470 bolsas do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), sendo que a maior procura foi por países da Europa com 310, seguidas da América no Norte com 160 pedidos conforme mostra o gráfico 11.

Gráfico 11- Bolsas PDEE solicitadas Doutorandos UFRGS no Exterior 2004 a 2012 por região.



Fonte: RELINTER

A lista de países da procura por estágios de doutoramento tem os EUA na primeira posição com 119, seguido da França com 86, na sequência Portugal com 65, Espanha com 45, Canadá com 37, Inglaterra com 31, Itália com 27, Alemanha com 14, Holanda com 10 e por fim a Austrália com 9.

Por meio destes dados, percebe-se que o panorama da mobilidade internacional discente e docente na UFRGS se concentra com ações realizadas em países da Europa. Além disso, é notória a ampliação da sua atuação em nível nacional por meio dos dados de intercâmbios de discente no Brasil. São dados que derivam, em grande parte, da atuação cooperada da Universidade com instituições e organismos na promoção da mobilidade.

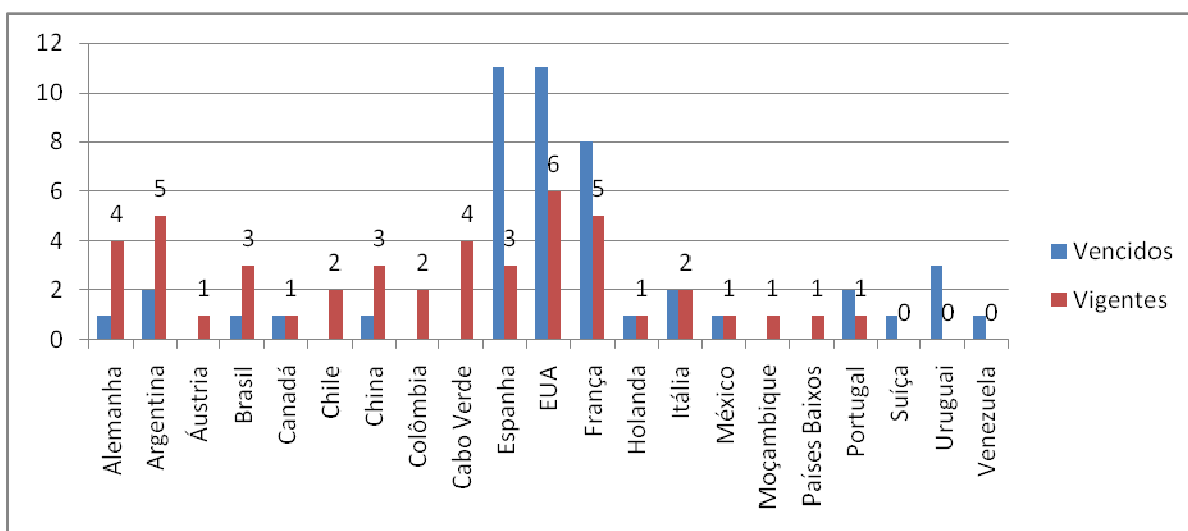
4.2.3 Cooperação institucional

A cooperação institucional se dá essencialmente pela criação de Acordos e Protocolos que são assinados pela UFRGS com IES de diferentes regiões do mundo. Anterior à assinatura ocorre a avaliação e aprovação em CONSUN, dando o aval interno à criação de novo convênio.

Os denominados protocolos, acordos e convênios constituem a mais tradicional forma de expressão da vontade de relacionamento entre instituições. Embora não sejam indispensáveis nem suficientes para promover ou revelar efetiva cooperação e intercâmbio entre universidades, são considerados adequados indicadores de uma política de relações internacionais. (UFRGS, 1996, p. 133)

Relativo aos Convênios, definidos pela UFRGS³² como um acordo entre duas ou mais instituições públicas ou privadas que possuem interesses comuns claros de um trabalho conjunto com objetivo proposto pelas partes, nos últimos 10 anos a Universidade assinou 93 novos Convênios com 21 países distintos, conforme gráfico 13. Alguns países se destacam na relação de cooperação interinstitucional, como é o caso dos Estados Unidos, da França e Espanha.

Gráfico 12- Convênios internacionais UFRGS assinados últimos 10 anos por País

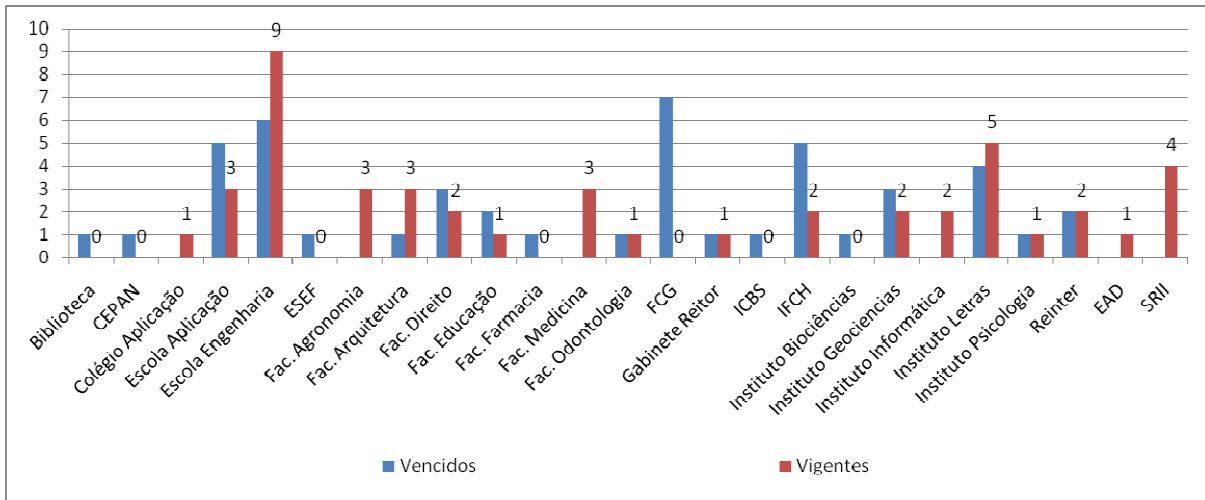


Fonte: Setor de Convênios da UFRGS

Internamente, a UFRGS mantém um controle que projeta a vinculação de cada Convênio a uma determinada Unidade Acadêmica, Departamento ou setor que deu início ao processo de efetivação deste documento e que acompanhará as ações decorrentes até a necessidade de avaliação da continuidade ou renovação quando o prazo de vigência está por expirar. Do total de assinaturas realizadas na última década, 43,71% estão vencidos e 56,29% continuam vigentes. Dentre os 93 Convênios listados, está em destaque a Escola de Engenharia como unidade de maior promoção de assinaturas e permanência de vigência destes convênios da última década na UFRGS.

³² A UFRGS disponibiliza um Manual de Convênios que está de acordo com a Portaria 5017/2011 do Ministério do Planejamento que define o que é Protocolo, Acordo e Convênio e que esclarece a definição e as responsabilidades internas sobre a criação e caracterização de Termos de Cooperação compreendidos em Protocolos, Convênios, Contratos e Termos Aditivos. Além disso, a RELINTER possui um mapeamento dos fluxos internos à elaboração de novos Acordos.

Gráfico 13- Convênios internacionais UFRGS assinados últimos 10 anos por unidade da UFRGS



Fonte: Setor de Convênios

Além desses dados, o Setor de Convênios da UFRGS também mantém registro de outros 273 Protocolos de Cooperação e Intenções assinados na última década. Os protocolos são documentos que se caracterizam como o início de futuras formalidades por meio de Convênio ou Contrato posterior. É o caso em que são apresentadas intenções gerais que podem abranger todas as áreas do conhecimento das universidades signatárias. Mas, por ser um documento de natureza prévia, com ausência do rigor formal de atividades futuras formalizadas, pode perder a valia sem qualquer ação concreta. Em alguns casos, nos quais o Protocolo contempla o intercâmbio acadêmico há previsão de isenção de taxas acadêmicas aos futuros alunos intercambistas, possibilitando, assim, a mobilidade discente.

4.2.4 Programas de internacionalização promovidos na UFRGS

Os programas de cooperação internacional se caracterizam como práticas de internacionalização³³. Eles podem ser de iniciativa institucional com foco estratégico à internacionalização da universidade, ou, de iniciativa externa, seja do setor público, privado ou de outras instituições com propostas específicas.

Entre as variáveis desta oferta na UFRGS, podemos citar as categorias *in* e *out*, seja para as distintas modalidades de mobilidade docente, seja para intercâmbios de alunos em nível de graduação e pós-graduação. A RELINTER mantém a divisão dos Programas de

³³ Ao longo do item 4.2.1 foram citados os programas já realizados ou em desenvolvimento na universidade vinculadas à promoção da internacionalização.

Mobilidade em observância à variável da oferta ou não de bolsa de estudo ao participante. Assim, estão em vigência na UFRGS 21 Programas de Mobilidade com Bolsa de Estudo, 14 ofertas de Programas sem Bolsa de Estudo em distintos países e outros 4 Projetos coordenados por professores da UFRGS, sendo que todos são gerenciados ou co-gerenciados pela RELINTER.

Nos Programas com Bolsa de Mobilidade o auxílio não é feito pela UFRGS, e sim, por organismos e instituições externos nacionais e internacionais fazendo com que o número de vagas tenha variação anual de acordo com a oferta.

Os atuais programas com oferta de bolsa na UFRGS são:

1. BRAMEX - Brasil/México
2. Ciência sem Fronteiras
3. Erasmus Mundus - Euro Brazilian Windows 2 (em fase de conclusão)
4. Erasmus Mundus - Mundus Lindo
5. Erasmus Mundus – START UP (em fase de conclusão)
6. ESCALA Discente- AUGM
7. ESCALA Docente- AUGM
8. Fórmula Santander
9. Fundação Botín - Mobilidade de curta duração
10. Fundação Carolina - Mobilidade de curta duração
11. Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM - programa de incentivo à pesquisa
12. MARCA - Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados – AUGM-
13. PEC-G e PEC-PG
14. Programa de Formação Científica - estudantes de Angola, Moçambique e Cabo Verde - Mobilidade de curta duração
15. Programa de Mobilidade MERCOSUL – PMM-
16. Pró-Haiti
17. Santander Ibero-Americanas
18. Santander Luso-Brasileiras
19. Santander Top China - Mobilidade de curta duração
20. Santander Top UK - Mobilidade de curta duração
21. Santander UAM (*Universidad Autonòma de Madrid*)

Os Programas de Mobilidade sem oferta de bolsa de estudo derivam de Acordos Bilaterais entre a UFRGS e uma instituição parceira. Neste caso, os alunos de intercâmbio têm garantia de isenção de taxas acadêmicas na instituição de destino, mas, são responsáveis pelos demais gastos com viagem e estada no exterior. Nesta modalidade, os dados da RELINTER registram a oferta em 14 países diferentes. A lista atualizada em janeiro de 2013 destas ofertas sem bolsa de estudos na UFRGS com o respectivo país e universidade é a seguinte:

1. Alemanha (Heidelberg, Tübingen, Paderborn, Bayreuth, Bamberg, TUM, etc.);
2. Argentina (Cuyo, UBA, Cordoba, Universidad Nacional de Rio Cuarto);
3. Canadá (UdeM, CREPUQ);
4. China (CUC, Harbin);
5. Coreia do Sul (Hankuk, KAIST);
6. Espanha (Politecnica de Valencia, Granada, Rovira i Virgili, Universidade de Vigo, Universidade de Sevilla);
7. EUA (U. Texas at Austin, UNCW);
8. EUBRANEX - acordo multilateral Brasil/Europa (resultado de programa anteriormente financiado pela Comissão Européia);
9. França (Grenoble, IEP Rennes, Toulouse le Mirail, Montpellier, Euromed Marseille, Toulouse);
10. Holanda (Leiden, VU);
11. Itália (POLITO, POLIMI);
12. Nova Zelândia (UNITEC);
13. Portugal (Porto, Coimbra, Liboa, Minho, Algarve, Aveiro, ISCTE, Instituto Politecnico de Beja, etc.);
14. Suécia (KTH, Lund).

Os quatro Projetos coordenados por professores da UFRGS são os seguintes:

1. Programa Brésil France Ingenieur Technologie (BRAFINITEC) (Engenharia e Informática na França)
2. CAPES FIPSE (Ciências Sociais e Agronomia nos Estados Unidos)
3. Programas de Dupla Diplomação (Engenharia e Informática na França e na Itália)
4. UNIBRAL (Direito - Alemanha)

A participação da UFRGS em cada programa pode ocorrer de distintas formas. Há casos em que são iniciativas internas e em outros, externas. Entre as mais comuns estão: convite por parte de instituição estrangeira para a realização de um projeto como o Erasmus

Mundus; iniciativa mútua como é o caso dos Convênios Bilaterais; adesão institucional a determinado programa de iniciativa do governo brasileiro ou organismo de fomento nacional, como é o caso dos Programas Ciência sem Fronteiras, PEC-G, PEC-PG, Pró-Haiti e outros; filiação da Universidade a determinada associação já existente como a AUGM e seus programas; celebração de acordos com instituições privadas que apóiam a mobilidade com oferta de bolsas, como é o caso dos Programas Santander; e parceiras decorrentes de projetos de docentes com instituições de ensino e organismos de fomento à pesquisa, como é o caso dos Programas BRAFITEC e CAPES FIPSE.

Os trâmites da mobilidade de estudantes e docentes vinculados à pós-graduação *in e out* não são responsabilidade da RELINTER. Os alunos “*in*” se candidatam diretamente no Programa de Pós-Graduação de seu interesse na UFRGS e é o próprio Programa que recebe a candidatura, matricula e acompanha o aluno. Nestes casos, a RELINTER dá orientações de chegada relativas aos trâmites na Polícia Federal, ônibus, guia de moradias, entre outros aspectos logísticos e não acadêmicos.

4.3 A internacionalização dos Programas de Pós-Graduação de Excelência da UFRGS

Como destacado anteriormente, as iniciativas de internacionalização não resultam de um projeto institucional da Universidade, mas sim de projetos de docentes vinculados a unidades e programas de pós-graduação de excelência. Nestes programas concentram-se docentes e pesquisadores de elevado nível de excelência, com grande inserção internacional e cuja produção científica é publicada em periódicos internacionais de prestígio reconhecido nas respectivas áreas.

Cinco desses programas, considerados de excelência pela UFRGS, foram escolhidos como objeto desta pesquisa. Cada um deles desenvolve diferentes atividades para ampliar o processo de internacionalização e encontram-se em estágios diferentes em sua efetivação. São eles: o Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular (PPGBM), o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais (PPGE3M), o Programa de Pós-Graduação em Física (PPGFis), o Programa de Pós-Graduação em Computação (PPGC) e o Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ).

A- Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular (PPGBM)

O Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular foi o primeiro Programa de Pós-Graduação da UFRGS. O Programa integrou a antiga Faculdade de Filosofia até a década de 1970, quando a Reforma Universitária modificou a estrutura da UFRGS, tendo sido criado o Instituto de Biociências, do qual passou a fazer parte. A criação do Instituto resultou da junção de cátedras do antigo Instituto de Ciências Naturais ligadas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e das cátedras das Ciências Básicas dos Cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Enfermagem, Medicina Veterinária, Agronomia e Educação Física. Em 1996 ocorreu nova divisão do Instituto da qual resultou o Instituto de Ciências Básicas da Saúde, integrado pelos cursos da área da saúde.

Além da oferta de cursos de graduação, o Instituto possui quatro Programas de Pós-Graduação, sendo um deles o PPGBM, que conta atualmente com vinte e seis docentes permanentes e outros nove colaboradores atuando nas doze linhas de pesquisa³⁴. O desenvolvimento deste programa tem-se pautado pelos seguintes objetivos: a) a geração do conhecimento científico inovador, visando atender à demanda nacional por ciência e tecnologia que sustente o desenvolvimento social e econômico do País num patamar de igualdade com outros países emergentes; b) formar e qualificar docentes e pesquisadores; c) prestar serviços de alta qualidade à comunidade; e d) promover aperfeiçoamento e atualização de profissionais³⁵.

A origem do PPGBM esteve vinculada à presença de pesquisadores estrangeiros nos primeiros estudos sobre Genética desenvolvidos, a partir do ano de 1949, no Laboratório de Genética da Faculdade de Filosofia da então Universidade do Rio Grande do Sul, e coordenado pelo Professor Antônio Rodrigues Cordeiro. Ele mantinha contatos com o

³⁴ As doze linhas de pesquisa do PPGBM são: 1- Epidemiologia, teratogênese e identificação de mutações em doenças genéticas e malformações congênitas; 2-Variabilidade molecular normal e patológica do genoma humano; 3- Biologia celular e molecular dos sistemas hematopoiético e imune; 4- Genética, Biologia molecular e evolução de parasitos e outros organismos patogênicos; 5- Genética e evolução de plantas; 6- Variabilidade genética, evolução e conservação de mamífero; 7- Mapeamento, identificação de genes, cultura de tecidos e transformação genética de plantas de interesse agrônomico; 8- Mutagênese, antimutagênese e mecanismos de reparação do DNA; 9- Genética e biologia molecular do processo de fixação biológica do nitrogênio e estudo da biodiversidade dos microrganismos diazotróficos; 10- Genética, ecologia, desenvolvimento, evolução e conservação de invertebrados; 11- Epistemologia e história das idéias sobre evolução biológica; e 12- Variabilidade genética em animais de interesse econômico.

³⁵ Dados disponíveis no site do PPGBM <www.ufrgs.br/ppgbm> acessado em 15 de julho de 2012.

pesquisador ucraniano Theodosius Dobzhansk³⁶, com quem realizou diversas publicações internacionais e participou de eventos científicos no exterior³⁷. Neste período o Professor Cordeiro contou com a colaboração do então estudante de graduação, Francisco Mauro Salzano que atuava no laboratório. Posteriormente este estudante especializou-se em pesquisas no campo da genética humana, tornando-se uma referência internacional na área. Em decorrência do prestígio conquistado e das relações internacionais do Professor Cordeiro, em 1950 a Fundação Rockefeller dos EUA passou a apoiar a pesquisa do laboratório da URGS, que logo conquistou apoio institucional da Universidade, cedendo-lhe novo espaço físico para a ampliação das pesquisas³⁸. Em 1954 foi criada a Pós-Graduação em Genética com a oferta do Curso de Especialização em Biologia como parte integrante da Faculdade de Filosofia. A CAPES, recém criada, financiou a vinda de professores estrangeiros, renomados na área de genética³⁹ para oferecerem cursos de Especialização em Biologia.

Havia uma indução para o doutorado pleno no exterior em biologia molecular para que o Brasil ficasse autônomo em biologia molecular. A França tinha muito incentivo, Bélgica, Estados Unidos, Alemanha. Isso tudo eu acho, foi desenhado no final da década de 70, início da década de 80. Então CAPES/COFECUB, esses programas já existiam na época. Houve realmente incentivo de formação de pesquisador na nossa área. No Brasil, a nossa área tem muita gente formada fora. Então quando eu voltei do exterior, vários colegas voltaram. (ENTREVISTADO G).

O prestígio conquistado pelos resultados atingidos pelos Professores Salzano, Cordeiro e Casemiro Victorio Tondo com dedicação à pesquisa na área da genética, criou condições para que a Genética da Universidade criasse os cursos de doutorado e mestrado em Genética, respectivamente.

³⁶ Theodosius Dobzhanski cientista ucraniano que migrou para os EUA e foi um dos fundadores da Teoria Sintética da Evolução.

³⁷ Entre as publicações iniciais de Cordeiro podemos citar: artigo "*The willistoni group of sibling species of Drosophila*" publicado na "*Evolution*" em 1949 em parceria com Dobzhansk e Clodowaldo Pavan, um dos precursores no estudo da genética no Brasil; artigo "*Concealed genic variability in Drosophila willistoni*" publicado na revista "*Genetics*" em 1950; "*Experiments on the effects in heterozygous condition of second chromosome from natural population of D. willistoni*" no "*Proceedings of the National Academy of Sciences*" em 1952 seguida de renomadas publicações internacionais realizadas nas décadas seguintes, acarretando em 1979 a Cordeiro a eleição a Vice-Presidente do Congresso Internacional de Genética em Moscou além de condecorações em mérito à sua dedicação à pesquisa na área.

³⁸ Salzano passa a desenvolver pesquisas na área da genética e em 1957 realiza estágio de um ano na Universidade de Michigan dando início a uma série de publicações internacionais.

³⁹ Os professores estrangeiros Dr. William W. Millstead, ecologista, e Dr. J. Ives Townsend, geneticista, receberam incentivo da CAPES para ministrar cursos de especialização em nível de pós-graduação na área de Genética na URGS.

A partir de então, inúmeros eventos e publicações foram realizados, e mantiveram-se ao longo da década de 1950 com o apoio da Fundação Rockefeller, da CAPES e do CNPq. Os cursos contaram com bolsas para os alunos, receberam professores estrangeiros além de obterem financiamento para a aquisição de equipamentos para os laboratórios. Na década de 1960, o avanço atingido pelas pesquisas possibilitou a criação, em 1963, do curso de Doutorado em Genética que contou com a colaboração dos Professores Cordeiro e Francisco Salzano.

A área de Genética Biofísica projetou internacionalmente um grupo de pesquisadores que, em 1966, foi convidado a integrar o Programa de Cooperação Técnica do Ministério de Relações Exteriores da França, e a desenvolver atividades conjuntas com a Universidade de Oxford, Universidade de Paris, Universidade de Michigan e a Universidade de Wisconsin. Face à atuação do curso de Doutorado, foi criado, em 1968, o curso de Mestrado em Genética da UFRGS.

A cooperação acadêmica e científica internacional ampliou-se na década seguinte. Elas foram particularmente intensas com a Universidade do Colorado, Universidade do Havai, Universidade de Liverpool, *John Hopkins University School of Medicine* (EUA), Universidade *New South Wales* (Austrália), Universidade de Buenos Aires (Argentina), Universidade do Chile (Chile) e Universidade de *Heidelberg* (Alemanha).

Em 1973 foi credenciado o Curso de Pós-Graduação em Genética pelo Conselho Federal de Educação e, em 1983, este recebeu o conceito A na avaliação da CAPES. Em 1991 ele passou a denominar-se Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular que possui conceito sete na avaliação trienal 2007 a 2009 da CAPES, com destaque à sua relevância regional, nacional e internacional. “O Programa tem uma internacionalização muito clara através da sua publicação de alto nível em periódicos de alto impacto, projetos de cooperação internacional e atuação no exterior do seu corpo docente e discente” (CAPES, 2010, p. 8).

Um indicador importante da internacionalização do Programa é o nível de atuação internacional de seus docentes. Dos professores permanentes do Programa 53% realizaram cursos de doutorado e/ou pós-doutorado no exterior. No período de 2002 a 2012, 475 professores do Instituto de Biociências participaram de eventos no exterior, representando 8% dos pedidos de afastamento da instituição.

O Programa tem a prática de incentivo aos docentes e aos discentes à realização de atividades no exterior, assim como, o convite de pesquisadores estrangeiros para estimular o intercâmbio acadêmico do Programa com centros de excelência do exterior.

Querer que o aluno vá fazer pós-graduação, vá fazer doutorado sanduíche. Querer que o professor traga os seus colegas do exterior para nos conhecer, para nos dar seminários, para conversar conosco, a gente incentiva. Incentivar que os professores saiam para participar de congressos e saiam para apresentar o seu trabalho, que mandem pôster, que seja selecionado para apresentação oral, a gente estimula, isso é política do programa. (ENTREVISTADO G).

Entre as formas de incentivo ao discente está a utilização da língua inglesa em atividades de grupo desenvolvidas no Programa para que os alunos adquiram domínio do idioma para participarem em congressos e eventos internacionais. Em 2011, 25 alunos do Programa realizaram viagens ao exterior. Aos professores o incentivo é feito por meio do apoio financeiro que, em grande parte utiliza recursos do PROEX para a realização de atividades internacionais. São recursos que também são destinados à organização de eventos com participação de representantes internacionais que auxiliam na ampliação da visibilidade internacional do programa. Além disso, os próprios docentes mantêm ativa participação em projetos de Agências de Fomento que apóiam a realização de atividades internacionais.

A gente distribui um valor entre os professores para financiar o que ele quiser [...] se ele quiser, por exemplo, participar de um congresso internacional que está dentro da cota dele, pega o dinheiro e vai desde que ele mostre que foi. Então dentro dessa cota, que a gente distribui para cada professor, ele faz o que quer do que é mais importante pra ele. O programa paga a edição, tradução, o que precisa para publicar bem. Outra coisa que a gente faz é estimular que os alunos façam eventos com esse dinheiro, que eles tragam pesquisadores de fora, que eles convidem pessoas para vir, que eles criem. (ENTREVISTADO G).

Os recursos financeiros que o Programa dispõe viabilizam a cooperação internacional, principalmente, com os Estados Unidos e com a Europa sendo que, “[...] quase todos os professores têm colaboração em projetos de pesquisa do exterior” (ENTREVISTADO G).

No ano de 2011, o Programa recebeu a visita de 20 colaboradores estrangeiros e 137 docentes do Programa prestaram Assessorias *ad hoc* Internacional em revistas e agências de fomento. Além disso, 4 docentes realizaram orientações/co-orientações a alunos estrangeiros; 13 participaram em eventos científicos internacionais organizados pelo próprio Programa; 9 integraram comitês editoriais de revistas internacionais; 44 realizaram atividades tais como: palestras, conferências, seminários e cursos no exterior; 7 receberam prêmios/homenagens

de organismos internacionais, além de 28 realizarem intercâmbios. Tais informações são o resultado das ações de internacionalização que norteiam o desenvolvimento do Programa⁴⁰.

O que a gente busca como meta? É sempre produzir trabalhos de um nível internacional que seja o mais reconhecido possível. Isso significa o que? Publicar nas revistas mais importantes no cenário internacional. Então nós publicamos bastante, mas a gente quer mais, a gente quer realmente publicar em revistas que tenham realmente muito impacto, isso é um dos pontos. Outro ponto que nós queremos é que como os nossos professores, nossos docentes tenham muita interação lá fora, muito desses artigos às vezes não têm a participação do aluno. Então, buscamos que 100% dos nossos alunos participem dessas publicações e em termos de programa de pós-graduação isso é muito importante. (ENTREVISTADO G).

Além da interação com o exterior, o Programa também mantém sua histórica posição de destaque no âmbito nacional. O respaldo é mantido pela participação de seus docentes em diversas atividades acadêmicas e científicas⁴¹, assim como, pela realização de eventos nacionais que no ano de 2011 corresponderam a 13 no total.

B- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais (PPGE3M)

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais teve início em 1973. Nesse ano foi criado o curso de mestrado e, em 1987, o doutorado. Ambos mantêm caráter multidisciplinar e dispõem de um corpo docente de elevado nível de excelência, sendo que 68% dos docentes possuem formação doutoral ou pós-doutorado no exterior. Também desenvolvem inúmeros projetos de pesquisa em parceria com empresas públicas e privadas além dos programas de cooperação internacional.

O Programa, que recebeu conceito 7 na avaliação trienal da CAPES- 2007 a 2009⁴²-, tem três áreas de concentração: 1- Tecnologia Mineral, Ambiental e Metalurgia Extrativa; 2- Processos de Fabricação; e 3- Ciência e Tecnologia dos Materiais. No ano de 2011, o corpo

⁴⁰ Dados disponíveis no Relatório de Avaliação da CAPES 2007-2009.

⁴¹ No âmbito da inserção nacional do PPGBM, os registram confirmam que no ano de 2011 ocorreram 396 assessorias *ad hoc* em revistas e agências de fomento; 18 cargos foram ocupados por docentes do Programa em Sociedades Científicas e outras Instituições, e membros de comissões de avaliação; 76 palestras/conferências/seminários e cursos realizados no Brasil; 15 prêmios/homenagens e distinções foram recebidas de organismos nacionais; 12 participações como membro de comitês editoriais de revistas nacionais; 25 intercâmbios institucionais; 97 participações em bancas de Mestrado e doutorado no Brasil; 36 destaques na imprensa nacional foram dados (relativo a algum trabalho realizado ou entrevista concedida sobre tema ligado a Genética); e um produto foi patentado. (CAPES, 2010, p. 8).

⁴² O PPGE3M possui código nº 42001013016P2 na CAPES e está vinculado à área de avaliação 12 da CAPES – Engenharias II.

discente era formado por 447 alunos, sendo 270 mestrandos, e 177 doutorandos. O número de teses e dissertações defendidas desde 1976 até abril de 2012, foi de: 935 dissertações e 270 teses. O PPGE3M conta com um quadro de 38 docentes, distribuídos em 18 laboratórios⁴³ de pesquisa e ensino.

O Programa faz parte da Escola de Engenharia, unidade acadêmica que teve sua criação em 1896 e já titulou mais de 13.500 engenheiros. Além do PPGE3M, integram a Escola de Engenharia da UFRGS outros seis Programas de Pós-Graduação, 1-Engenharia Civil, 2-Engenharia Elétrica, 3-Engenharia Mecânica, 4-Engenharia de Produção, 5-Engenharia Química e 6- Design, os quais se estruturam em 76 linhas de pesquisa. De acordo com informações do próprio Programa, sua atuação está pautada nestas linhas e no propósito fundamental da Escola de Engenharia de formar e qualificar recursos humanos, estabelecendo uma cultura de excelência e a geração de novos conhecimentos através da pesquisa, em todas as áreas da Engenharia, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Desde a sua criação, o Programa tem enfatizado o desenvolvimento de projetos que aliem as áreas de minas-metalúrgica-materiais. O Programa está baseado na articulação e cooperação de três departamentos da Escola de Engenharia: o Departamento de Engenharia de Minas, o Departamento de Engenharia Metalúrgica e o Departamento de Materiais que, em conjunto, oferecem um único programa de pós-graduação, compartilhando laboratórios, realizando pesquisas, otimizando recursos e resultados. Os laboratórios têm autonomia para a atuação e para a criação de relações com empresas de âmbito nacional e internacional. “Desenvolvemos pesquisas, testes, homologação, qualificação de materiais. E a Petrobras é o grande carro chefe” (ENTREVISTADO T).

O PPGE3M promove a cooperação com os cursos de graduação, estimula a participação de alunos em programas de pesquisa e concede bolsas para estágio de docência.

⁴³ Os laboratórios do PPGE3M são os seguintes: Laboratório de Estudos Ambientais para Metalurgia (LEAmet), Laboratório de Modelagem Geológica e Ambiental (MODELAGE), Laboratório de Pesquisa Mineral e Planejamento Mineiro (LPM), Laboratório de Processamento Mineral (LAPROM), Laboratório de Tecnologia Mineral (LTM), Laboratório de Siderurgia (LASID), Núcleo de Termodinâmica Computacional para Metalurgia (NTCm), Laboratório de Fundição (LAFUN), Laboratório de Soldagem e Técnicas Conexas (LS&C), Laboratório de Transformação Mecânica (LDTM), Laboratório de Biomateriais (LABIOMAT), Laboratório de Corrosão, Proteção e Reciclagem de Materiais (LACOR), Laboratório de Design e Seleção de Materiais (LDSM), Laboratório de Materiais Cerâmicos (LACER), Laboratório de Materiais Poliméricos (LAPOL), Laboratório de Metalurgia Física (LAMEF), Laboratório de Pesquisa em Corrosão (LAPEC), Laboratório de Processos Eletroquímicos e Corrosão (ELETROCOR).

Também, desenvolve inúmeros projetos de pesquisa vinculados ao setor produtivo industrial e de serviços, em grande parte com agências de fomento nacional e internacional como DAAD/CAPES, CAPES/COFECUB, FINEP, CNPq, Gerdau, AES-Tiête, além da Petrobrás e outros. Em 2011, foram aprovados mais de 50 projetos de pesquisa num montante de R\$69.071.356,71 milhões. Com os resultados alcançados por estes projetos e o acesso a verbas de agências financiadoras e do setor produtivo, são constantemente ampliados e reaparelhados os laboratórios do PPGE3M, assim como renovado o acervo bibliográfico. Com o recebimento destes recursos externos à universidade o Programa mantém uma certa autonomia no desenvolvimento de seus projetos.

Todas as ações são mérito dos professores porque eles vão atrás. Nós temos alguns que são formados na França e mantêm contato com eles. Também, temos pessoas que fizeram doutorado na Alemanha então eles naturalmente mantêm o vínculo, tem um colega meu que está nos EUA fazendo doutorado, ele tem uma afeição pelos EUA. Mas é tudo atividade individual, e cada laboratório, a gente nem sabe o que cada um faz, por exemplo, o LAMEF a gente já mandou mais de 100 estudantes para um instituto na Alemanha para os estágios, eles são alunos de graduação, foram três essa semana para lá e três estão voltando [...] a gente já tem tantos convênios, tantas cooperações, todos os laboratórios têm cooperações com o pessoal fora do país, às vezes falta gente até pra mandar pra fora do país [...] (ENTREVISTADO T).

Os projetos de pesquisa internacionais desenvolvidos pelo Programa são, principalmente, em cooperação com universidades da Alemanha, Portugal, França, Espanha, Cuba, Moçambique, Colômbia, Finlândia e Argentina. Do total de convênios da UFRGS assinados nos últimos 10 anos ainda vigentes, nove são de iniciativa da Escola de Engenharia. É por meio dessas relações de cooperação que ocorre, além da pesquisa, a oferta de programas de mobilidade internacional e a co-tutela aos discentes.

A UFRGS fez bastante cooperação através do nosso programa e desde o último mandato que eu participei como coordenador a gente tem tese em regime de co-tutela. Primeiro começamos com a França, em que o aluno ia para a experiência sanduíche de dois anos. Na época a gente começou a ter tese em regime de co-tutela. Agora já tivemos com a Alemanha, com a Espanha várias teses em que a banca tem certo número de componentes daqui e de fora do país e o aluno tem uma dupla diplomação [...] esse sistema de cooperação firmado com outras universidades que facilitam o envio de alunos. (ENTREVISTADO T).

O intercâmbio com universidades e Centros de Pesquisa estrangeiros de prestígio internacional é uma prioridade permanente do Programa.

Aqui o PPGE3M tem os departamentos e em primeiro momento incentivaram a saída ou de alunos de mestrado, recém-terminado, ou até de professores para fazer doutorado fora do país para melhorar a capacidade intelectual instalada. Então, num primeiro momento, foi privilegiado mandar mais pessoas para a Alemanha e depois já tendo o curso de doutorado aqui a partir dos anos de 1991 ou 1992, e tendo condições de desenvolver teses aqui, essa busca de mandar gente para fora foi ao contrário, a gente queria manter pessoas aqui para irem para o doutorado e dar um volume de trabalho mais completo. E uma iniciativa do governo brasileiro que a gente aponta com sendo muito interessante foi a de oportunizar o doutorado sanduíche. Então, de longa data a gente vem usando o doutorado sanduíche para completar a formação dos nossos doutorandos fazendo com que o pessoal faça um doutorado fora do país para adquirir experiência e agregar valor ao trabalho realizado. (ENTREVISTADO T).

O número de intercâmbios internacionais aumenta continuamente, assim como o número de visitantes do exterior que realizam estágios de curta ou média duração. Até o final de 2011 o PPGE3M mantinha 15 Projetos de Pesquisa a nível internacional em parceria com IES e/ou organismos de fomento. Nesse mesmo ano, o Programa recebeu 12 professores visitantes estrangeiros e manteve 15 programas de intercâmbio internacional e 7 nacionais. Além disso, promove intercâmbios discentes de curta duração a nível nacional e internacional, bem como, atribuir premiações a discentes destaque, sobretudo em pesquisa junto aos laboratórios, para o intercâmbio internacional.

O Programa incentiva seus docentes a participar, regularmente, em eventos internacionais, estimula os estágios pós-doutorais no exterior, as publicações internacionais bem como, promove parcerias com instituições internacionais. Nos últimos dez anos, 1.522 docentes da Escola de Engenharia realizaram afastamento para atividades no exterior, representando 26% do total de pedidos deste período de toda a UFRGS. Em 2011, diversos docentes participaram em 19 eventos internacionais ou representaram o Programa em organismos nacionais e internacionais; 12 participaram no corpo editorial de periódicos nacionais e internacionais; 104 foram revisores de Periódicos Internacionais. Também há registro da participação de professores em 52 missões realizadas no Brasil e no exterior, além dos 5 prêmios de destaque científico concedidos a docentes pesquisadores do Programa neste mesmo ano.

Relativo às publicações dos docentes, em média 30% dos trabalhos são feitos com pesquisadores estrangeiros. Dos doutorandos, antes de defender a tese, o Programa exige uma publicação em revista internacional ou equivalente.

C-Programa de Pós-Graduação em Física (PPGFis)

A história do Programa de Pós-Graduação em Física da UFRGS está vinculada ao desenvolvimento do Instituto de Física da UFRGS, unidade acadêmica na qual está lotado. A pesquisa na área da física expandiu-se na década de 1950⁴⁴ quando teve início um movimento nacional em prol do desenvolvimento da ciência brasileira. Nesse período, no ano de 1953 foi quando ocorreu a criação do Centro de Pesquisas Físicas (CPF) na UFRGS que, em 9 de março de 1959, passou a denominar-se Instituto de Física⁴⁵ e de Matemática.

Por meio da iniciativa de jovens doutores formados no exterior foi criado o curso de Doutorado em Física, que contou com a participação de professores estrangeiros. A atuação de pesquisadores do Instituto, associado à criação pioneira de cursos de pós-graduação em Física no Brasil, projetou nacionalmente a área de Física da UFRGS.

Desde a década de 1970 os pesquisadores do Instituto foram reconhecidos, nacional e internacionalmente, pelo nível de excelência das suas pesquisas. A equipe pioneira responsável pelo êxito do projeto estava integrada pelos Professores Gerhard Jacob, Theodor Maris, Eduardo Bica e Mario Norberto Bairich. Suas pesquisas cedo conquistaram o reconhecimento internacional e o alto nível científico de suas publicações transformaram seus autores em referências internacionais no campo da Física.

Este Programa constituiu-se em um centro de formação intelectual e de produção de conhecimento na área da Física que contribuiu para o avanço da pesquisa em temas de interesse global e a formação de novos pesquisadores. Desde a criação do Mestrado em 1964 e do Doutorado em 1968, o Programa possui três Áreas de Concentração sendo estas: Física Experimental, Física Teórica e Astrofísica, das quais participam, regularmente, 100 alunos das 24 linhas de pesquisa que as integram.

O PPGFis tem um solidificado perfil de excelência e possui conceito sete junto à avaliação trienal da CAPES⁴⁶ que avalia, entre outros, a inserção internacional. Este reconhecimento internacional do Programa decorre da formação dos docentes no exterior e da vinda de professores visitantes de outros países que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa em Física na UFRGS. “Vários estrangeiros estiveram aqui trabalhando no Instituto

⁴⁴ Neste período foram criados além do Centro de Pesquisas Físicas da Universidade do Rio Grande do Sul em 1953, também o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas em 1949 e o Conselho Nacional de Pesquisa em 1952.

⁴⁵ A transformação do CPF em Instituto de Física ocorreu durante o reitorado de Elyseu Paglioli sob a Portaria nº 117, homologada a posteriori pelo Conselho Universitário da Decisão nº 15/59, de 2 de abril de 1959.

⁴⁶ O PPGE3M possui código nº 42001013002P1 na CAPES e está vinculado à área de avaliação 3 da CAPES – Astronomia/Física.

durante anos, depois voltaram para suas origens. Então esse foi o grande passo, isso deu um salto nas pesquisas” (ENTREVISTADO D).

O corpo docente do PPGFis é integrado por 51 professores, sendo 92% doutores e/ou pós-doutores com formação no exterior. Do total de afastamentos ocorridos na UFRGS entre os anos 2002 e 2012, 12% (725 professores) correspondeu a docentes do Instituto de Física, o que é um importante indicador do nível de internacionalização do corpo docente deste Programa.

A inserção internacional do corpo docente é desenvolvida por meio da pesquisa da participação em eventos e publicações internacionais. De acordo com o entrevistado D, os docentes Eduardo Bica e Thaisa Bergmann são os pesquisadores mais citados do país – superior a 1000 - pelas participações internacionais. A colocação de um dos professores do Programa na 83ª posição mundial de pesquisadores na área da física no período de 2000 a 2010 demonstra o reconhecimento internacional da pesquisa desenvolvida no PPGFis. “Não tinha nenhum latino americano, nenhum espanhol, nenhum português. Todos franceses e muitos americanos” ressalta o entrevistado.

Em 2011, os docentes do PPGFis coordenaram 18 Projetos de Cooperação Internacional e 8 Projetos com financiamento internacional; participaram como membros de 3 projetos com financiamento internacional e de 28 Comitês Internacionais. Também, integraram 21 conselhos editoriais nacionais e internacionais, além de haver 6 docentes pertencentes à Academia Brasileira de Ciência.⁴⁷

O Programa mantém incentivos aos docentes para desenvolverem diferentes atividades no exterior por meio dos recursos de agências nacionais, parceiros internacionais, programas de pesquisa conjunta e recursos do PROEX. Além disso, o Programa conta com incentivos à interação entre grupos de pesquisa, tanto do CNPq quanto da CAPES, como CAPES/COFECUB, CAPES/DAD e outros. Os países com os quais é mais intensa a cooperação são a França – com oferta de co-tutela, a Alemanha, a Espanha, os Estados Unidos – projetos com a Força Aérea Americana-, a Argentina, o Chile, e o México.

⁴⁷ Dados disponíveis no último relatório do aplicativo Coleta CAPES referente ao período 2007- 2009.

D- Programa de Pós-Graduação em Computação (PPGC)

O Programa de Pós-Graduação em Computação pertence ao Instituto de Informática da UFRGS e originou-se antes da criação deste. O PPGC teve início com a criação do Mestrado em Computação no ano de 1973 e do Doutorado em Ciências da Computação, em 1988, ambos, originalmente, vinculados ao Centro de Processamento de Dados da UFRGS que desenvolvia, desde 1968, as atividades de ensino e pesquisa em informática.

O Instituto resultou da Divisão Acadêmica do Centro de Processamento de Dados e foi oficialmente fundado em 9 de novembro de 1989, como unidade acadêmica da UFRGS. Ele é o responsável pelo ensino, a pesquisa e outros serviços nas áreas de Ciência e Tecnologia da Computação. O mesmo possui duas unidades acadêmicas, o Departamento de Informática Aplicada e o Departamento de Informática Teórica, e oferece cursos de graduação em Ciência da Computação e em Engenharia da Computação; na Pós-Graduação, além do PPGC, oferece os Programas de Pós-Graduação em Microeletrônica (PGMICRO) e Informática na Educação (PGIE).

Desde sua origem, o PPGC tem mantido relações de parceria com diversas empresas⁴⁸ no empreendedorismo e na geração de conhecimento e de tecnologia inovadora. O Programa conta com 15 grupos de pesquisa⁴⁹ e seu corpo docente é integrado por 43 professores, sendo 73%, com doutorado e/ou pós-doutorado no exterior. O corpo discente é integrado por 250 estudantes de mestrado e de doutorado. Desde 1973, ano de sua criação, titulou, aproximadamente, 1100 mestres e 150 doutores e, atualmente, é um dos cinco programas brasileiros classificados como de nível internacional pelo conceito 6 da CAPES⁵⁰ na última avaliação trienal.

⁴⁸ Entre a lista de empresas parceiras do Instituto de Informática podemos citar: Altus Sistemas de Informática S/A; Banco do Brasil S.A.; BANRISUL - Banco do Estado do Rio Grande do Sul; Bookman Editora; CP Eletrônica S.A; Dell Computadores do Brasil Ltda; Digistar Telecomunicações S.A; Digitel S.A. Indústria Eletrônica; Hewlett Packard Brasil Ltda; INTEL Semicondutores do Brasil Ltda.; Microsoft Informática Ltda.; Nangate do Brasil S/A; Perto Periféricos para Automação S.A.; PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre; PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul; Teracom Telemática Ltda.; Terra Networks Brasil S.A.; e VIVO S.A.

⁴⁹ Os quinze grupos de pesquisa do PPGC são: Bioinformática; Concepção de Circuitos Integrados; Computação Gráfica, Processamento de Imagens e Interação; Ferramentas Computacionais para Projeto de Circuitos e Sistemas Integrados; Fundamentos da Computação e Métodos Formais; Inteligência Artificial; Núcleo de TV Digital; Processamento Paralelo e Distribuído; Redes de Computadores; Robótica Inteligente e Visão Artificial; Sistemas Embarcados; Sistemas de Informação; Telesaúde; Teste e Projeto visando o Teste de Sistemas de Hardware e Software; e Tolerância a Falhas.

⁵⁰ O PPGC possui código nº 42001013004P4 na CAPES e está vinculado à área de avaliação 2 da CAPES- Ciência da Computação.

A inserção internacional do PPGC fica evidente pelo significativo número de protocolos de cooperação desenvolvidos com instituições internacionais (19), pelo número de discentes estrangeiros no Programa entre 2002-2012 (45) e pelo número de alunos que realizaram intercâmbio no exterior no mesmo período (183). O Programa envia alunos ao exterior e, frequentemente, recebe pesquisadores estrangeiros, mas, apesar de desenvolver ações de internacionalização, o Programa ainda pretende avançar e ampliar mais suas relações internacionais. “[...] nós somos um modelo aqui na universidade de internacionalização, mesmo sabendo que temos que melhorar muito” (ENTREVISTADO C).

O Programa, também, incentiva alunos e docentes a apresentarem trabalhos em eventos internacionais, e aos alunos de doutorado recomenda a realização de estágios no exterior. No ano de 2009, 13 alunos realizaram estágio em instituições de ensino da Alemanha, França, Suécia, Itália, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. Em 2011, 1.051 professores do Instituto de Informática que abriga este Programa realizaram atividades no exterior, representando 18% dos docentes da UFRGS. No mesmo ano, 79,1 % das 115 publicações do PPGC foram internacionais, sendo destes, 37,4 publicadas nos EUA. Grande parte dos docentes foram coordenadores ou membros de comitês organizadores de programa de importantes conferências, assim como do corpo editorial de periódicos internacionais.

A mobilidade internacional dos alunos do Instituto para a Alemanha, França e EUA, decorre, segundo o Coordenador do PPGC, dos contatos de pesquisa da pós-graduação.

Se a gente tem um acordo de dupla formação com a França ou com a Alemanha é porque em algum momento alguns professores através de seus contatos de pesquisa estabeleceram esses vínculos e resolveram expandir isso para a graduação. O nosso foco aqui é o instituto, a pós-graduação está bem integrada no instituto. (ENTREVISTADO C).

A inserção internacional do PPGC é fruto da atuação do Instituto de Informática (INF) que registra incentivos gradativos à realização de intercâmbios e ações de cooperação internacional. Atualmente o INF possui 20 convênios com universidades da América Latina, Europa, América do Norte e Austrália. Estes convênios têm possibilitado a realização de intercâmbios de estudantes de graduação na França, Alemanha e Estados Unidos, resultando na participação de 183 estudantes do INF em missões de intercâmbio e a vinda de 43 alunos do exterior.

Desde 2007 o Programa possui convênio de co-tutela com a França, além da oferta do duplo-diploma entre a UFRGS e o INPG (Grenoble, França). Anualmente, o Coordenador das ações internacionais do Instituto de Informática (ANEXO B) realiza palestra aos alunos de graduação para apresentar as oportunidades de estudo e estágios no exterior, enfatizando a necessidade do domínio do idioma inglês para ter acesso a elas.

Todos os dados relativos à internacionalização do PPGC, como Intercâmbios acadêmicos, Projetos de Cooperação e Protocolos de Cooperação constam no site bilingue do Programa⁵¹, no qual os interessados encontram todas as informações relativas às características e atividades internacionais do Instituto.

E- Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ)

O Programa de Pós-Graduação em Química da UFRGS está vinculado ao Instituto de Química, que teve sua origem em 1925 quando incorporou o curso de Química Industrial, existente desde 1920. Atualmente o Instituto conta com 70 docentes efetivos, a maioria em regime de dedicação exclusiva. Os docentes estão lotados em três departamentos: 35 no Departamento de Química Inorgânica, 20 no Departamento de Química Orgânica e 15 no Departamento de Físico-Química. Em 1970, resultante da Reforma Universitária no Brasil, o Instituto de Química adquiriu a responsabilidade pelo ensino e a pesquisa em química na Universidade.

A estrutura do Instituto integra os seguintes centros e laboratórios: Central Analítica (CA), Centro de Combustíveis, Microcombustíveis, Lubrificantes e Óleos (CECOM), Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ), e Laboratório Multiusuário de Análise Térmica (LAMAT). Administrativamente, também integram o Instituto os Departamentos de Físico-Química (DFQ), de Química Inorgânica (DGI) e de Química Orgânica (DQO).

O Programa de Pós-Graduação em Química da UFRGS teve sua origem em 1978, como resultado de uma iniciativa conjunta do CNPq e de empresas do Pólo Petroquímico de Triunfo para desenvolver pesquisas e formar especialistas nesta área. Em face ao reduzido número de professores qualificados para criarem um programa de pós-graduação *stricto*

⁵¹ OPPGC disponibiliza na sua página eletrônica uma aba de acesso denominada internacionalização onde é possível acompanhar os dados do Programa a nível internacional. Link de acesso: <http://www.inf.ufrgs.br/index.php?option=com_content&view=article&id=831&Itemid=64>.

sensu, inicialmente, foram realizados cursos de especialização. Para tanto, foram contratados pesquisadores de outros estados do Brasil e do exterior. Somente em 1985 foi criado o Curso de Mestrado em Química, hoje com 14 linhas de pesquisa⁵².

Com a experiência que foi sendo adquirida, a formação de especialistas e a contratação de jovens doutores, foram criadas as condições para, em 1998, ser criado o Curso de Doutorado em Química. Desde sua criação, o PPGQ realizou convênios com empresas e passou a atuar, conjuntamente, com estes parceiros tais como: empresas do Pólo Petroquímico de Triunfo (PROPET-SUL), com as Tintas Renner, com a ICOTRON, a PETROBRÁS, a COPERBO e, mais recentemente, com Killing, Boticário, Natura, Solae do Brasil S.A., entre outras. Atualmente o PPGQ possui conceito 7 na avaliação trienal da CAPES⁵³ do período de 2007 a 2009 e tem uma posição de destaque, tanto nacional como internacionalmente, pela atuação docente e discente na pesquisa.

Integram o corpo docente permanente do Programa 61 professores, sendo 62% doutores e/ ou pós-doutores formados no exterior. Do total de afastamentos de docentes da UFRGS no período de 2002 a 2012, 255 pedidos foram de professores do Instituto de Química que representam 4% dos afastamentos totais. Desde a criação do PPGQ formaram-se 363 mestres e 130 doutores⁵⁴. Quanto à produção discente entre os anos 2008 a 2012, foram defendidas 156 dissertações e 71 teses.

Os projetos de pesquisa inovadores desenvolvidos pelos docentes do Programa têm levado muitas empresas a proporem parcerias e resultado em inúmeras aprovações obtidas em editais nacionais e internacionais pelos grupos de pesquisa que integram as linhas de pesquisa do PPGQ.

⁵² As linhas de pesquisa do PPCQ são: Catálise; Educação em Química; Eletroquímica; Fotoquímica; Nanotecnologia Aplicada; Oleoquímica; Polímeros; Química Ambiental; Química Analítica; Química de Materiais Nanoestruturados; Química do Estado Condensado; Química Teórica e Computacional; Química Verde; e Síntese Orgânica.

⁵³ O PPGC possui código nº 42001013040P0 na CAPES e está vinculado à área de avaliação 4 da CAPES-Química.

⁵⁴ Dados desde o ano de criação do mestrado e do doutorado em Química até setembro de 2012.

A idéia sempre foi na medida do possível incentivar que os professores participassem de eventos no exterior e que passasse a dar visibilidade para o programa, passasse a imagem da qualidade da pesquisa que nós estávamos fazendo aqui no programa, aqui no instituto de química como um todo. Mas apesar de a gente ter vontade de fazer com que os docentes fizessem essa inserção internacional, ela era muito pequena porque a gente não tinha dinheiro e a partir do PROEX, a gente pega e financia os docente para que eles vão para o exterior [...] Isso tem permitido que a gente mande mais pessoas para o exterior, e nessas idas para o exterior esses docentes têm a possibilidade plena de fazer contatos[...] (ENTREVISTADO O).

Os investimentos recebidos pelo Programa e oriundo de agências de fomento nacionais e do setor privado em 2010/2011, em decorrência da aprovação de mais de 30 projetos de pesquisa, atingiram um montante de R\$41.298.729,01 milhões.

O Programa tem mantido um gradativo aumento na pesquisa realizada por alunos bolsistas, assim como, na produtividade científica que busca integrar o aluno e o professor. No ano de 2011, há registro de 170 publicações- 162 foram em inglês e as demais em português-, destas, 60 foram em periódicos estrangeiros. A criação de patentes está atribuída à produção tecnológica do Programa e no ano de 2011, 16 patentes foram depositadas no Brasil e no exterior, com a participação direta de docentes do PPGQ.

A internacionalização do Programa resulta de intercâmbios internacionais que têm dado visibilidade e reconhecimento internacional à sua excelência assim como, pelos prêmios nacionais e internacionais recebidos por discentes e docentes. Em 2011, houve cinco premiações, 3 para docentes e duas para discentes. O Professor Jairton Dupont, recebeu o prêmio *Third World Academie of Science* (TWAS) em química e o prêmio pesquisador gaúcho de 2011 concedido pela FAPERGS. Além disso, o mesmo professor ocupa a posição 83 entre os 100 químicos internacionalmente mais influentes da década conforme a agência Thomson Reuters.

O Programa mantém 25 convênios de intercâmbio internacional com diferentes instituições, sendo vinte da Europa⁵⁵. Através destes convênios, são mantidas suas relações de

⁵⁵ As Instituições conveniadas ao PPGQ são: 1. Institut für Organische Chemie, Universidade de Mainz, Alemanha; 2. Laboratório de Química de Coordenação, Toulouse, França; 3. Universidade Autônoma de Madri, Espanha; 4. Universidade de Bordeaux – França; 5. Universidade de Sussex, Inglaterra; 6. Universidade Del Sur, Argentina; 7. Universidade do Chile; 8. Universidade de Erlangen-Nürnberg, Alemanha; 9. Centre de Recherche sur les Macromolécules Végétales (CERMAV), Grenoble, França; 10. CAPES-COFECUB, envolvendo a Universidade de Rennes, França; 11. CAPES-COFECUB, envolvendo a Universidade de Strasbourg, França; 12. Iowa State University – USA; 13. Universidade de Bayreuth, Alemanha; 14. Instituto de Macromoléculas de Praga, República Tcheca; 15. Universidad Rovira I Virgili, Tarragona, Espanha; 16. Instituto de Investigaciones Químicas y Ambientales de Barcelona, IIQAB, Barcelona, Espanha; 17. Institut Charles Sadron, Strasbourg, França; 18. Instituto de Investigaciones Químicas e Ambientales de Barcelona, Espanha; 19. Jülich Research Centre ZCH – Alemanha; 20. Vrije Universiteit Amsterdam – Holanda; 21. Universidade de Tübingen –

cooperação com instituições e centros de renome internacional na área de Química, promovendo o contato dos discentes com professores visitantes, estágios de doutoramento sanduíche, estágios de curta duração, estágios de pós-doutoramento e seminários. No ano de 2011 o PPGQ também recebeu 6 professores visitantes, sendo 2 de Portugal, 2 da Espanha, um do Chile e um da República Checa.

Quanto à mobilidade discente, o Programa tem estimulado a ida de alunos ao exterior para realizar doutorado sanduíche. Até outubro de 2012, haviam partido 8 alunos para esta modalidade e no ano anterior, 7 alunos do Doutorado realizaram estágio de doutorado no exterior.

[...] a gente tem alunos de pós-doutorado vindo pela TWAS principalmente da Índia e nós temos estágios de alunos principalmente da França e da Espanha através de acordos bilaterais, CAPES/COFECUB, o DAAD da Alemanha, mas são alunos que vem por períodos curtos de três meses não para fazer o doutorado, seria mais ou menos um doutorado sanduíche. (ENTREVISTADO O).

Entre os países de maior destino estão os da Europa, além do Canadá e dos Estados Unidos. O Programa prevê como meta de internacionalização atingir o equilíbrio da mobilidade internacional e, para isso, busca desenvolver uma política de atração de pesquisadores e alunos estrangeiros para missões de curta ou média duração e participação em projetos desenvolvidos pelo PPGQ.

Nesses cinco Programas, podemos destacar o nível de internacionalização do corpo docente. A percentagem de professores com título de doutor e de pós-doutor obtido em instituições estrangeiras merece destaque conforme é evidenciado no quadro 9.

Quadro 9- Formação docente no exterior dos cinco Programas de Pós-Graduação avaliados

Programa	Doutorado no exterior(%)	Pós-Doutorado no exterior(%)
PPGBM	49%	60%
PPGFis	30%	93%
PPGC	71%	97%
PPGE3M	49%	60%
PPGQ	62%	55%

Fonte: Elaboração autora com base nos dados obtidos junto aos referidos Programas.

Alemanha; 22. Universidade de Ulm – Alemanha; 23 PI Nanotechnology, Biosciences, CSIR - África do Sul; 24. Dept. of Biochemistry, PGIMER – Índia; e25. Universite Paris Sud, França.

5 ANÁLISE DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFRGS

A análise da dimensão institucional do processo de internacionalização da UFRGS, objeto deste capítulo, desenvolve-se a partir da proposta teórica modificada do Círculo da Internacionalização de Knight e de suas nove etapas: 1- **Análise do contexto** (*Analysis of context*); 2- **Consciência** (*Awareness*); 3- **Comprometimento** (*Commitment*); 4- **Planejamento** (*Planning*); 5- **Operacionalização** (*Operationalize*); 6- **Implementação** (*Implementing*); 7- **Revisão** (*Review*); 8- **Reforço** (*Reinforcement*); e 9- **Efeito de integração** (*Integration effect*). Com base nos dados apresentados no capítulo anterior relativo à UFRGS e seus cinco Programas de Pós-Graduação de excelência, faz-se uso do conteúdo das entrevistas aplicadas na pesquisa de campo, para a análise de cada uma destas nove etapas que são avaliadas separadamente, respeitando sua interdependência no processo de internacionalização.

As nove etapas do Processo de Internacionalização

Etapa 1- Análise do contexto

O atual contexto de internacionalização da UFRGS e dos seus Programas de Pós-Graduação de excelência é composto por elementos internos e externos à Universidade. No âmbito interno identificamos que a concepção predominante de internacionalização está associada à prática da cooperação e à promoção da mobilidade acadêmica discente e docente e é marcada pelo aumento do número de alunos estrangeiros, especialmente em cursos de Graduação. No PDI⁵⁶ da UFRGS há continuidade dessa visão uma vez que há previsão da

⁵⁶ Para o desenvolvimento da graduação o PDI prevê dois itens relativos à promoção internacional que são: 17. a promoção institucional da mobilidade acadêmica, nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla diplomação; 18. o desenvolvimento de uma política linguística para a graduação, que favoreça a inserção internacional; (UFRGS, 2010 p. 13).

Para a política institucional da Pós-Graduação, o PDI prevê cinco itens de desenvolvimento internacional: “13. a atração de alunos de todo o país, bem como de outras partes do mundo, para os cursos de pós-graduação; 14. o intercâmbio com outras universidades, brasileiras e estrangeiras, na oferta de cursos de pós-graduação inovadores; 15. o incentivo a programas de colaboração internacional para formação pós-graduada; 16. a ampliação do sistema de titulações por co-tutela, com instituições estrangeiras; 17. o desenvolvimento de uma política linguística para a pós-graduação que favoreça e possibilite a inserção internacional;” (UFRGS, 2010, p.15).

criação de ações destinadas a estimular a mobilidade acadêmica *in e out*, dos programas de dupla diplomação e co-tutela, além da cooperação acadêmica, científica e tecnológica com instituições estrangeiras.

Os principais indicadores que contextualizam as relações internacionais da UFRGS são a mobilidade internacional de discentes e de docentes. Entre os dados da mobilidade internacional da Universidade, previamente apresentados no item 4.2.2 deste trabalho, destacamos os 1.474 alunos da UFRGS que realizaram intercâmbio no exterior no período entre 2004 e 2012, o recebimento pela UFRGS de 283 alunos latino-americanos e africanos através do PEC-PG entre os anos de 1987 e 2012, além dos 1.859 alunos para o Programa de Português para Estrangeiros. Também destacamos, no contexto institucional, os 5.711 afastamentos de professores para a realização de variadas atividades no exterior no período de 2002 a 2012. Sobre o número de docentes, pesquisadores e de alunos estrangeiros que realizaram atividades de curta duração na UFRGS, não há registros.

Ambos processos de mobilidade são espontâneos, de livre decisão dos alunos e docentes e não resultam de uma política institucional voltada à ampliação do processo de internacionalização da instituição. No contexto interno, não foi possível identificar a existência de um projeto institucional voltado à criação de um planejamento e gestão estratégica dirigido à internacionalização do conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento. O que se constatou foi a fragmentação das ações, sendo os programas de pós-graduação de excelência os principais atores do nível de internacionalização atingido, na atualidade, pela UFRGS.

No interior da UFRGS, observa-se a falta de consenso sobre a existência de uma política institucional voltada à ampliação do processo de internacionalização da instituição. Enquanto a Administração Central afirma a existência de uma política clara, outros docentes compreendem que esta se encontra numa fase incipiente de desenvolvimento: “Eu vejo que

Para o desenvolvimento da pesquisa, e colocação da UFRGS como referência na produção do conhecimento, o PDI propõe à pesquisa acadêmica da universidade e um item de promoção internacional que é: “11. O aperfeiçoamento da política de transferência de tecnologia, objetivando a valoração, o registro e a comercialização de patentes produzidas pela Universidade, tanto no âmbito nacional quanto internacional; (UFRGS, 2010, p. 18).

Para o desenvolvimento da extensão e da relação com a comunidade por meio da constante interlocução nacional e internacional o PDI propõe dois itens de promoção internacional que são: “2. A caracterização das atividades de extensão em consonância com as discussões empreendidas pelos múltiplos fóruns de debate em caráter regional, nacional e internacional” [...]; 12. o apoio a programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional (UFRGS, 2010, p. 19).

ela está no seu início, embrionária ainda. Ela está quase nascendo, precisa de muita coisa para isso”, destaca o entrevistado D. Ou ainda, de acordo com o entrevistado C, ela não é institucionalizada: “Até podemos ter isso no papel, algo que foi aprovado, mas, por exemplo, nós como Programa de Pós-Graduação nunca fomos chamados ou convocados para que nos fosse apresentado o programa e as ações”.

A falta de uma política de internacionalização institucionalizada tem reflexos na pós-graduação da Universidade. Embora haja programas de pós-graduação com elevada inserção internacional, percebe-se que é resultante de iniciativas de professores que possuem contatos no exterior tornando evidente a ausência de um direcionamento institucional focado na internacionalização da pós-graduação. Isso resultou em ilhas de internacionalização na pós-graduação uma vez que as ações dos programas, em grande parte, decorrem de metas próprias no âmbito internacional com incentivos, internos aos alunos e docentes à realização de atividades no exterior e ao recebimento de estrangeiros. Por se caracterizarem como iniciativas não institucionalizadas denotam a atual fragmentação da internacionalização existente na Universidade.

Os programas de pós-graduação com maior nível de excelência contam com mais recursos financeiros obtidos nas agências de fomento, como pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), o que viabiliza o avanço de sua internacionalização. Tais recursos são utilizados para o desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria com instituições estrangeiras, a mobilidade discente e docente e a criação de novas iniciativas para ampliar e consolidar sua internacionalização. A existência desses recursos externos tem proporcionado aos programas avaliados, maior autonomia em suas relações internacionais além de ter facilitado a promoção de projetos próprios de cooperação internacional sem a necessidade da institucionalização destas ações.

[...] é uma política do programa e a internacionalização é, sem dúvida uma prioridade do programa. A partir do momento que a CAPES nos diz a gente enxerga que isso é importante, então a gente não tem nenhuma correlação com a Pró-Reitoria. É algo que é decidido no programa e que a gente avalia que é muito bom para o programa. O PROEX [Programa de Excelência Acadêmica] nos dá essa liberdade e em algumas ações facilita para o programa. (ENTREVISTADO O)

A Administração Central da Universidade apesar de possuir uma consciência da importância de internacionalizar a UFRGS e de torná-la uma referência regional e global,

como prevê o PDI, não possui um projeto nessa direção, nem uma política institucional que integre e sustente a dimensão internacional na missão e nas funções da instituição.

A UFRGS deve se tornar um centro de diálogo e desenvolvimento científico e cultural com parceiros latino-americanos e de várias partes do mundo, pois se torna necessário ampliar a perspectiva internacional, no momento histórico em que o Brasil conquista um espaço importante de liderança na economia, na ciência, na política e na cultura do mundo. [...] Ao mesmo tempo, uma Universidade de excelência tem de mirar além das fronteiras; por isso, o processo de internacionalização torna-se essencial ao seu desenvolvimento e deve ser tratado como uma política institucional da UFRGS. (UFRGS, 2010, p.7).

Diante do exposto nos documentos de planejamento institucional, evidencia-se a importância que começa a adquirir na Universidade o processo de internacionalização como indica Knight (2005) de que é no nível institucional o espaço onde acontece o verdadeiro processo de internacionalização. A UFRGS, no seu contexto interno, tem buscado institucionalizar as ações de internacionalização. A criação de processos internos para a elaboração de convênios, a instituição de formulários, a disponibilidade de um site em cinco idiomas e as ações voltadas ao receptivo e ao acompanhamento dos alunos internacionais na UFRGS são ações destacadas pelo entrevistado L voltadas à institucionalização. Entretanto, com base da realidade do contexto institucional, não está ocorrendo um verdadeiro processo de internacionalização, uma vez que é identificada a necessidade da criação de uma estrutura organizacional que coordene as ações no âmbito interno e estabeleça as conexões com a dimensão internacional. O que existe são vários setores, não relacionados entre si, cada um com atribuições específicas na área internacional, sendo os principais: o setor de convênios, o setor de afastamentos do país e a RELINTER.

A Universidade ainda não possui registros centralizados por meio de um banco de dados que reúna todas as informações relacionadas às ações desenvolvidas no campo internacional como a mobilidade discente e docente *in* e *out* de todos os níveis de ensino, as produções e atividades científicas internacionais, entre outros indicadores deste processo. Desse modo, o controle de dados relativos à internacionalização ainda é um desafio institucional.

A repercussão das políticas das Agências de Fomento brasileiras, especialmente da CAPES e do CNPq, tem sido decisiva para o avanço da interação internacional dos programas de pós-graduação da Universidade. Muitas das atividades internacionais dos Programas de Pós-Graduação avaliados dependem de recursos destas agências, principalmente as pesquisas conjuntas, a participação de docentes e alunos em eventos no exterior e a compra de equipamentos para laboratórios. O entrevistado D enfatiza: “a gente não faz nada sem eles”.

As ações internacionais uma vez que dependem de recursos de editais externos, tornam a internacionalização fragilizada e evidenciam a descaracterização enquanto processo institucional com a prévia previsão de recursos para a sua promoção.

Diante disso, os programas que integram as áreas estratégicas têm contínua possibilidade de acesso a editais de apoio à pesquisa.

A gente está sempre em áreas bem estratégicas. E pela CAPES e pelo CNPq tem editais continuamente abertos para pesquisador visitante. A gente pode trazer pessoas de fora do país, o problema é até conseguir gente para trazer porque esse pessoal de fora é muito demandado, são áreas muito específicas e falta gente. Nunca teve tanto dinheiro para pesquisa como tem agora. (ENTREVISTADO T).

No contexto externo, a UFRGS mantém contatos com instituições acadêmicas européias, principalmente alemãs e francesas resultantes das interações de seus professores com pesquisadores estrangeiros. A maior parte dos convênios e programas existentes tiveram origem nesses contatos pessoais. A cooperação com universidades do MERCOSUL tem aumentado, principalmente, após a criação da AUGM e seus programas que têm sido priorizados na Universidade desde a gestão 1996/2000. A relação com os países do Oriente ainda é incipiente.

A localização geográfica da UFRGS é um fator externo pouco favorável ao seu processo de internacionalização. Por estar distante do eixo Rio – São Paulo possui menos elementos que contribuam com sua visibilidade internacional, sendo necessário o estabelecimento de uma política de longo prazo para divulgar sua produção como contribuição ao desenvolvimento científico internacional.

Etapa 2- Consciência

A UFRGS, certamente, tem consciência da grande importância que vem adquirindo a internacionalização do ensino superior. O conhecimento que agora é internacional tem levando muitas universidades à criação de políticas de internacionalização voltadas ao ensino, à pesquisa e à produção científica de seus docentes e alunos.

A Universidade, no entanto, ainda não desenvolveu iniciativas institucionais para a promoção de debates de diferentes níveis acadêmicos para a construção de um projeto de internacionalização, que englobe toda a instituição e integre os diferentes centros de

pesquisas, os laboratórios, os cursos de graduação e os programas de pós-graduação. Não há registro de uma gestão institucional que tenha promovido tais debates, envolvendo todos os atores que integram a Universidade e promovem ações de internacionalização sobre as razões que tornariam urgente o desencadeamento do processo de internacionalização desta IFES, os benefícios que dela resultariam, os obstáculos, as resistências e os riscos a serem enfrentados.

A pesquisa aponta como principais razões que levam a UFRGS a se internacionalizar os cinco aspectos do nível institucional propostos por Knight que são: a reputação e o perfil institucional; a geração de receita; o desenvolvimento de estudantes e professores; a produção do conhecimento; e as alianças estratégicas. A reputação e o perfil institucional são razões que se destacam pelo claro interesse da UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação avaliados na projeção externa da sua imagem de excelência internacional, assim como, no objetivo de alcançar a meta da melhora na colocação em *rankings* internacionais de universidades. Já a geração de receita é uma razão que na UFRGS está associada à obtenção de recursos financeiros junto a agências de fomento e programas de cooperação através de propostas aprovadas em editais de incentivo à pesquisa, considerados fundamentais às ações internacionais dos Programas de Pós-Graduação de excelência. Estes recursos não têm gerado receita à Universidade, mas, têm viabilizado a internacionalização da Pós-Graduação da UFRGS e favorecido o desenvolvimento de estudantes e de professores.

Como afirma Knight (1994) para que uma instituição de ensino superior desencadeie um processo de internacionalização na dimensão institucional, são necessárias as seguintes condições: consciência das necessidades a serem atendidas, propósitos e avaliação dos benefícios para os estudantes, os professores, os funcionários e a sociedade.

A Universidade tem plena consciência da necessidade de formar quadros profissionais altamente capacitados para contribuir com o avanço do conhecimento científico e tecnológico nacional e internacional.

[...] nós somos uma universidade que tem que comprometer-se com a formação de líderes. Nós não formamos só profissionais. Nossa vocação é formar lideranças na área científica, tecnológica, cultural, ciências humanas e sociais, artes e letras. Essa é uma das principais razões. (ENTREVISTADO L).

A criação de alianças estratégicas enquanto razão para internacionalizar a UFRGS também faz parte da consciência institucional. No discurso das autoridades da Universidade, é frequente a referência à importância da internacionalização e das relações de cooperação internacional, facilitadas pela qualidade da pesquisa e pela capacidade do corpo docente em

cooperar internacionalmente. No entanto, concretamente, ainda não se chegou à etapa de institucionalização de um plano estratégico para implementar tal processo.

Relativo aos benefícios da internacionalização na UFRGS, a visibilidade internacional, o reconhecimento do nível de excelência e a credibilidade internacional são os principais elementos. O nível de consciência interna do conjunto dos benefícios da internacionalização na UFRGS se vincula à busca pela ampliação da sua inserção internacional que deriva da imagem de excelência institucional (ENTREVISTADO G), da pesquisa de qualidade desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação de excelência (ENTREVISTADO C), do quadro docente de excelência (ENTREVISTADO O), e das práticas de mobilidade *in e out* (ENTREVISTADO A).

O cenário atual da UFRGS é bastante propício à internacionalização. O claro interesse pelo desenvolvimento da internacionalização é destacado pelo entrevistado C que afirma: “Todo mundo quer bastante”. O entrevistado A corrobora ao enfatizar que não há na UFRGS pessoas contrárias à internacionalização, mas, segundo A, existem “pessoas que talvez não queiram participar muito ativamente da internacionalização [...] O que existe na universidade, são estruturas às vezes, pouco flexíveis”.

Nos programas de pós-graduação as mudanças decorrentes da interação internacional são percebidas como fatores que originam resistências internas. Entre as motivações apontadas pelo entrevistado C estão as mudanças decorrentes do processo como as alterações da estrutura curricular, o reconhecimento de créditos a burocracia institucional e a necessidade do domínio de outros idiomas.

A avaliação na UFRGS não é unânime relativa à existência de riscos decorrentes da internacionalização. Enquanto alguns dos entrevistados afirmam a inexistência de riscos (O e D), outros acreditam que os mesmos existem (C, A e L) e podem desencadear uma rivalidade na busca pela obtenção de benefícios. “Não há riscos propriamente ditos, o que pode existir é uma competição interna que muitas vezes pode beneficiar um núcleo em detrimento de outro, mas isso é uma coisa comum”, ressalta o entrevistado D. Cabe ressaltar que a naturalidade com a qual a competição é evidenciada pelo entrevistado D permite compreender que não há uma consciência institucional voltada à integração da internacionalização. Também são apontados outros riscos como os relativos à propriedade intelectual, a possibilidade de alunos estrangeiros levarem ao exterior uma má imagem da UFRGS face à inexistência de um local de hospedagem para alunos estrangeiros.

Etapa 3- Comprometimento⁵⁷

O nível de comprometimento com o desenvolvimento do processo de internacionalização na UFRGS pelos Programas de Pós-Graduação de excelência, pela RELINTER e pela Administração Central é variável. Nestes dois últimos, constata-se o comprometimento com a internacionalização, muito embora, não integralmente enquanto modelo de processo institucional. Já os programas de pós-graduação pesquisados estão plenamente comprometidos com o avanço da sua internacionalização, sendo que estes se preocupam em levar adiante tal processo nas suas estruturas internas através da adoção de diferentes modalidades e instrumentos. A equipe de docentes, funcionários e alunos está integralmente comprometida com o êxito dessa meta e têm consciência que sua contribuição é imprescindível para o avanço de um projeto coletivo e institucional.

[...] o papel do programa é fundamental. A universidade não pode se internacionalizar sozinha ou querer se internacionalizar sem a participação dos programas. Os programas têm que querer receber os alunos, os programas tem que prover tudo o que é necessário para que esses alunos possam vir e realizar os seus estudos. Mas deve sempre haver uma instância superior que coordene [...]. (ENTREVISTADO D).

O trabalho conjunto e colaborativo na Universidade é destacado pelos Programas que consideram a indissociabilidade da atuação essencial para a internacionalização. De acordo com os entrevistados G, O e D, para que o processo de internacionalização abrangesse o conjunto da Universidade seria necessário que houvesse um projeto coletivo de internacionalização envolvendo os cursos de graduação e de pós-graduação e a pesquisa. Mostram-se, no entanto, céticos face ao tratamento que vem sendo dado a esta temática pela Universidade.

Se a reitoria assumisse que isso [a internacionalização] fosse extremamente importante, tinha como fazer isso. Mas o que a gente acabou adotando como política é não esperar que as coisas aconteçam. Então a gente faz o nosso papel dentro da universidade, planeja algumas ações, executa algumas ações para que isso ocorra, mas as coisas não ocorrem de uma maneira plena como deveriam acontecer por problemas de logística. (ENTREVISTADO O).

⁵⁷ Embora seja apontada na base teórica do processo de internacionalização a necessidade de análise do comprometimento dos funcionários e alunos da universidade, para a compreensão da dimensão institucional, esta pesquisa não abrange estes públicos de modo que é inviável a avaliação do comprometimento destes.

No nível interno dos Programas de Pós-Graduação de excelência tanto a Coordenação quanto os professores estão comprometidos com a internacionalização. Para tanto há incentivos e estímulos como: apoio aos alunos para a realização de atividades de formação no exterior; domínio de vários idiomas estrangeiros; à vinda de professores estrangeiros e à ida de docentes ao exterior; publicações em periódicos com elevado nível de impacto internacional. Para a implementação dessas ações tem sido de fundamental importância os recursos do PROEX que têm facilitado a realização de ações internacionais que ampliam a visibilidade internacional dos mesmos.

A RELINTER tem se mostrado comprometida na busca pela institucionalização das ações internacionais da Universidade como etapa do processo. Com ações ainda pouco representativas ao processo de toda a instituição, a Secretaria tem buscado dialogar com as diferentes unidades da Universidade além de ter nomeado representantes em cada Unidade e de ter organizado trâmites internos para a elaboração de convênios. Já no que se refere ao comprometimento da Reitoria da UFRGS com o processo, segundo sua própria avaliação, tem sido por meio do apoio às ações internacionais já existentes na Universidade e ao trabalho da RELINTER. No entanto, de acordo com os programas de pós-graduação avaliados, este apoio tem sido preponderantemente no nível da retórica como é evidenciado na oitava etapa da presente análise.

Os catalisadores da internacionalização nos Programas de Pós-Graduação são os professores e os alunos. Os docentes, a maioria com formação pós-graduada e contatos no exterior, vêm assumindo protagonismo nas relações internacionais dos Programas. Os alunos, face à influência de seus professores e à importância crescente do conhecimento científico internacional, têm pleiteado apoio dos programas para a realização de estudos em instituições universitárias de excelência estrangeiras na sua área de formação.

Os professores cumprem um papel decisivo na internacionalização da Universidade. São eles os responsáveis pela origem e pela continuidade de muitas ações de cooperação internacional, ainda que em alguns casos não haja qualquer acordo formal entre instituições tratando disso. Para o entrevistado L “isso acabou gerando uma falta de controle por parte da Universidade, sobre realmente o que acontece em termos internacionais. [...] os professores, são atores, protagonistas e coadjuvantes, de todo um processo”. Ainda assim, o mesmo entrevistado afirma: “Não há processo de internacionalização, se não for pelos professores”.

Etapa 4- Planejamento

A forma pela qual a UFRGS tem tratado do planejamento da sua internacionalização na dimensão institucional ainda é pouco precisa. Nos Planos de Gestão das Administrações Centrais, ela é abordada de maneira bastante imprecisa quanto aos seus objetivos, prioridades e estratégias. Cada Gestão tem revelado uma concepção diferente da natureza e dos objetivos da internacionalização da Universidade, tendo sido ora tratada como meta, ora como política ou ainda como programa, estratégia ou ação. Algumas priorizam a assinatura de novos convênios internacionais, outras a mobilidade acadêmica e outras a realização de eventos internacionais.

A existência de um plano institucional com metas com objetivos claros e prioridades institucionais de internacionalização é motivo de controvérsias. Enquanto a RELINTER e a Administração Central afirmam que há um planejamento com uma política clara de internacionalização na UFRGS, os demais entrevistados e representantes dos Programas de Pós-Graduação de Excelência consideram que ela ainda é muito incipiente e fragmentada, além de não dar um direcionamento institucional claro à internacionalização da Pós-Graduação.

Os Programas de Pós-Graduação de excelência pesquisados, por considerarem que não há um planejamento institucional da internacionalização, adotam decisões de forma autônoma. Realizam ações a partir das suas necessidades e prioridades mesmo sem haver um planejamento claro da sua internacionalização, nem, qualquer diálogo institucional. O entrevistado G declara: “o que eu vejo muito na UFRGS são programas trabalhando quase que sozinhos nessa questão”.

Isso é algo que a gente tem batido junto com a reitoria. Eu já conversei várias vezes com o pessoal da RELINTER e acho que melhorou muito a RELINTER, mas a mensagem que se passa da Reitoria é que a universidade tem que se inserir no exterior. Mas a gente não sabe como. Não se dá as diretrizes, só dizem “façam isso”, e o respaldo que se dá é muito pequeno. Mas melhorou muito, volto a dizer, a gente está caminhando para um processo de padrão internacional, mas a gente está muito aquém ainda do que se quer. Eu acho que falta uma política extremamente abrangente para que não seja uma coisa que acontece só dentro do Instituto de Química, mas, dentro da Universidade. (ENTREVISTADO O).

Entre os programas pesquisados, o PPGBM se destaca por possuir metas claras voltadas à sua internacionalização. São elas: oferta de disciplinas em inglês; ampliação das publicações em periódicos internacionais com alto nível de impacto; o estímulo à participação de alunos em todas as publicações do Programa; e a atração de estudantes estrangeiros. Tais

metas, ainda, não estão integradas num plano de longo prazo, mas estão voltadas ao aumento da inserção internacional do programa.

O recebimento de estudantes estrangeiros também é estimulado por outros programas. No entanto, as dificuldades internas impedem o seu pleno desenvolvimento devido à inexistência de uma estrutura institucionalizada para os trâmites do processo.

É preciso haver uma ação concreta. Eu dou um exemplo: uma vez eu liguei para a RELINTER para solicitar o que eu fazia com um aluno de pós-graduação que estava chegando do exterior, não conseguimos a bolsa porque ele foi mal instruído no site do CNPq, ele se inscreveu e mandou um plano, mas o plano não chegou pra mim. Daí eu liguei para a RELINTER e perguntei como eu poderia fazer essas coisas, e a pessoa que me atendeu, que era uma secretária, disse assim: “Senhor, os alunos de pós-graduação a gente não sabe, só lidamos com alunos de graduação”. Aí eu desliguei o telefone e agi da maneira que eu achava que poderia ajudar. A gente foi atrás do aluno, solicitou bolsa, ganhou bolsa. (ENTREVISTADO D).

O planejamento da internacionalização da UFRGS, a longo prazo, terá que, entre outros, priorizar a institucionalização dos processos internos, além de enfrentar dificuldades relativas à natureza administrativa da instituição e da oferta de recursos humanos e financeiros, ambos deficitários, para a promoção de melhorias.

Etapa 5- Operacionalização

A fase da operacionalização consiste na organização detalhada das atividades e ações de internacionalização previstas na etapa do planejamento. Em não havendo o planejamento do processo a ser desenvolvido visando incorporar a dimensão internacional à institucional na estrutura da universidade, como é o caso da UFRGS, as atividades com o exterior tornam-se independentes umas das outras, não havendo relação com um plano mais amplo. Dito isso, destacamos que a fase da operacionalização das atividades acadêmicas e ações voltadas à internacionalização na UFRGS ainda tem como desafio romper com a atual fragmentação por meio da institucionalização.

Nos programas de pós-graduação analisados, não há projetos estruturados que visem à operacionalização das atividades e os serviços a nível institucional. O que existe, são ações autônomas e isoladas com objetivos específicos. Não foram identificados projetos estruturados para a operacionalização das atividades e serviços a serem desenvolvidos em toda a UFRGS, muito embora, exista na Universidade e, em especial nestes programas de

excelência, a oferta de atividades voltadas ao intercâmbio acadêmico e científico e à cooperação internacional.

A falta de um banco de dados tem sido o grande gargalo da operacionalização da internacionalização na Universidade. Isso exemplifica a falta de organicidade no funcionamento e na imprecisão dos dados da internacionalização, tanto nos Programas avaliados, quanto na Universidade por meio da ausência de registro total das ações, atividades, eventos, número de alunos nacionais e estrangeiros, atividades realizadas pelos docentes no exterior, entre outros indicadores relativos à interação internacional. Associado a isso, está a constatação da informalidade institucional no processo de registro e de aceite de alunos internacionais para a Pós-Graduação que se mantém variável de acordo com cada Programa.

Compreende-se que sem um banco de dados torna-se inviável criar indicadores de internacionalização, seja de programas, seja da instituição. A falta de controle de informações importantes, tais como: a mobilidade discente e docente; os países e cursos de origem dos alunos estrangeiros; o tempo de permanência dos alunos da UFRGS no exterior; os projetos dos professores desenvolvidos em parceria com pesquisadores estrangeiros; o tipo de atividades desenvolvidas pelos professores no exterior; a duração do afastamento; além de outras ações, impossibilitam a realização de séries históricas precisas deste processo, bem como, a projeção estratégica para a internacionalização enquanto processo.

Hoje, um grande problema que nós temos, é a falta de um banco de dados preciso, de tudo o que nós temos de Relações Internacionais, leia-se: mobilidade de aluno, mobilidade de professor, país, mobilidade de pesquisador, projetos de pesquisa, participação do corpo docente em órgãos supranacionais, [...], enfim, todos. (ENTREVISTADO L).

Nos Programas de Pós-Graduação pesquisados, as iniciativas voltadas ao registro de informações foram identificadas como ações internas dos programas, mas, incompatíveis entre si. Cada programa tem uma forma de organizar as informações o que não permite realizar comparações de dados nem criar fluxos internos apropriados. Além disso, a falta de controle de informações dentro da própria unidade acadêmica, também dificulta o registro de dados oficiais de toda a UFRGS. Em alguns destes programas, a própria coordenação admite não ter conhecimento sobre todas as ações internacionais que são desenvolvidas como é o caso da assinatura de convênios internacionais. “A gente não tem gerência das iniciativas então, eu nem tomo muito conhecimento das atividades”, destaca o entrevistado T.

A burocracia da Universidade também é apontada como desafio para a operacionalização da internacionalização. Além de ser apontada pelos entrevistados dos programas como um fator complicador e desestimulante à elaboração de projetos de cooperação internacional, também tem motivado a permanência de iniciativas autônomas e informais. De acordo com o entrevistado C, são “[...] amarras para o andamento de convênios, e outras atividades” que impedem uma evolução mais rápida das ações.

Por identificar estas falhas na estrutura interna, a UFRGS na tentativa de institucionalizar as atividades de internacionalização tem buscado sistematizar algumas ações. A criação de um setor responsável pelas relações internacionais da UFRGS pode ser considerada como primeira ação institucional neste sentido. Hoje, a RELINTER tem buscado, por meio de iniciativas internas, como a criação de coordenadores de ações internacionais em cada unidade (ANEXO B) e a organização do processo interno à criação de novos convênios, iniciar a criação de uma cultura institucional voltada à internacionalização. No entanto, a dificuldade identificada, reside na operacionalização de atividades internacionais com características assistemáticas.

A oferta de atividades e serviços deve, segundo Knight (1994), estar pautada num guia prático de operacionalização das ações internacionais na universidade. Assim, a fragmentação das ações, tarefas e dados existentes na UFRGS tornam clara a necessidade de ainda ser construído um projeto claro de operacionalização institucional da internacionalização.

Etapa 6- Implementação

Esta fase está diretamente associada às etapas de planejamento e de operacionalização e se caracteriza pela efetivação de programas voltados à internacionalização institucional. Em grande parte está voltada à mobilidade discente e docente e ao desenvolvimento curricular com vistas às estratégias organizacionais. Somado à falta de planejamento da internacionalização enquanto processo institucional, a pesquisa aponta à existência de elementos que desafiam a criação de estratégias organizacionais na UFRGS. São eles: a necessidade de melhoria da gestão da internacionalização e comunicação junto aos Programas de Pós-Graduação de forma que haja o equilíbrio entre o modelo centralizado e descentralizado para coordenar os programas de internacionalização; a inexistência de um

sistema de avaliação da qualidade das operações de toda a Universidade; e a falta de um planejamento orçamentário adequado à execução de programas estratégicos.

Na UFRGS, a existência de ações isoladas de internacionalização, mas, que não se caracterizam como um processo institucional, permite, aqui, apenas a realização de apontamentos relativos à implementação de programas e não de estratégias organizacionais. O entendimento existente na Universidade relativo à implantação de programas organizacionais voltados à internacionalização, ainda está, de acordo com as entrevistas, fortemente vinculado ao desenvolvimento da mobilidade estudantil. Embora haja um considerável grau de compromisso na instituição com o desenvolvimento da internacionalização por meio das ações de mobilidade, ainda assim, identifica-se que a fase da implementação e do incremento de programas mantém fragilidades internas. As falhas identificadas nas operações, nos serviços e nos recursos humanos, fazem desta, uma etapa fragilizada na dimensão institucional.

Relativo à efetivação de programas para o desenvolvimento da mobilidade discente e docente, observa-se que a atual estrutura da Universidade mantém pontos críticos decorrentes da atuação reativa. A partir do crescente fluxo de alunos em intercâmbio *in* e *out*⁵⁸, surgiram novas demandas de oferta de serviços de apoio estudantil. Entre as melhorias necessárias para esta fase do processo de internacionalização destacam-se: a oferta de moradia própria da UFRGS para acomodar intercambistas; a melhora e institucionalização de todos os processos de candidatura de alunos estrangeiros nos diferentes programas; o acompanhamento institucional relativo ao recebimento de professores e pesquisadores estrangeiros à Universidade; a capacitação intercultural dos docentes para facilitar a inserção dos estudantes internacionais das atividades acadêmicas da Universidade; e a preparação de todos os alunos da UFRGS que viajam para o exterior. Neste último, cabe destacar que a implementação da mobilidade discente *out* na graduação se dá por meio de um fluxo interno com mapeamento de processo elaborado pela RELINTER juntamente com as unidades e setores que mantêm interface. No entanto, na pós-graduação, este fluxo interno é gerido diferentemente por cada Programa sem que haja rigor institucional no controle dos fluxos desta mobilidade.

⁵⁸ Relativo à mobilidade internacional *in*, a nível graduação, em 2011 a UFRGS recebeu 128 alunos internacionais por diferentes modalidades de Programas de Mobilidade, além dos alunos da modalidade PEC-G e PPE. Também, a nível nacional, no ano de 2011 a UFRGS recebeu 277 alunos de graduação de outras Instituições do Brasil. Também recebeu, no período de 1987 a 2012, 283 alunos da pós-graduação *stricto sensu* especialmente na modalidade PEC-PG, além das ofertas da co-tutela. No caso da mobilidade *out*, no período de 2004 a 2012, enviou ao exterior 1.474 alunos por meio de Programas de Mobilidade na Graduação e enviou 144 no período de 2005 a 2012 para IES do Brasil.

Destacam-se, também, iniciativas criadas para melhorar a recepção e o acompanhamento dos alunos internacionais, bem como, para estimular a mobilidade estudantil *out*. São elas: os encontros de orientação na chegada dos alunos estrangeiros de todas as modalidades, bem como, a criação dos programas Amigo Internacional e Intercâmbio em Casa, realizadas pela RELINTER. Também, a flexibilização curricular feita pelos programas e cursos, por meio do reconhecimento de estudos realizados no exterior. Merece destaque aqui, a Escola de Engenharia que foi pioneira nesta ação possibilitando aos seus alunos a obtenção de diploma comum à UFRGS e à instituição do exterior parceira. Além disso, a mais recente iniciativa interna voltada à oferta de 2.000 vagas para alunos da UFRGS para estudo de inglês⁵⁹.

Para tanto, compreende-se que a implementação da internacionalização na UFRGS, com o devido controle e acompanhamento institucional das ações, possa tornar-se mais apropriada ao modelo de processo, se for revista e estrategicamente planejada com vistas à sua institucionalização.

Etapa 7- Revisão

Nesta etapa que está direcionada à avaliação institucional dos efeitos, da qualidade e dos impactos da internacionalização na Universidade, destaca-se a ausência, até o momento, de iniciativas que priorizem e permitam tal revisão. Por não haver na UFRGS, uma estratégia institucional clara voltada ao processo de internacionalização, torna-se inviável qualquer avaliação sobre seu progresso. Pode-se, no entanto, analisar apontamentos feitos por entrevistados e informações de documentos institucionais sobre este tema, bem como, sinalizar iniciativas existentes na UFRGS que estão dissociadas do modelo de processo de internacionalização proposto por Knight (1994).

Na UFRGS, a realização da avaliação e revisão das ações e processos internos é tida, como elemento essencial para a sua excelência. De acordo com a RELINTER, a avaliação institucional é necessária e deve estar relacionada à revisão dos benefícios da

⁵⁹ Durante o desenvolvimento da pesquisa de campo a proposta estava em fase de finalização e decorre de uma parceria entre o Instituto de Letras da UFRGS com o MEC e o Conselho Britânico.

internacionalização existentes na UFRGS como forma de apoio à afirmação deste processo internamente. Conforme o PDI:

A avaliação institucional constitui compromisso tanto com processos, como com os resultados das ações da Universidade, tanto com a visibilidade quanto com a transparência pública dos seus procedimentos. Inclui a revisão permanente de aspectos pedagógicos e funcionais do ensino, da pesquisa e produção intelectual, da extensão universitária e dos processos de educação permanente ou continuada. Como consequência de resultados alcançados nacional e internacionalmente e consoante com seu processo de internacionalização, a UFRGS deve também buscar atender a critérios internacionais em suas avaliações e valer-se da *expertise* de avaliadores externos provenientes de agências acreditadoras de relevância reconhecida. (PDI, 2010, p. 10)

Entretanto, os dados da internacionalização contidos nos relatórios de gestão⁶⁰ têm apenas apresentado as ações realizadas sem haver um indicativo de avaliação institucional sobre a qualidade dos resultados atingidos. Como fator agravante, tem-se a falta de registro dos dados totais destas ações. Percebe-se, assim, que a UFRGS, por não ter controle das informações relativas à internacionalização tem inviabilizada sua atuação voltada à realização de melhorias efetivas.

Etapa 8- Reforço

O reforço previsto para os atores da internacionalização consiste no reconhecimento e na valorização de sua atuação no desenvolvimento do projeto de internacionalização em andamento. As iniciativas de reforço identificadas na UFRGS apontam os Programas de Pós-Graduação de excelência como principais incentivadores institucionais. São os programas que expressam seu reconhecimento aos discentes e docentes enquanto catalisadores da internacionalização. Alguns deles (PPGE3M e PPGBM) atribuem premiações na forma de oportunidades de missões de intercâmbio internacional a alunos que se destacam, sobretudo, em pesquisas junto aos laboratórios. Em outros programas (PPGQ, PPGFis e PPGC), são os professores que recebem incentivos financeiros para o desenvolvimento de atividades no exterior. Observa-se a importância de destacar que a disponibilidade de recursos financeiros é decisiva para tais incentivos.

No âmbito da Universidade, no entanto, a falta de reconhecimento institucional pela atuação internacional dos Programas de Excelência evidencia a deficiência da etapa de

⁶⁰ Referimo-nos aqui, aos Relatórios de Gestão do período 1993 a 2011.

reforço. Os entrevistados D e T destacam que não existe valorização interna da qualidade das ações internacionais que os programas desenvolvem nem o devido reconhecimento pelo prestígio nacional e internacional que conquistaram, mesmo com a contribuição que esta posição dá para a imagem da UFRGS.

Não há, até o momento, recompensas ou motivações institucionais aos professores, alunos e funcionários que tenham contribuído em trabalhos voltados à promoção da internacionalização. Observa-se que, diante da falta de incentivos, reconhecimento e recompensas motivacionais sistematizados àqueles que estão diretamente vinculados à projeção da imagem e posição da UFRGS no mundo, torna a dimensão institucional ainda mais vulnerável. Isso porque mantém o modelo fragmentado e dependente de ações individuais não institucionalizadas.

Etapa 9- Efeito de integração

A cultura de integração da internacionalização ainda precisa ser desenvolvida na UFRGS. Mediante as evidências junto aos Programas de Pós-Graduação considerados de excelência pela Universidade, observa-se que as ações de internacionalização existentes, ainda resultam de contatos entre docentes locais e estrangeiros, e não de uma política da instituição. Além da constatada fragmentação das ações e registros, também faltam mecanismos políticos e administrativos que abriguem e fomentem a médio e longo prazo a cultura da internacionalização na UFRGS e que integre todas as etapas do processo. Além disso, é necessário repensar a atual competência da Universidade no cenário internacional, mas, sem haver descuidos da dimensão institucional.

Compreende-se que até o momento, os efeitos da internacionalização no ensino, nos serviços e na pesquisa da UFRGS têm sido predominantemente na criação de novas demandas internas e não na sua integração. Acredita-se, também, que o efeito da integração da internacionalização pode vir a tornar-se realidade na UFRGS se estiver apoiado no sentido de coletividade institucional e no fortalecimento do trabalho conjunto enquanto um processo que impacta nas diferentes esferas do ciclo de desenvolvimento da Universidade.

A dificuldade na criação do efeito de integração institucional pode estar relacionada à variação de entendimento existente na UFRGS do que é o processo de internacionalização. Entre os aspectos apontados pelos entrevistados na tentativa de definir o termo estão: a

necessidade da cooperação recíproca; a mobilidade acadêmica; a relação intercultural; a inserção da universidade no cenário internacional; o entendimento da internacionalização como um objetivo a ser alcançado pela instituição; a importância do aspecto global para uma definição deste tema; e ainda, a forte crítica à falta de uma definição clara na UFRGS com planejamento e direcionamento estratégico.

Essa diversidade de visões e compreensões da internacionalização feita por representantes de diferentes áreas e setores da UFRGS é, natural, segundo Knight (2005). Para a autora, esta diferença de interpretações se dá de acordo com as partes interessadas, uma vez que estão postos novos desafios ao ensino superior do ponto de vista do desenvolvimento de um marco de referência conceitual que possa oferecer certa clareza sobre os princípios que servirão de guia para a criação de políticas e práticas institucionais.

Assim, com base do modelo de Knight (1994), a análise revela fragilidades em grande parte das fases do processo de internacionalização na dimensão institucional da UFRGS, a saber: análise do contexto (políticas formais institucionalizadas); planejamento (prioridades e estratégias claras); operacionalização e implementação (estratégias organizacionais e controle das informações); revisão (avaliação dos impactos); reforço (reconhecimento e recompensas motivacionais); e efeito de integração (institucionalização e impactos). Sendo assim, apresentamos, na sequência, estes pontos frágeis em destaque.

Figura 6 – Pontos frágeis da internacionalização na UFRGS segundo Modelo de Knight



Legenda: pontos frágeis da internacionalização na UFRGS.

6 CONCLUSÕES

A análise e sistematização dos dados relativos ao processo de internacionalização na UFRGS permitiram a formulação de duas constatações. A primeira diz respeito à concepção de internacionalização adotada na Universidade e a segunda, às características que ela assumiu na estrutura e na organização acadêmica da instituição, sem se constituir enquanto um processo institucionalizado.

A partir da leitura de documentos oficiais da Universidade, entrevistas com gestores da Administração Central, Coordenadores de programas de pós-graduação, professores e pesquisadores foi possível observar que são variadas e pouco claras as definições de internacionalização adotadas, desencadeando fragilidades no que se refere à criação de uma política e uma cultura institucionalizada. Constatou-se também que não há, até aqui, clareza nem consenso na Universidade, sobre como deve se estruturar e gerenciar esse processo no âmbito da instituição. Com isso, foram identificados problemas decorrentes dessa imprecisão, como a valorização da dimensão internacional frente à institucional no contexto interno; a falta de controle de dados e de análise do contexto atual das atividades internacionais da Universidade; a fragmentação interna do processo; e a ausência da valorização dos seus catalisadores pela instituição.

Sendo a internacionalização um processo “no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária” (KNIGHT, 2004), compreende-se que ela deva ser de natureza totalizante e estruturada de forma sistêmica e de longo prazo. Além disso, deve ser um projeto construído de forma coletiva, com objetivos e propósitos definidos e que contemple as peculiaridades das distintas áreas do conhecimento, níveis do ensino, áreas de pesquisa e necessidades do mercado para o qual a universidade deve formar quadros profissionais de alto nível nacional e internacional. Tampouco, pode sofrer alterações profundas que desestabilizem o processo, sendo recomendável a existência de uma política sólida capaz de agregar ajustes pontuais, decorrentes das mudanças de gestão. É igualmente importante que a UFRGS institua uma política de internacionalização na missão, valores e funções da Universidade como forma de demonstrar o seu comprometimento com este processo.

Segundo revelam os dados, essa não é a situação predominante na UFRGS. Isso porque a Universidade ainda não atingiu uma etapa de amadurecimento para a construção de

uma política destinada ao desenvolvimento do seu processo de internacionalização. A elaboração de um projeto de longo prazo, com participação integrada, que contemple gestores qualificados em temas internacionais e com recursos financeiros assegurados para implementar o projeto institucional constitui um dos desafios identificados.

A variação de significados atribuídos à internacionalização do ensino superior levamos a concluir que ainda não há uma definição clara e precisa na UFRGS sobre esta questão. A predominante interpretação sobre a importância de aspectos isolados como a reciprocidade na cooperação, a mobilidade acadêmica e a relação intercultural nas ações internacionais, torna claro que este tema ainda não é compreendido enquanto um processo mais amplo e institucional. Embora o PDI, segundo alguns entrevistados, valorize a dimensão internacional do ensino superior, ele não deu origem a um projeto institucional de internacionalização. Para tanto, entende-se que a internacionalização na UFRGS ainda está fortemente voltada às estratégias programáticas por meio da oferta de programas acadêmicos, atividades internacionais e pesquisas conjuntas, especialmente nos programas de pós-graduação de excelência. Permanece, assim, a necessidade do desenvolvimento de estratégias organizacionais voltadas à governança, às operações, aos serviços e aos recursos humanos ainda carentes na Universidade pela ausência de uma política e um planejamento institucional.

Compreende-se que a ausência de políticas de internacionalização, com estratégias e metas claras, difundidas em toda a Universidade, apontam a origem da atual estrutura fragmentada da internacionalização na UFRGS. A atuação das Administrações Centrais, desde a década de 90, esteve atrelada inicialmente à oferta de serviços de assessoria de relações internacionais vinculadas ao Gabinete do Reitor e, posteriormente, no ano de 2007, à Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER). Ainda assim, as atividades de planejamento, gestão e acompanhamento das ações internacionais desenvolvidas na Universidade mantêm-se dissociadas.

Diante da evidente fragmentação da internacionalização, chega-se à segunda constatação da pesquisa que foi a existência, na UFRGS, de uma estrutura formada por ilhas de excelência com significativa inserção internacional. Os programas de pós-graduação, aqui avaliados, têm destaque nessa constatação uma vez que figuram como principais atores das relações com instituições estrangeiras pelas variadas atividades de pesquisa e de intercâmbio que desenvolvem.

A história de cada um desses programas tem reflexos nas diferentes ações de internacionalização que estes desenvolvem. O PPGBM e o PPGFis foram criados na década de 60, quando os temas revolução tecnológica, globalização e internacionalização do ensino

superior ainda eram pouco evidentes. Além disso, nessa época, eram desenvolvidas as universidades federais brasileiras e se instalava a Reforma Universitária com priorização nacional de áreas voltadas ao desenvolvimento do país e com a necessidade de formação de profissionais capacitados às demandas de uma sociedade em processo de modernização. Já os programas PPGC, PPGQ, PPG3M foram criados entre os anos 70 e 90, quando já ocorriam mudanças em diferentes setores e áreas do conhecimento, provocadas pelo surgimento das novas tecnologias. Emergia a sociedade do conhecimento, avançava a globalização econômica, política, social e cultural e as relações internacionais já eram mais frequentes no meio acadêmico diante da abertura das fronteiras em todos os campos. Os novos conhecimentos passavam a ser o capital mais valioso e resultavam da pesquisa desenvolvida nas universidades dos países que mais investiam na pesquisa científica e tecnológica.

Foi diante desse contexto que se acelerou o envio de jovens mestres brasileiros para realizarem cursos de doutorado no exterior, dado o reduzido número de programas existentes no Brasil. Com o retorno dos jovens doutores foram criados, no país, inúmeros cursos de doutorado, incluindo os três últimos programas de doutorado na UFRGS, acima relacionados. Dessa forma, constata-se, que o número de professores e seu respectivo período de formação doutoral e pós-doutoral no exterior permitiu a realização de contatos que se refletem no atual estágio de internacionalização destes programas. Os dados também, permitiram destacar que esta evidência se concretiza na atuação de seus gestores atuais e na capacidade de mobilização interna de alunos e de outros professores para a criação de novos projetos e ações internacionais. A internacionalização destes programas é, portanto, resultante dessa trajetória de ações iniciadas num período anterior a qualquer ação a nível institucional e que reflete na dificuldade encontrada em institucionalizar este processo.

A atuação autônoma e isolada dos programas que configura o caráter dissociado da internacionalização na UFRGS permite concluir que o verdadeiro processo institucional proposto por Knight (1994) ainda encontra dificuldades estruturais para tornar-se integrado, sendo este, um dos grandes desafios na dimensão institucional. Sem a institucionalização de estratégias e metas, mantém-se deficiente o direcionamento institucional à internacionalização permitindo a continuidade da assimetria de ações internas já enraizadas na Universidade.

Chamou a atenção, nos depoimentos dos programas analisados, a ausência de reconhecimento e valorização, por parte das autoridades da Universidade pela contribuição do

trabalho desenvolvido pelos professores, principais líderes da internacionalização na UFRGS. Ainda que a análise dos dados demonstre que a atuação dos docentes têm sido benéfica à Universidade dado o êxito de suas pesquisas, a instituição por meio dos sujeitos investidos em cargos da administração superior não tem reconhecido tal atuação nem criado mecanismos ou instrumentos voltados à promoção e ao incentivo.

Embora, historicamente, a Administração Central tenha incluído nos planejamentos de gestão o tema da internacionalização, ainda assim, percebe-se que houve pouco avanço nessa direção. Merecem destaque, quanto às condições adversas à institucionalização de políticas, estratégias e ações de internacionalização as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados para viabilizar, formular e implementar ações de internacionalização. A falta de vontade política e o peso da burocracia entram a atuação internacional dos programas, tornando complexa e lenta a tramitação de projetos destinados a ampliar as colaborações com instituições estrangeiras. Da mesma forma a dificuldade de oferecer disciplinas em outro idioma, impede a vinda de alunos estrangeiros, bem como o reduzido número de alunos com domínio de algum idioma estrangeiro fato que dificulta o estudo em universidades no exterior. Além disso, o corpo docente e discente não dispõem de um espaço para debater o tema relacionado ao futuro da universidade e o impacto da internacionalização na formação dos profissionais do amanhã. Portanto, independentemente da existência de uma política formalizada com estratégias institucionais terem sido ou estarem sendo desenvolvidas, acredita-se que os programas de excelência da UFRGS já internalizaram a prática da internacionalização e têm plena consciência da importância desse processo nas suas atividades.

Além da evidente falta de uma política e de estratégias institucionalizadas, foi possível identificar a necessidade da criação de um sistema interno de controle de dados relativos à internacionalização. A pouca integração de ações e informações como da mobilidade discente e docente, associada à informalidade de processos e fluxos internos nos Programas, são desafios latentes na UFRGS e fragilizam o planejamento futuro do processo de internacionalização nas diferentes esferas institucionais. Somado à falta de dados totais e oficiais relativos à inserção internacional, também não há um direcionamento institucional sobre os indicadores considerados relevantes quando se trata da internacionalização. Diante dessa realidade, fica explícita a vulnerabilidade por não haver um planejamento estratégico nos programas e da UFRGS como um todo, bem como, da avaliação dos resultados do processo, seja quantitativa, seja qualitativamente. Logo, criar uma base de dados sólida poderá indicar à UFRGS o ponto de partida do planejamento de todo esse processo.

Ainda que explícito, é fundamental, para finalizar este estudo, reafirmar que a internacionalização do ensino superior aproxima os países e estreita as relações entre as culturas e entre o global e o local. Assim, entende-se que para viabilizar o processo de internacionalização toda a comunidade acadêmica da Universidade deve tomar consciência da necessidade, dos propósitos e benefícios da internacionalização para seus estudantes, professores, funcionários e sociedade, e, sobretudo, planejar e implementar ações de forma integrada, com respaldo e legitimidade política e plena inserção institucional. Diante da falta de planejamento integrado, existente na UFRGS, percebe-se que os programas de excelência têm possibilitado o desenvolvimento de grande parte das ações voltadas à interação internacional. Também fica evidente que os esforços ainda não são sistematizados no planejamento, na operacionalização e tampouco na avaliação dos efeitos de integração no ensino, pesquisa e serviços ofertados no âmbito da Universidade.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G. **Globalization and the university: myths and realities in unequal world.** Tertiary Education and Management. Kluwer Academic Publishers, v. 10, 2004, p.3-25.

_____. **Educación Superior Comparada. El Conocimiento, la universidad y el desarrollo.** Buenos Aires: Universidad de Palermo (Cátedra UNESCO de Historia y Futuro de la Universidad), 2001.

_____.; KNIGHT, Jane. **The internationalization of higher education: Motivations and Realities.** Journal of Students in International Education. Sage Publications, v.11, 2007, p.290-305.

_____. **Perspectives on Internationalizing Higher Education.** International Higher Education. n 27, Spring, 2002.

_____.; REISBERG, Liz; RUMBLEY, L. E. **Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution.** UNESCO. World Conference on Higher Education. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2009.

AUPETIT, Sylvie Didou. **Internacionalización y proveedores externos de educación superior en los países de américa latina y en el caribe: principales problemáticas.** Departamento de Investigaciones Educativas-Centro de Investigación y de Estudios Avanzados (DIE/CINVESTAV), México, 2005.

BARTELL, M. **Internationalization of universities: A university culture-based framework.** Higher Education. Manitoba, Winnipeg, p.37-52, 2003.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização.** Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BIZZOZERO Lincoln; HERMO, Javier Pablo. El Acuerdo General de Comercio de Servicios y la educación superior. Temas en debate, estado de las negociaciones y opciones de regulación de los países de la región. In: TANCREDI, Beatriz (Org.). **Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe. Contribuciones a los documentos síntesis.** Bogotá: IESALC-UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve>>. Acesso em 20 abr.2012.

BRANDENBURD, Uwe. **The end of internationalisation? Some reflections.** NAFSA Conference, Vancouver, 2011.

_____.; FEDERKEIL, Gero. **How to measure internationality and internationalisation of higher education institutions! Indicators and key figures.** Working paper n.92. Berlin: Centre for higher education development, july, 2007.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes Bases da Educação Nacional. Brasília, DO 23/12/1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação**. Revista Portuguesa e Educação, v. 13 n.2. Braga: Universidade do Minho, 2000, p. 29-52.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Ficha de avaliação do programa 42001013010P4- Genética e Biologia Molecular**. Período de avaliação: 2007 a 2009. Etapa: avaliação trienal 2010.

_____. **Ficha de avaliação do programa 42001013040P0 – Química**. Período de avaliação: 2007 a 2009. Etapa: avaliação trienal 2010.

_____. **Ficha de avaliação do programa 42001013002P1 – Física**. Período de avaliação: 2007 a 2009. Etapa: avaliação trienal 2010.

_____. **Ficha de avaliação do programa 42001013016P2 – Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais**. Período de avaliação: 2007 a 2009. Etapa: avaliação trienal 2010.

_____. **Ficha de avaliação do programa 42001013004P4 - Computação**. Período de avaliação: 2007 a 2009. Etapa: avaliação trienal 2010.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, métodos e processos: administrando organizações por meio de processos de negócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

DELANTY, Gerard. **The university in the Knowledge Society**. London, Thousands Oaks, CA, p.149-153, 2001.

_____. **Challenging Knowledge. The university in the Knowledge Society**. Buckingham: SRHE and Open University Press Imprint, 2001.

DELGADO-MÁRQUEZ, Blanca.; HURTADO-TORRES, Nuria Esther; BONDAR, Yaroslava. **Internationalization of Higher Education: Theoretical and Empirical Investigation of Its Influence on University Institution Rankings**. Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC). v.8, n.2, 2011, p.265-284. Disponível em: <<http://rusc.uoc.edu/ojs/index.php/rusc/article/view/v8n2-delgado-hurtado-bondar/v8n2-delgadohurtado-bondar-eng>>. Acesso em 20 de jul. 2012.

DE WIT, H. **Internationalisation of higher education in the United States and Europe: A historical, comparative and conceptual analysis**. Westport, Connecticut: Greenwood, 2001.

_____. **Internationalisation of higher education in the United States and Europe**. Westport, CT: Greenwood, 2002.

_____. (Org.) **Measuring success in the internationalisation of higher education.** Amsterdam: European Association for International Education, 2009.

_____. **Internationalisation of Higher Education in Europe and its assessment, trend and issues.** Amsterdam: Nederlands-Vlaamse Accreditatieorganisatie, 2010.

_____. **Misconceptions on internationalization of higher education.** Public lecture in Amsterdam, 6 abr., 2011. Disponível em: https://htmlbprod.bc.edu/pls/htmlb/f?p=2290:4:0::NO:RP,4:P0_CONTENT_ID:115117. Acesso em 06 maio 2012.

_____.; BEELEN, Jos. (Org.). **Internationalisation of Higher Education in Europe and its assessment, trend and issues.** Amsterdam: Nederlands-Vlaamse Accreditatieorganisatie, 2010.

_____. et. al. **Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional.** Tradução ao castelhano de Jesús Villamizar Herrera. Bogotá: Banco Mundial em coedición con Mayol Ediciones S.A., 2005.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

EVERA, Stephen Van. **Guía para Estudiantes de ciencia política.** Tradução de José Ángel Álvarez. Barcelona:Editorial Gedisa, 2002.

FRIEDMAN, Thomas. **O Mundo é Plano. Uma breve história do século XXI.** Tradução de Cristiana Serra S. Duarte. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. **La internacionalización de la educación superior. Paradigma para la ciudadanía global.** Guadalajara: CUCSH-UdeG, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Com elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations.** Princeton: University Press, 1987.

HELD, D e MCGREW, A. **Prós e contras da Globalização.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITIES. **IAU global survey report (2003, 2005, 2010).** Disponível em: <<http://www.iau-aiu.net/content/global-surveys>>. Acesso em 12 jun. 2012.

JAMARILLO, I. Cristina (Org.). **Hacia una internacionalización de la universidad con sentido próprio.** ASCUN. CX Consejo Nacional de Rectores. Bogotá: D.C. 2003.

KLEIN, Samantha. **Foco na internacionalização**. Jornal da Universidade, Porto Alegre, p.9, setembro 2012.

KNIGHT, Jane. **Internationalization: management strategies and issues**. International Education Magazine, v.9, 1993, p.21-22.

_____. **Internationalisation: Elements and Checkpoints**. Research Monograph, n.7, Ottawa: Canadian Bureau for International Education, 1994.

_____. **Internationalisation at Canadian Universities: the changing landscape**. Ottawa: AUCC, 1995.

_____.; DE WIT, H. **Strategies for Internationalization of Higher Education: historical and conceptual perspectives**. In: DE WIT, H (Org.). Strategies for Internationalization of Higher Education a comparative study of Australia, Canada, Europe and United States of America. Amsterdam: European Association for International Education, p.5-33, 1995.

_____. **Internationalization of Higher Education: a shared vision**. Ottawa: Canadian Bureau for International Education. 1996.

_____. **Internationalization of Higher Education: a conceptual framework**. In: KNIGHT, J; DE WIT, H. (Org.) Internationalisation of Higher Education in Asia Pacific Countries. Amsterdam: European Association for International Education, 1997, p.5-19.

_____. **Updated Internationalization Definition**. International Higher Education. v. 33, fall, [S.l.], 2003, p.2-3.

_____. **Internationalization Remodelled: Definition, Approaches, and Rationales**. Journal of Studies in International Education. Sage Publications, v.8, n.1, 2004, p.5-31.

_____. Un modelo de internacionalización; respuesta a nuevas realidades y retos. In: DE WIT, H. et. al. **Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional**. Tradução ao castelhano de Jesús Villamizar Herrera. Bogotá: Banco Mundial em coedição con Mayol Ediciones S.A., 2005, p. 1-38.

_____. **Five Myths about Internationalization**. International higher education. [S.l.], n.6, 2011. Disponível em: https://htmlprod.bc.edu/pls/htmlprod/f?p=2290:4:0::NO:RP,4:P0_CONTENT_ID:113985. Acess em 06 maio 2012.

KNOBEL, Marcelo. **Internationalizing Brazil's universities: Creating Coherent National Policies Must Be a Priority**. Research & Occasional Paper Series: CSHE. Junho 2011. Disponível em: <<http://cshe.berkeley.edu/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

KRAEMER, F. F. **Português língua adicional: progressão curricular com base em gêneros do discurso**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada - Programa de Pós-Graduação em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAUS, S. P. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

_____.; MOROSINI, M. C. Internacionalización de la educación superior en Brasil. In: DE WIT, H. et. al. **Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional**. Tradução ao castelhano de Jesús Villamizar Herrera. Bogotá: Banco Mundial em coedición con Mayol Ediciones S.A., 2005, p. 113-151.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. **Períodos e Motivações da Internacionalização da Educação Superior Brasileira**. Quinto Colóquio da IFBAE, Genebra, maio 2009. Disponível em: < <http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0095.pdf>>. Acesso em: 05 abril 2012.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. **Beyond national states, markets, and systems of higher education: A glonacal agency heuristic**. Higher Education. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands, v.43, 2002.

_____. **Higher Education in the Global Knowledge Economy**. Selected Papers of Beijing Forum 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com>>. Acesso em: 12 jun.2012.

MINC, Alain. **As vantagens da globalização**. Tradução Maria Alice A. de Sampaio Doria, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MIURA, I.K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento**. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, Marília Costa. **O estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas**. Dossiê: política de educação superior no Brasil no contexto da reforma universitária. Educar em Revista n.28 Curitiba: Editora UFPR, jul./dez., 2006.

_____. **Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal**. Educação em Revista vol.27 no.1 Belo Horizonte abr. 2011.

NEVES, C. E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, M. S. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002, p.43-106.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The knowledge-based economy**. Paris: General Distribution OCDE, 1996.

PAIM, Rafael, et al. **Gestão de processos: pensar, agir e aprender**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

PANIZZI, Wrana Maria. **Plano de gestão 1996-2000: universidade viva**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

_____. **Plano de gestão 2000-2004: universidade viva**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PARADA, José Rigoberto. **Universidades públicas y privadas: un enfoque tridimensional**. Estudios Públicos, [S.l.:s.n.], 2010.

QIANG, Zha. Internationalization of Higher Education: towards a conceptual framework. Ontario Intitute for Studies in Education, University of Toronto, Canada. Policy Futures in Education, v.1, n.2, 2003.

QUIVY, Raymond; CAMOEHHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAMA, Cláudio. **La educación transaccional: el tercer “shock” en la educación superior en America Latina**. IESALC/UNESCO,[S.l.:s.n.], [200?].

ROCHA, Silvia Maria (Org.). **As Relações Internacionais na UFRGS**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon.; CHRISTOPHE, Micheline. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. Brasília: Departamento Nacional, Série de Estudos Educacionais, n.2, 2005.

SEBASTIÁN, Jesus. **Cooperación e internacionalización de las universidades**. 1 ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

SCHMIDT, João Edgar. **Pesquisa: excelência e internacionalização da UFRGS**. Jornal da Universidade, Porto Alegre, agosto 2012. Espaço da reitoria.

SOARES, M. S. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

TEICHLER, U. **The changing debate on internationalisation of higher education**. Higher Education, Kluwer Academic Publishers, v.48, p.5-26, 2004.

TRINDADE, Héliqio Henrique Casses. **Plano de Gestão 93/96**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

_____. **Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira**. Estudos Avançados, v. 14, n. 40, p. 122-134, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de gestão 1993/1996: prestação de contas**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

_____. **Universidade viva: Universidade Federal do Rio Grande do Sul : 1996-1998.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. **Universidade viva: 1998-2000.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **Prestação de contas 2000: gestão reitora Wrana Maria Panizzi.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **Prestação de contas exercício 2006: gestão reitor José Carlos Ferraz Hennemann.** Porto Alegre: UFRGS. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. Departamento de Contabilidade e Finanças, 2006.

_____. **Plano de gestão período 2008- 2012.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015.** Porto Alegre: UFRGS, 2010.

_____. **Relatório de Gestão 2000.** Porto Alegre: UFRGS, [2001?].

_____. **Relatório de Gestão 2001.** Porto Alegre: UFRGS, [2002?1].

_____. **Relatório de Gestão UFRGS: exercício - 2002.** Porto Alegre: UFRGS, [2003?].

_____. **Relatório de Gestão UFRGS: exercício - 2003.** Porto Alegre: UFRGS, [2004?].

_____. **Relatório de Gestão UFRGS: exercício - 2004.** Porto Alegre: UFRGS, [2005?].

_____. **Relatório de Gestão UFRGS: exercício - 2005.** Porto Alegre: UFRGS, mar. 2006.

_____. **Relatório Anual 2006.** Pró-reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, mar. 2007.

_____. **Relatório de Gestão 2007.** Pró-reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, mar. 2008.

_____. **Relatório de Gestão 2008.** Pró-reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, mar. 2009.

_____. **Relatório de Gestão 2009.** Pró-reitoria de Planejamento e Administração. Porto Alegre: UFRGS, mar. 2010.

_____. **Prestação de contas ordinárias anual. Relatório de Gestão do exercício de 2010.** Porto Alegre: UFRGS, mar. 2011.

_____. **Prestação de contas ordinárias anual. Relatório de Gestão do exercício de 2011.** Porto Alegre: UFRGS, mar. 2012.

_____. **A UFRGS.** Apresenta informações gerais da instituição e documentos oficiais . Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>>. Acesso em 10 junho 2012.

_____. **Cooperação Internacional.** Apresenta informações gerais da RELINTER relativo às suas funções, Acordos de Cooperação e programas de mobilidade da UFRGS. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/ufrgs/cooperacao-internacional>>. Acesso em 18 junho 2012.

_____. **Canadá Estados Unidos.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **França** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **Europa Central e Oriental.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **MERCOSUL.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **Pacto Andino e Chile.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **América Central e Caribe.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **Reino Unido Escandinávia Benelux Irlanda.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **África.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **Canadá Estados Unidos.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **Espanha Portugal.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

_____. **Ásia Oceania.** Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais. Criação Natália Dutra Silveira. Porto Alegre, [entre 2005 e 2008].

VAN DER WENDE, M. **Internationalisation policies: about new trends and contrasting paradigms.** Higher Education Policy. v.14 [S.l.], 2001, p.249-259.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Ana Thorell. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A- ESTRUTURA METODOLÓGICA

A ciência lida com fenômenos complexos e com incertezas da realidade social e serve para ordenar esses fenômenos, compreendê-los e explicá-los racionalmente, apontam Diehl e Tatim (2004). Para tanto, é importante que textos científicos sejam considerados, assim como haja uma fundamentação de conceitos teóricos, de metodologia e da realização da pesquisa como forma de construção da ciência com respaldo. Sendo assim, a estrutura metodológica empregada neste estudo busca contemplar estes elementos e é composta por cinco fases, a saber: 1-marco teórico; 2-definição metodológica; 3- procedimentos técnicos; e 4- organização dos dados; e 5- a análise.

Etapa 1- Marco teórico

A primeira delas é a construção do marco teórico empregado nesta pesquisa. É oriundo do levantamento bibliográfico de autores brasileiros e estrangeiros acerca do tema da internacionalização do ensino superior possibilitando o entendimento amplo do assunto. Surge, nesta etapa do estudo, a apropriação da definição de internacionalização enquanto processo cíclico voltado à criação de uma cultura que encoraja a integração institucional por meio de nove etapas, quais sejam: análise e contexto, consciência, comprometimento, planejamento, operacionalização, implementação, revisão, reforço e efeito de integração, proposto na versão modificada de Knight (1994). A definição do modelo teórico adotado foi decisiva para a definição da quinta etapa metodológica relativa à análise.

Dentro desta definição da internacionalização enquanto processo e que abriga três distintas dimensões de análise - a institucional, a setorial/nacional e a internacional-, é objeto desta pesquisa apenas a dimensão institucional uma vez que nos debruçamos na busca pela compreensão deste processo no âmbito da instituição de ensino superior avaliada, muito embora consideremos igualmente importante a avaliação das demais dimensões.

Etapa 2- Definição metodológica

A segunda etapa trata da definição metodológica a ser empregada neste estudo. O uso do método do Estudo de Caso é compreendido por Yin (2010) como uma investigação empírica em profundidade sobre um fenômeno contemporâneo em seu contexto de vida real e que se caracteriza como uma das distintas maneiras de pesquisa na ciência social. Para este autor, o uso deste método apresenta vantagens e desvantagens sem haver uma rigidez de limites específicos de seu uso, sendo a flexibilidade e a possibilidade de o pesquisador

considerar múltiplas evidências característico no seu uso, permitindo a convergência de dados. De acordo com Yin (2010, p. 22) o estudo de caso é um método apropriado quando aplicável à pergunta de pesquisa que tem como proposta de estudo explicar “como” determinado evento ocorre, quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos estudados ou quando a pesquisa enfoca um fenômeno contemporâneo.

Para tanto, tendo em vista que o tema da internacionalização é um evento contemporâneo com grau de complexidade a nível institucional e esta pesquisa busca entender como este processo se desenvolve na UFRGS enquanto unidade de análise com base na fundamentação teórica proposta por Knight, utiliza-se, assim, as três referidas aplicabilidades apontadas por Yin no uso do método do estudo de caso à pesquisa. Esta metodologia se associa ao fato de que o nível institucional, segundo Knight (1994) é onde o processo de internacionalização se materializa tornando eminente a necessidade de avaliação da universidade enquanto unidade de análise permitindo a contestação o entendimento ou a confirmação do plano teórico.

Segundo o objetivo geral esta é uma pesquisa descritiva por ter como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno, neste caso, a internacionalização na UFRGS.

Etapa 3- Procedimentos técnicos

A partir da definição metodológica pelo uso do estudo de caso, se desenvolveu a terceira etapa composta pelos procedimentos de coleta de dados para a pesquisa. Estes se caracterizam como a prática do planejamento e da estrutura proposta à busca de dados necessários ao estudo e que pode estar associada a outros métodos um vez que “... os vários métodos não são mutuamente exclusivos” (Yin, 2010, p. 34). Segundo o mesmo autor, a evidência do estudo de caso pode derivar essencialmente de seis fontes: 1- documentos; 2- registros em arquivo; 3- entrevistas; 4- observação direta; 5- observação participante; e 6- artefatos físicos. Mas, para o uso destas fontes, houve a necessidade de distintos procedimentos de coleta de dados, havendo para a realização de estudos de caso de alta qualidade a necessidade de o pesquisador respeitar três princípios básicos que são: 1- o uso de múltiplas fontes de evidência; 2- a criação de um banco de dados do estudo de caso; 3- a manutenção de um encadeamento de evidências.

Os procedimentos técnicos tiveram início a partir da definição dos programas de pós-graduação a serem avaliados e de informações gerais da UFRGS. Os cinco programas foram escolhidos conforme os seguintes critérios:

- indicação da Pró-Reitoria de Pesquisa como programas de excelência em com foco de atuação na área internacional;
- excelência do Programa comprovados por meio de conceito junto à CAPES; e
- origem dos Programas que decorre de contatos internacionais.

A busca pela multiplicidade de evidências empíricas na tentativa de dar respostas ao problema desta pesquisa contempla esta fase do estudo conforme prevê o Protocolo do estudo de Caso detalhado a seguir e apontado por Yin (2010) como a forma de planejamento da pesquisa. Dessa forma, as fontes de evidência utilizadas nessa pesquisa associam o uso de entrevistas à informação documental e aos registros em arquivo, permitindo o que Yin (2010, p. 142) denomina de visão mais ampla do objeto de estudo da pesquisa. Essa associação de fontes também possibilita, o apontamento crítico e consistente com indicações de contradições ou corroborações sobre determinados aspectos analisados possibilitando a chamada triangulação dos dados.

De acordo com Lakatos e Maconi (2001), nesta etapa se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas a fim de efetuar a coleta de dados prevista tendo em consideração a associação das tarefas organizacionais às científicas e com especial rigor da aplicação dos instrumentos de pesquisa. Dessa forma, o uso da entrevista teve em consideração a aplicação de um roteiro de perguntas (APÊNDICE C) elaborado conforme a perspectiva teórica pré-definida no modelo de Knight (1994). A entrevista, enquanto fonte primária foi realizada com os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação estudados, com técnicos e representantes da Administração Central da Universidade. Conforme Diehl e Denise (2004), a entrevista, enquanto técnica de coleta de dados, oferece vantagens como a possibilidade de o entrevistador também poder avaliar atitudes e comportamentos que não se encontram em fontes documentais e, que são importantes à pesquisa. Destacamos a utilização da investigação empírica em profundidade na pesquisa para a obtenção de múltiplas evidências de modo a ampliar a confiabilidade do estudo de caso.

Etapa4- Organização dos dados

Para a organização dos dados coletados, se observou as etapas sugeridas por Lakatos e Marconi (2001) da seleção, codificação e tabulação. A fase inicial da seleção das informações obtidas foi fundamental para as demais etapas. De posse dos elementos da pesquisa, foram necessárias adequações na organização dos dados. Sobretudo no que se refere aos Programas de Pós-Graduação, uma vez que a expectativa da pesquisa era a realização da comparação que

tornaram-se inviáveis diante dos diferentes modos e registros da internacionalização inviabilizando a confrontação.

Dessa forma, a codificação dos dados levou em consideração o agrupamento de informações de acordo com a categoria das informações da internacionalização. Assim, foram separados os dados qualitativos dos quantitativos, bem como, foram sistematizados os dados de modo a permitir a extração de mais variáveis que foram posteriormente tabulados para sintetizar, melhor compreensão e interpretação destes. As evidências quantitativas por meio dos indicadores institucionais relativo ao número de intercâmbios discentes, docentes e de cooperação institucional, foram organizados em arquivos em formato Excel. Assim, decorrem desta etapa, as tabelas, quadros e gráficos apresentados do capítulo 4 da pesquisa e que apresentam elementos da internacionalização na UFRGS. Desse modo, a abordagem utilizada foi do tipo qualitativa com, complementaridade de dados quantitativos que, conforme referem Diehl e Tatim (2004), auxiliam na capacidade de descrever a complexidade de determinado problema que possui diferentes variáveis.

Etapa 5- Análise

A quarta etapa da estrutura metodológica compreende a análise dos dados obtidos na parte empírica e previamente organizados, de modo a responder o problema de pesquisa. A estratégia analítica adotada é a que conta com as proposições teóricas decorrentes do marco teórico e que, por sua vez, também definiram a metodologia adotada, bem como, os procedimentos técnicos. Para tanto, as evidências coletadas, seja em documentos, em registros e nas entrevistas, seguem aqui, na forma de análise organizada em blocos que compreendem as nove etapas do processo de internacionalização sugerido por Knight para a criação da cultura de interação da internacionalização na dimensão institucional da UFRGS.

Estrutura da pesquisa

Esta pesquisa está estruturada segundo etapas de planejamento do método de estudo de caso sugerido por Yin (2010) que tem como ponto de partida a elaboração do Protocolo para o Estudo de Caso contendo as seguintes elementos de base deste plano:

Objeto do estudo-

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seu processo de internacionalização que contempla em sua base estrutural os seguintes elementos:

Dados da IES	Nome da IES Localização da sede Número total de: Alunos de graduação; Alunos de Pós-Graduação (<i>stricto sensu</i>); Professores, Funcionários. Número de <i>campi</i> : Organograma
Dados dos entrevistados	1-Reitor 2-Coordenadores de Programas Pós-Graduação avaliados 3-Secretária para Assuntos Internacionais 4- Ex-Secretária para Assuntos Internacionais
Histórico da IES	- Principais momentos: Criação, federalização, criação dos primeiros cursos. -Fatos históricos relacionados à internacionalização institucional.
Programas de Pós-Graduação avaliados	- Estrutura, História, funcionamento, dados da última avaliação trienal correspondente aos anos de 2007, 2008 e 2009.

Fonte: autora

Pergunta de Pesquisa-

Como é desenvolvida a internacionalização na dimensão institucional da UFRGS?

Objetivos-

Geral- Analisar o atual processo de internacionalização da UFRGS com base no modelo de Knight (2005) à partir de diferentes Programas de Pós-Graduação de excelência: Computação, Genética, Física, Química e Engenharia 3M.

Específicos-

-Analisar o entendimento institucional existente sobre o processo de internacionalização da UFRGS;

- Apresentar o contexto institucional de internacionalização;

- Identificar as particularidades e as razões que impulsionam os diferentes programas de Pós-Graduação de excelência da UFRGS à inserção internacional;

-Apresentar o planejamento e a operacionalização institucional da internacionalização;

- Avaliar a existência do efeito integrador da internacionalização institucional proposto por Knight.

Perguntas Específicas-

- A UFRGS possui uma política de internacionalização clara?
- A internacionalização é institucionalizada na UFRGS?
- Quais são os propósitos que levam os programas de Pós-Graduação a internacionalizarem-se?
- Quais são os principais atores institucionais da internacionalização na UFRGS?

Fontes de dados-

Os dados empíricos para a pesquisa foram obtidos a partir de diferentes fontes de dados. O primeiro local de acesso à informação sobre a unidade de análise foi por meio da busca de informações no endereço eletrônico da universidade e dos programas avaliados. Dados complementares foram obtidos por meio do acesso no *site* da CAPES relativo à avaliação dos Programas de Pós-Graduação da IES. Feita a definição dos programas de pós-graduação a serem avaliados, passou-se à realização dos primeiros contatos para a realização das entrevistas, seguido da busca pelos documentos e arquivos disponíveis com informações relevantes ao tema da internacionalização na UFRGS.

Relativo aos documentos e arquivos, buscou-se priorizar aqueles que tratavam do surgimento do tema da internacionalização na UFRGS. Igualmente para avaliar se a UFRGS possuía políticas, planejamento ou estratégias de internacionalização, fez-se uso dessas fontes, tendo sido elas: página eletrônica da instituição e dos programas, jornais e publicações da Universidade, Estatuto e Regimento da UFRGS, Planos e Relatórios de Gestão do período de 1993 a 2011 e folhetos da RELINTER.

Além disso, para a obtenção de dados quantitativos relativos à internacionalização, fez-se uso de contatos diretos com diferentes setores da UFRGS que auxiliaram na indicação ou fornecimento de dados. São eles: DECORDI, RELINTER, Setor de Convênios, PROGESP, PROGRAD, PROPG, CONSUN, Gabinete do Reitor, Biblioteca Central, Secretarias e Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação.

Considera-se pertinente destacar que a coleta destes dados exigiu considerada dedicação uma vez que as informações se concentravam dispersas e eram disponibilizadas de distintas formas e em diferentes espaços de tempo.

Além disso, o uso das entrevistas contribuiu enormemente com a pesquisa uma vez que os entrevistados indicaram novas fontes relevantes, tal qual refere Yin (2010), relativo ao seu uso enquanto fonte de evidência. A proposta inicial para as entrevistas era de contar com 11 entrevistados-chave. Estes seriam: o reitor; os quatro pró-reitores de Graduação, Pós-Graduação, Extensão e Gestão; os cinco Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação

avaliados; a Secretária de Relações Internacionais, mas, declinamos à fala com os Pró-Reitores uma vez que os documentos institucionais que indicam a construção das propostas da internacionalização da reitoria e pró-reitorias são construídas em conjunto por estes gestores. Como estava aberta a possibilidade de incluir novos entrevistados importantes à pesquisa mediante observação e indicação ao longo dos contatos com as fontes de dados, foram incluídas duas entrevistas não previstas no planejamento da pesquisa por indicação dos entrevistados. As entrevistas realizadas podem ser observadas conforme segue:

Identificação do entrevistado	Cargo na UFRGS	Data da entrevista
Entrevistado C	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Computação	13/08/2012
Entrevistado T	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia 3M (Minas, Metalúrgica e Materiais)	13/08/2012
Entrevistado D	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Física	13/08/2012
Entrevistado O	Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Química	22/08/2012
Entrevistado G	Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Genética	22/08/2012
Entrevistado L	Secretária de Relações Internacionais	17/09/2012
Entrevistado M	1ª Assessora para Assuntos Internacionais da UFRGS- SRII	07/11/2012
Entrevistado A	Reitor da UFRGS (mandato de 2008 a 2012 e reeleito para mais 4 anos)	14/08/2012
Entrevistado S	Ex-Secretária para Assuntos Internacionais da UFRGS- ARII	15/11/2012

Para a busca das informações com os entrevistados que estão identificados por letras do alfabeto como forma associativa à função destes, foi criada uma proposta de roteiro de entrevista (APÊNDICE C) com perguntas abertas e focadas que contemplavam as etapas integrantes do modelo de processo de internacionalização previsto na base teórica desta pesquisa.

Procedimentos de campo-

Para a realização dos procedimentos de campo merecem destaque os seguintes tópicos:

- O acesso à organização e aos entrevistados – por se tratar de uma pesquisa de curso de Pós-Graduação ofertado na própria instituição avaliada, o acesso à universidade e ao seu quadro técnico e gestor correu de forma facilitada por meio da intervenção da orientação direta da pesquisa com distintos setores de modo que ocorresse um evidente apoio à pesquisa.

- A programação da coleta de dados – embora estivesse prevista a realização de entrevistas em determinado período, houve a necessidade de adequação em virtude de um período de greve, e/ou de férias das pessoas responsáveis pelo repasse de informações da instituição sobre o tema pesquisado.

- Coleta de dados - a fase inicial da coleta de dados deu-se por um rastreamento de informações institucionais sobre os distintos setores/ órgãos e departamentos nos quais a pesquisa poderia alimentar-se de informações precisas sobre o tema estudado. Assim, foram iniciadas algumas visitas em distintos setores da instituição da busca por um mapeamento de fontes da pesquisa.

- Materiais e recursos necessários à pesquisa- o material necessário à coleta de dados e busca de informações foi de inteira responsabilidade do pesquisador com apoio direto da orientação por meio do uso de telefone para a realização de contatos à pesquisa.

Referencial teórico e sustentação da análise-

A análise dos dados coletados está apoiada no referencial teórico que serve de base à obtenção de respostas à pergunta de pesquisa. Neste sentido, as evidências coletadas são confrontadas à definição teórica durante a análise que busca explicitar o modelo ideal do processo de internacionalização na dimensão institucional do caso estudado levando a cabo a criação de uma conclusão científica.

**APÊNDICE B – TABELA RESUMO DAS AÇÕES INTERNACIONAIS DE CADA
GESTÃO DA UFRGS**

Período Gestão	Indicador	Atividade
Gestão 1993/1996	<p>1-Convênios</p> <p>2- Programas Bilaterais</p> <p>3- Redes e Associações</p> <p>4- Mobilidade docente</p> <p>5- Mobilidade discente</p> <p>6- Formação no exterior</p>	<p>1-Em 1993- 41 convênios com IES de 12 países. Em 1996 74 Convênios com IES de 24 países.</p> <p>2- CAPES-DAAD/ CNPq-DAAD- participação da UFRGS com 5 projetos PROBAL. (Alemanha)</p> <p>2- CAPES-COFECUB (França)</p> <p>2-Programa Franco-Brasileiro de Cooperação em Tecnópoles (França)</p> <p>2- CAPES- British Council (Reino Unido)</p> <p>2- CAPES- JNICT (Portugal)</p> <p>3- Associação ao Grupo de Montevideu (50 docentes envolvidos e criação doutorado em Ciência Política)</p> <p>3- Rede Santos Dumont (França) UFRGS tem secretaria executiva das 52 IES participantes. Intercâmbio de doutorado e pós-doutorado, co-tutela, reconhecimento mútuo de títulos, doutorado sanduíche.</p> <p>3- Programa América Latina Formação Acadêmica (ALFA) – fomentar cooperação de IES européias e latinas.</p> <p>4- Programa Professor Leitor- 2 docentes (iniciativa UFRGS)</p> <p>5- Alunos estrangeiros pelo Programa de Estudantes Convênio do MRE – 91 alunos de 1992 a 1995.</p> <p>5- Convênio INTERCAMPUS com governo da Espanha para a mobilidade na graduação.</p> <p>5- Convênios com oferta de estágio de graduação no exterior</p> <p>5- AIESEC para a criação de intercâmbios profissionais</p> <p>5- Bolsas doutorado sanduíche no exterior</p> <p>5- Estágios de pesquisa no exterior para pós-graduação</p> <p>6- de 1992 a 1995 há registro de 215 afastamentos para Doutorado, 69 para pós-doutorado e 749 para congressos no exterior.</p> <p>6- Criação em 1993 do Programa de Português para Estrangeiros junto ao Instituto de Letras.</p>
Gestão 1996- 2000	1-Convênios	<p>1-Em 1998- 53 convênios com IES de 19 países.</p> <p>1-Relações com Universidades Argentinas de Mar</p>

	<p>2- Programas Bilaterais</p> <p>3- Redes e Associações</p> <p>4- Mobilidade docente</p> <p>5- Mobilidade discente</p> <p>6- Formação no exterior</p>	<p>del Plata, Tucumán e Mendoza.</p> <p>2- CAPES-DAAD (Alemanha)</p> <p>2- CAPES-COFECUB (França)</p> <p>2- Fundação Humboldt (Alemanha)</p> <p>2- CAPES- British Council (Reino Unido)</p> <p>2- Fundação Ford e Fullbright (EUA)</p> <p>3- AUGM- (participação da UFRGS em 16 núcleos e comitês e UFRGS participou da Conferência Mundial sobre o ensino superior da UNESCO em 1998 (Paris) e participação de 44 alunos da UFRGS em eventos da Associação com apresentação de trabalhos.</p> <p>3- Rede Santos Dumont (França) Intercâmbio de doutorado e pós-doutorado.</p> <p>3- Programa Alfa com 10 projetos aprovados.</p> <p>4- PCI/AIE foi ampliado ao intercâmbio docente.</p> <p>5- Em 1998 haviam 97 estudantes de pós-graduação e 51 de graduação do exterior na UFRGS.</p> <p>5- PIMA entre AUGM e OEI previa estágio na graduação no exterior. UFRGS recebeu e enviou um aluno em 2000/2.</p> <p>5- Programa PCI/AIE- antigo INTERCAMPUS. Intercâmbio de férias para alunos graduação ou pós-graduação de IES latinas e espanholas. Até ano 2000, a UFRGS enviou 12 participantes e recebeu 12 espanhóis.</p> <p>5- Programa de Mobilidade Acadêmica no MERCOSUL- Apoio financeiro para alunos, docentes e técnicos para participar em eventos na Argentina, no Uruguai, Chile e Bolívia. Em 2000 o Programa ofereceu 53 auxílios.</p> <p>6- Ofertas na UFRGS de formação internacional: Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP); Curso de especialização Integração MERCOSUL; Curso de especialização O Novo Direito Internacional.</p>
Gestão 2000/2004	<p>1-Convênios</p> <p>2- Programas Bilaterais</p>	<p>1- No ano de 2000 a UFRGS assinou 7 novos termos de cooperação internacional, havendo registro de 40 termos vigentes.</p> <p>1- Em 2004 foram assinados 53 protocolos, 100 convênios e 37 contratos, destes, 37 na Engenharia, 11 na informática, 4 na biociências e 4 na química.</p> <p>2- CAPES-FIPSE (EUA) – 4 projetos</p> <p>2- Austin (EUA)</p> <p>2- CAPES-UNIBRAL (Alemanha) – 2 projetos</p> <p>2- CAPES-DAAD –PROBAL (Alemanha)- 11 projetos</p> <p>2- CAPES- BAVIERA – Acordo para cooperação Científica Brasil/Alemanha- 3 projetos</p>

	<p>3- Redes e Associações</p> <p>4- Mobilidade docente</p> <p>5- Mobilidade discente</p>	<p>2- CAPES- <i>Secretaría de Ciencia y Técnica de Argentina</i> (SECyT)- 13 projetos</p> <p>2- CAPES-MEDC (Espanha)- 4 projetos</p> <p>2- CAPES- COFECUB (França) – 22 projetos</p> <p>2- CAPES- BRAFITEC (França)- 2 projetos</p> <p>3- AUGM- I, II e III Cumbre Iberoamericana de Rectores de Universidades Estatales.</p> <p>3- Projeto Columbus com participação de 72 IES européias e latino-americanas.</p> <p>3- Grupo <i>Tordesillas</i>- rede acadêmica formada por universidades de Portugal, Brasil e Espanha- participação de reuniões.</p> <p>4- Dois professores representaram UFRGS em evento da AUGM</p> <p>4- Programa PCI/AIE- a UFRGS enviou 5 professores e 1 gestor e recebeu 1 professora da Espanha.</p> <p>4- Programa de Mobilidade Acadêmica no MERCOSUL- Apoio AUGM sendo que 73 professores e técnicos participaram com auxílio.</p> <p>5- PIMA- participação de 2 alunos da UFRGS.</p> <p>5- Alunos estrangeiros pelo PEC-G– 12 alunos em 2003.</p> <p>5- A UFRGS recebeu 107 alunos internacionais para estudo mediante convênio e 207 afastamentos de alunos da UFRGS para complementação de estudos no exterior.</p> <p>5- Programa ESCALA da AUGM para intercâmbio de alunos da Graduação para um semestre incluído no Programa de Iniciação Científica-25 alunos cursaram em IES Argentinas e UFRGS recebeu 25 alunos .</p> <p>5- 113 alunos representaram a UFRGS em evento da AUGM.</p> <p>5- CAPES-UNIBRAL- a UFRGS recebeu 3 alunos alemães para estágio.</p> <p>5- Programa PCI/AIE- a UFRGS recebeu 3 alunos espanhóis e enviou 6 alunos para estágio em IES da Espanha e enviou mais 4 alunos graduação e 2 alunos da pós-graduação à Espanha.</p> <p>5- Dupla diplomação com a França (Grandes Écoles de Engenharia da França)- participação 3 alunos da UFRGS.</p> <p>5- Mantém-se a procura pelo Programa de Português para Estrangeiros – recebimento em 2003 de 11 alunos.</p>
--	--	---

		<p>5- Criação de Encontro de Estudantes Internacionais na UFRGS para orientações e assessoria.</p> <p>5- Criação de Manual do Aluno Internacional.</p> <p>5-Criação do MERCOPRÊMIO para apoio financeiro a propostas acadêmicas que visam solucionar demandas sociais no âmbito do MERCOSUL.</p> <p>5- Legislação interna que permite o aproveitamento de estudos de graduação feitos em outras IES.</p>
Gestão 2004/2007	<p>1-Convênios</p> <p>4- Mobilidade docente</p> <p>5- Mobilidade discente</p> <p>6- Formação no exterior</p>	<p>1- No ano de 2006 a UFRGS mantinha 109 convênios/protocolos vigentes.</p> <p>4- Programa ESCALA da AUGM para intercâmbio de docentes – 6 professores da UFRGS participaram</p> <p>4- Programa de Mobilidade Acadêmica no MERCOSUL- Apoio AUGM sendo que 15 professores participaram com auxílio.</p> <p>5- A UFRGS recebeu 42 estudantes asiáticos.</p> <p>5- Mantém-se a procura pelo Programa de Português para Estrangeiros – recebimento em 2007 de 43 alunos asiáticos.</p> <p>5- Programa ESCALA da AUGM para intercâmbio de alunos da Graduação para um semestre incluído no Programa de Iniciação Científica- 10 alunos da UFRGS cursaram em IES do Programa.</p> <p>5-Programa Santander de Bolsas Luso-brasileiras (Universidades de Portugal)- 10 alunos da UFRGS foram contemplados.</p> <p>5- Programa Santander de Bolsas Universidad Autónoma de Madrid (UAM)- 6 alunos da UFRGS foram contemplados</p> <p>5- Recebimento de alunos estrangeiros pelo PEC-G e pelo PEC-PG.</p> <p>5- Divulgação de oportunidades de intercâmbio- média de 120 por ano.</p> <p>5- Intercâmbio com Universidade do Porto (Portugal)</p> <p>5- Intercâmbio com Universidade de Tübingen (Alemanha)</p> <p>5- Intercâmbio com Universidade do Texas/ Austin(EUA)</p> <p>5- Intercâmbio com Universidades do Québec (Canadá)</p> <p>6- Criação do Centro de estudos Brasil-África do Sul.</p> <p>6- Implantação de 3 mestrados em Cabo Verde pelo Pró-África/CNPq.</p> <p>6- Curso de Gestão da Internacionalização Universitária com ANDIFES.</p>

<p>Gestão 2008/2012* * dados até 2011</p>	<p>1-Convênios</p> <p>3- Redes, Associações, consórcios</p> <p>4- Mobilidade docente</p> <p>5- Mobilidade discente</p> <p>6- Eventos internacionais</p>	<p>1-UFRGS criou em 2009, 18 novos Acordos de Cooperação, em 2010 foram 28 e em 2011 há registro de 28 novos acordos, sendo que ao final de 2011 havia 211 vigentes.</p> <p>3- Consórcios Erasmus Mundus</p> <p>4- Programa da AUGM para intercâmbio de docentes – 30 professores da UFRGS participaram</p> <p>5- Mantém-se a procura pelo Programa de Português para Estrangeiros – recebimento em 2008 de 43 alunos asiáticos.</p> <p>5- Programa da AUGM para intercâmbio de alunos da Graduação - 73 alunos da UFRGS cursaram em IES do Programa.</p> <p>5- Jornadas de pesquisa AUGM- participação de 95 alunos da UFRGS.</p> <p>5- Intercâmbio com Universidade do Porto (Portugal)</p> <p>5- Intercâmbio com Universidade de Tübingen (Alemanha)</p> <p>5- Intercâmbio com Universidade do Texas/ Austin(EUA)</p> <p>5- Intercâmbio com Universidades do Québec (Canadá)</p> <p>5- Recebimento de alunos estrangeiros pelo PEC-G.</p> <p>5- Programa Santander de Bolsas Luso-brasileiras (Universidades de Portugal)- 43 alunos da UFRGS foram contemplados.</p> <p>5- Programa Santander de bolsas Universidad Autónoma de Madrid (UAM)- 24 alunos da UFRGS foram contemplados</p> <p>5- Programa Santander de bolsas Fórmula- 3 alunos da UFRGS foram contemplados</p> <p>5- Programa Santander de bolsas Ibero-Americano- 5 alunos da UFRGS foram contemplados</p> <p>5- Programa de bolsas Erasmus Mundus /EBW- 70 alunos da UFRGS foram contemplados</p> <p>5- Programa de bolsas Erasmus Mundus /EUBRANEX- 16 alunos da UFRGS foram contemplados</p> <p>5- Programa de bolsas Erasmus Mundus /START UP- 16 alunos da UFRGS foram contemplados</p> <p>5- Bolsistas internacionais da UFRGS pelo Erasmus Mundus- 16</p> <p>6- Evento anual de Relações Internacionais na UFRGS e I Salão de Relações Internacionais.</p> <p>6- Tradução da página da RELINTER para inglês,</p>
---	---	--

	7-Interno	<p>francês, espanhol e alemão e elaboração de material institucional em Português, Inglês, Espanhol, Francês, Alemão e Chinês.</p> <p>6-Realização curso CRIA/ANDIFES de Internacionalização das Universidades Brasileiras-participação de 58 assessores internacionais.</p> <p>6- Seminário França na UFRGS e Ano da Alemanha na UFRGS</p> <p>6- RELINTER recepcionou 130 delegações internacionais</p> <p>6- recepção de 800 alunos internacionais.</p> <p>6- Participou de eventos e feiras: AUGM, Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), ANDIFES/CRIA, Grupo <i>Tordesillas</i>, Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, Programas Santander UAM, Universidade do Porto, Erasmus Mundus União Européia Programas EBW II, EUBRANEX II e START UP, Cumbre de Rectores de las Universidades Caribeñas y de América Latina, Expo-Shanghai, Campus France, DAAD,Copenhagen, Europós e</p> <p>6- Missão internacional à Bélgica e à Ásia <i>Technische Universität München</i>.</p> <p>6- Estabelecimento do Instituto Confúcio de Língua e Cultura Chinesa na UFRGS.</p> <p>7- Criação do Espaço Internacional</p> <p>7- Criação Programa Intercâmbio em Casa para famílias acolherem estrangeiros</p> <p>7- Criação Programa Amigo Internacional para estudantes auxiliarem na acolhida de alunos estrangeiros</p>
--	-----------	---

Fonte: Relatórios de Gestão, criação autora.

APÊNDICE C – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista para Coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais

Data: 17/09/2012

No cargo deste: 2008

Perguntas introdutórias:

- Como a senhora define o processo de “Internacionalização do ensino superior”?
- Como a senhora avalia a questão da internacionalização da UFRGS?

Histórico RELINTER:

- Fale um pouco do surgimento e evolução da RELINTER (surgimento, motivações, mudanças ocorridas, principais atores, etc.)
- Na sua opinião, que momento na história da UFRGS a internacionalização merece destaque? Por quê?

Estrutura:

- O atual quadro técnico comporta as atividades de responsabilidade da RELINTER?
- O orçamento anual da RELINTER prevê quais gastos? Qual o valor anual com relação à receita anual da UFRGS? Como é o planejamento com a Reitoria? Ele tem tido gradativo aumento? A RELINTER capta recursos externos, se sim quais?

1-Políticas de internacionalização

Formulação

- Como a RELINTER tem atuado e se posicionado para o planejamento estratégico da internacionalização da UFRGS?
- Pode-se afirmar que a UFRGS possui uma política de internacionalização? Desde quando? Quais são as principais metas dessa política?
- Quais são as áreas nas quais houve maiores avanços do processo de internacionalização? Quais são os principais resultados atingidos e as perspectivas para o avanço da internacionalização?
- Como essa política abrange o ensino, a pesquisa e a extensão?
- Na sua opinião, a política de internacionalização é uma prioridade à UFRGS? Se sim, por quê?
- A política de internacionalização é uma prioridade ou ainda é fragmentada na UFRGS ? Se sim, por quê?

- Como é lidar com a gestão máxima da UFRGS sobre este tema?

Prioridades/razões?

- Qual o principal papel da RELINTER à internacionalização da UFRGS?
- De que forma a RELINTER atua com as diferentes unidades e setores da UFRGS para que ocorra internacionalização institucional?
- Quais são as 3 principais razões que têm levado a UFRGS a se internacionalizar?
- Na sua opinião a internacionalização nas diferentes unidades acadêmicas da UFRGS ocorre de forma equilibrada? Por quê?

2-Ações de internacionalização

- Quais são as principais ações de internacionalização promovidas pela RELINTER?
- Quais têm sido os resultados destas ações? Indicativos concretos de que estas ações têm dado maior destaque à internacionalização da UFRGS?
- Quais outras ações serão implementadas?
- Como a UFRGS vincular as novas tecnologias às ações de internacionalização de seu?
- A atuação da RELINTER direciona à busca por melhor posição da UFRGS em *rankings* internacionais? Se sim, de que forma?

Acordos-

- Qual a importância dos Acordos e Protocolos de Cooperação para a internacionalização da UFRGS?
- Quais são os principais projetos de cooperação internacional em andamento e os objetivos perseguidos?
- Quais são as principais universidades estrangeiras/países destas com as quais a UFRGS mantém relações de cooperação acadêmica? Quando elas tiveram início?
- Como o gestor e o técnico das unidades acadêmicas é preparado a atuar e promover a internacionalização da UFRGS por meio da cooperação?

3-Dados quantitativos:

- Quais são os principais indicadores utilizados para medir o nível da internacionalização da UFRGS?

Alunos:

- A UFRGS possui um banco de dados com informações sobre a mobilidade de alunos nacionais e estrangeiros (*in e out*) da Graduação, Pós-Graduação, estudo de língua estrangeira, bolsas pesquisa, entre outros?
- A UFRGS recebe, regularmente, estudantes estrangeiros? (Em caso positivo) De que países, quais são as instituições de origem e qual a duração de sua permanência no

Brasil? quantos anualmente? Qual a origem desses estudantes? Qual o curso frequentam? Qual atividade realizam? Recebem alguma bolsa auxílio? Vêm por meio de qual programa ou Acordo? Como são acompanhados na UFRGS?

Professores:

- A UFRGS possui um banco de dados com informações relativas à mobilidade internacional de docentes?

- A UFRGS recebe regularmente professores visitantes estrangeiros? (Em caso positivo) Duração da estadia, atividades desenvolvidas, financiamento e instituição de origem. Vêm por meio de qual programa ou Acordo? Como são acompanhados na UFRGS?

- A UFRGS envia regularmente professores ao exterior? (Em caso positivo) Duração do afastamento, atividades desenvolvidas, financiamento e instituição de destino, viajam por meio de qual programa ou Acordo.

- Há incentivo para a vinda de professores estrangeiros para permanecerem na UFRGS? Quantos professores internacionais atuam na UFRGS? Qual a origem desses professores?

4- Catalisadores da Internacionalização

- Quem têm sido os principais catalisadores/líderes do processo de internacionalização da UFRGS? A RELINTER, os Programas de Pós-Graduação, os professores, pesquisadores ou os alunos?

- O processo de internacionalização da UFRGS tem contado com o apoio da Administração Central da UFRGS e das Unidades Acadêmicas?

5-Resistências

- Há alguma resistência à internacionalização da UFRGS? Se sim, quais as principais fontes desta resistência (alunos, professores, técnicos, administração)? Motivos apontados?

6- Obstáculos

- Quais são os obstáculos enfrentados pelo RELINTER para avançar com o processo de internacionalização da UFRGS?

7- Benefícios

- Quais são os principais benefícios da internacionalização do Programa para atingir maior nível de excelência e reconhecimento internacional?

8-Riscos

- Quais são os principais riscos da internacionalização da UFRGS?

9-Política externa

- Como a Sra. avalia o papel do MEC, FAPERGS, CAPES, CNPq e outros organismos (estaduais, nacionais, e/ou estrangeiros) no processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil?

Roteiro de entrevista para Reitor

Data: 14/08/2012

No cargo deste: 2008

Perguntas introdutórias:

- O que o senhor entende por “internacionalização do ensino superior”?
- Qual é sua avaliação sobre o nível de internacionalização atingido pelas IFES brasileiras?
- Como o(a) senhor(a) avalia a questão da internacionalização da UFRGS?
- Quais são os principais indicadores utilizados para medir o nível de internacionalização da UFRGS?
- Quais são, na sua opinião, as áreas que atingem um patamar mais elevado de internacionalização ?

1-Políticas de internacionalização:

Formulação

- A UFRGS possui uma política de internacionalização? Se sim, desde quando? Quais são as principais diretrizes dessa política e programas em andamento?
- O que está previsto para a nova gestão? Em que documento está disponível?
- Qual o papel da reitoria na definição dessa política?
- A política de internacionalização é uma prioridade à UFRGS? Se sim, por quê?
- Quais são as principais metas da UFRGS relativo à sua internacionalização? Quis ações estão sendo planejadas para concretizar estas metas?

Prioridades/razões?

- Quais são as principais razões para a UFRGS se internacionalizar?

2- Ações de internacionalização

- Quais são as principais ações de internacionalização existentes na UFRGS?
- Na sua opinião a internacionalização nas diversas áreas do conhecimento é equilibrada?
- Como o gestor é preparado e o técnico são preparados para promover a internacionalização da UFRGS?
- Como avalia a posição da UFRGS em *rankings* internacionais tendo em vista que está colocadas entre as 500 melhores IES do mundo?

3- Catalisadores da Internacionalização

- Quem tem sido o principal catalisador da internacionalização da UFRGS (aluno, professor, pesquisadores, RELINTER, governo ou a reitoria)?

- De onde parte a demanda da internacionalização?

- Como o senhor avalia o trabalho da RELINTER para a promoção da internacionalização da UFRGS?

Resistências

- Qual a principal fonte da resistência à internacionalização da UFRGS (aluno, professor, técnico, universidade)? Por quê?

Obstáculos

- Quais são os obstáculos enfrentados pela UFRGS no seu processo de internacionalização?

Benefícios

- Quais são os principais benefícios da internacionalização da UFRGS?

Riscos

- Quais são os principais riscos da internacionalização da UFRGS?

Políticas externas

- Como o Sr. Avalia o papel do MEC, FAPERGS, CAPES, CNPq e outros organismos (estaduais, nacionais, e/ou estrangeiros) no processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil e da UFRGS?

Roteiro de entrevista para Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação avaliados (PPGC, PPGBM, PPGFis, PPGE3M e PPGQ)

Datas: 13/08/2012; 13/08/2012; 13/08/2012; 22/08/2012; 22/08/2012.

Perguntas introdutórias:

- Como o(a) senhor(a) define o processo de “Internacionalização do ensino superior”?

- Em sua opinião, as IFES brasileiras possuem políticas e projetos de internacionalização?

- Como o(a) senhor(a) avalia a questão da internacionalização da UFRGS?

1-Políticas de internacionalização

Formulação

- Pode-se afirmar que a UFRGS possui uma política de internacionalização? Desde quando? Quais são as principais metas dessa política?

- Quais são as áreas nas quais houve maiores avanços do processo de internacionalização?
Quais são os principais resultados atingidos e as perspectivas para o avanço da internacionalização?

- Qual o papel do seu Programa na internacionalização da UFRGS?

- Como essa política abrange o ensino, a pesquisa e a extensão?

- Na sua opinião, a política de internacionalização é uma prioridade à UFRGS? Se sim, por quê?

- A política de internacionalização é uma prioridade no seu Programa? Se sim, por quê?

- Qual é a relação do Programa com outras unidades e setores da UFRGS para que ocorra a implementação da política de internacionalização institucional?

Prioridades/razões

- Quais são as principais razões que levaram o Programa a desenvolver uma política de internacionalização?

- Quando a internacionalização teve início no Programa e quais são suas principais etapas e perspectivas futuras?

2-Ações de internacionalização

- Quais são as principais ações em desenvolvimento voltadas ao avanço da internacionalização do Programa?

- Estas ações têm dado maior destaque à internacionalização da UFRGS?

- Quais são as principais universidades estrangeiras com as quais o Programa mantém relações de cooperação acadêmica? Quando elas tiveram início?

- Quais são os principais projetos de cooperação internacional em andamento e os objetivos perseguidos?

- Qual a importância dos Acordos e Protocolos de Cooperação para o seu Programa?

- Como são geridos e gerenciados os objetivos de Acordos e Protocolos de Cooperação em seu Programa?

- Na sua opinião a internacionalização nos diversos Departamentos, Programas é equilibrada? Por quê?

- A UFRGS e o seu Programa busca vincular as novas tecnologias às ações de internacionalização de seu Programa? Se sim, como?

- Como o gestor e o técnico do seu Programa são preparados a atuar e promover a internacionalização da UFRGS?

- A atuação do seu Programa interfere na colocação da posição da UFRGS em *rankings* internacionais? Se sim, de que forma?

- As ações de internacionalização desenvolvidas no Programa são direcionadas especificamente às demandas internas da unidade, ou priorizam a instituição?

3-Dados quantitativos

Alunos

- O Programa possui um banco de dados com informações sobre a mobilidade internacional de alunos nacionais e estrangeiros (afastamentos e vinda de alunos estrangeiros)?

- Este Programa recebe, regularmente, estudantes estrangeiros? (Em caso positivo) De que países, quais são as instituições de origem e qual a duração de sua permanência no Brasil? quantos anualmente? Qual a origem desses estudantes? Qual o curso frequentam? Qual atividade realizam? Recebem alguma bolsa auxílio? Vêm por meio de qual programa ou Acordo? Como são acompanhados na UFRGS?

- Alunos deste Programa realizam estudos em instituições estrangeiras? (Em caso positivo) Quais são os países e as instituições de destino? Quais as atividades que desenvolvem, a duração de seu afastamento e as fontes de financiamento? Viajam por meio de qual programa ou Acordo?

Professores

- O Programa tem um banco de dados com informações relativas à mobilidade internacional de seus docentes?

- O Programa recebe regularmente professores visitantes estrangeiros? (Em caso positivo) Duração da estadia, atividades desenvolvidas, financiamento e instituição de origem. Vêm por meio de qual programa ou Acordo? Como são acompanhados na UFRGS?

- O Programa envia regularmente professores ao exterior? (Em caso positivo) Duração do afastamento, atividades desenvolvidas, financiamento e instituição de destino, viajam por meio de qual programa ou Acordo.

- Há incentivo para a vinda de professores estrangeiros para permanecerem no Programa? Quantos professores internacionais atuam no Programa? Qual a origem desses professores?

- Na sua opinião as publicações internacionais dos professores incentivam a internacionalização do Programa? Existe incentivo?

- Os professores do Programa publicam regularmente seus trabalhos em periódicos estrangeiros ou nacionais? No último ano (2011) quantos artigos foram publicados no exterior?

- Existe verba específica para ações internacionais do Programa?

4- Catalisadores da Internacionalização

- Quem têm sido os principais catalisadores/líderes do processo de internacionalização do Programa? A coordenação, os professores, pesquisadores ou os alunos?

- O processo de internacionalização do Programa tem contado com o apoio da Administração Central da UFRGS e de sua Unidade e Departamentos?

5-Resistências

- Quais as principais fontes da resistência à internacionalização deste Programa (alunos, professores, técnicos, administração)? Motivos apontados?

6- Obstáculos

- Quais são os obstáculos enfrentados pelo Programa para avançar em seu processo de internacionalização?

7- Benefícios

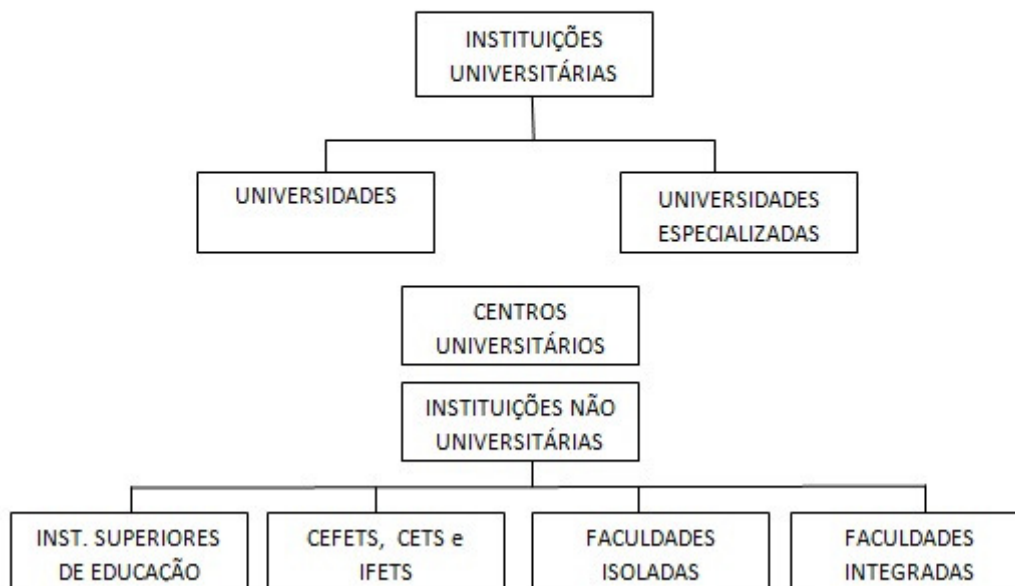
- Quais são os principais benefícios da internacionalização do Programa para atingir maior nível de excelência e reconhecimento internacional?

8-Riscos

- Quais são os principais riscos da internacionalização da UFRGS no Programa?

9-Política externa

- Como o(a) Sr(a). avalia o papel do MEC, FAPERGS, CAPES, CNPq e outros organismos (estaduais, nacionais, e/ou estrangeiros) no processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil?

ANEXO A – ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DAS IES BRASILEIRAS

Fonte: NEVES (2002, p. 47).

ANEXO B - COORDENADORES DAS AÇÕES INTERNACIONAIS POR UNIDADE

INSTITUTO	NOME
Escola de Administração	Prof. Padula
Escola de Educação Física	Marco Aurelio Vaz
Escola de Enfermagem	Regina Rigarro Witt
Escola de Engenharia	João Manoel Gomes da Silva
Faculdade de Agronomia	Emerson Medeiros Del Ponte
Faculdade de Arquitetura	Renato Fiori
Faculdade de Bibliotec. e Comunicação	Ida Regina Chitto Stumpf (12 meses)
Faculdade de Ciências Econômicas	Nome não informado
Faculdade de Direito	Claudia Lima Marques
Faculdade de Educação	Prof. Dr. Luis Armando Gandin
Faculdade de Farmácia	Profa. Renata Limberger
Faculdade de Medicina	Prof. Rogério Friedman
Faculdade de Odontologia	Profa. Dalva Padilha e Prof. Cassiano Rösing
Faculdade de Veterinária	Prof. Hamilton Luiz de Souza Moraes
Instituto de Artes	Profa. Sandra Terezinha Rey (titular) Profa. Any Raquel Souza de Carvalho (suplente)
Instituto de Biociências	Dr. Valério de Patta Pillar
Instituto de Ciências Básicas da Saúde	Profa. Carla Dalmaz
Instituto de Ciências e Tec. De Alimentos	Prof. Jupiter Palagi de Souza e Prof. Jean Philippe Palma Fevillion
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Ondina Fachel Leal
Instituto de Física	José Roberto Iglesias
Instituto de Física Strasbourg	Maria Beatriz Gay Ducatti
Instituto de Geociências	José Carlos Frantz
Instituto de Informática	Prof. Nicolas Maillard
Instituto de Letras	Profa. Dra. Lucia Rabello
Instituto de Matemática	Gilmar Trevisan
Instituto de Pesquisas Hidráulicas	Nome não informado
Instituto de Psicologia	Claudio Simon Hutz
Instituto de Química	Profa. Nádyá Pesce da Silveira

Fonte: RELINTER

ANEXO C - CONSTRUÇÃO DE MODELO DE INDICADORES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

1 Aspectos Gerais

A gestão em geral	<ul style="list-style-type: none"> - A relação do gestor com a internacionalização. - As ações do gestor priorizam e/ou incentivam a internacionalização.
Professores	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência e formação internacional dos professores. - Recrutamento de professores internacionais. - Professor visitante.
Jovens pesquisadores, candidatos de doutorado e pós-doutorado	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência e formação no exterior. - Candidatos do exterior.
Técnico administrativo	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento de língua estrangeira. - Participação em programa de intercâmbio internacional. - Número de empregados no exterior de RI ou Equivalente.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento para cooperação internacional com proporção do total de IES. - Número de funcionários/vagas para atender RI.
Network Internacional	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias ativas. - Participações em eventos internacionais. - Membro de redes internacionais.

2 Pesquisa acadêmica

Professores	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência e formação internacional dos professores. - Recrutamento de professores internacionais. - Professor visitante.
Network internacional em pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Fundos externos. - Recursos derivados de projetos com parceria internacional. - Número de comitês e atividades, associações profissionais internacionais. - Número de condições em jornais internacionais. - Número de doutorados internacionais.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento de cooperação de pesquisa internacional e bolsas para doutorado. - Bolsas ofertadas pela IES para candidatos internacionais a doutorado.
Projeto de pesquisa internacional	<ul style="list-style-type: none"> - Número de projetos com parceria internacional. - Número de pesquisadores envolvidos em projeto de pesquisa com cooperação internacional. - Número de projetos com fundos internacionais.
Resultados da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Número de publicações internacionais por pesquisador. - Número de citações por “<i>paper</i>”. - Número de contribuições em conferências internacionais para

	professor. - Número de patentes internacionais por professor.
Jovem pesquisador	- Experiência e formação no exterior. - Número de duplo diploma.

3 Ensino e estudo

Professores	- Número de professore que lecionam disciplina em língua estrangeira. - Número de professores que passam ao menos 1 semestre no exterior. - Atividade no exterior como visitante. - Formação doutorado no exterior. - Com experiência profissional do exterior. - Recrutamento de outras nacionalidades.
Estudantes (Graduação e Mestrado)	- Número de estudantes internacionais. - Número de estudantes internacionais de intercâmbio. - Número de estudantes de IES ao exterior. - Número de estudantes de duplo diploma. - Estágio internacional.
Serviço e administração	- Número de postos para auxílio a estudantes de intercâmbio. - Centro de orientação internacional. - Funcionários internacionais. - Aulas de aprendizagem intercultural. - Informações sobre países/culturas.
Network internacional para ensino e aprendizagem	- Número de estudantes em intercâmbio <i>in e out</i> . - Número de estudantes em intercâmbio <i>in e out</i> relativo ao número de acordos. - Membro ativo de associações especializadas em network internacional.
Recursos	- Bolsas para período no exterior. - Orçamento para marketing em internacionalização, comparado ao orçamento total. - Fundos para aulas de visitantes. - Fundos e suporte para estadas próprias no exterior.
Programas de Estudo / Currículo	- Proporção de cursos ofertados em língua estrangeira. - Currículos internacionais. - Número de línguas estrangeiras ofertadas. - Reconhecimento de créditos no exterior. - Ofertas de programas sobre interculturalidade.
Graduados	- Egressos com duplo diploma. - Egressos graduados de outra nacionalidade. - Informações sobre desenvolvimento profissional dos graduados.
Reputação internacional	- Número de publicações internacionais por programa. - Número de aplicantes internacionais.

Fonte: Adaptado Brandenburg e Federkeil (2007). Tradução nossa.

**ANEXO D – TAREFAS E FUNÇÕES DO SETOR DE MOBILIDADE
INTERNACIONAL DA UFRGS**

SETOR DE MOBILIDADE RELINTER – PROPOSTA DIVISÃO DE TAREFAS				
Gestão de programas de mobilidade américa latina + ciência sem fronteiras + apoio mobilidade <i>in</i>	Gestão da mobilidade <i>in</i> e erasmus mundus	Gestão da mobilidade <i>out</i> : Acompanhamento de acordos de cooperação e ciência sem fronteiras	Gestão mobilidade <i>out</i> : Atendimento sem bolsa + santander	
-Programa Escala Estudantil -Programa Escala Docente -Comitês acadêmicos e núcleos disciplinares da AUGM -Jornadas dos jovens pesquisadores da AUGM -Gestão programa PMM -Gestão Programa BRAMEX -Gestão programa Marca -Articulação com casa do estudante -Divulgação e palestras programas com bolsa <i>OUT</i> -Apoio Ciência sem Fronteiras -Apoio mobilidade <i>IN</i>	-Divulgação da UFRGS para universidades parceiras -Preparação de sessões de informação e recepção de alunos <i>IN</i> -Abertura de processos e acompanhamento de matrículas de alunos <i>IN</i> -Interface com COMGRADs para matrícula de estrangeiros e nomeação de tutores -Articulação com portugueses para estrangeiros -Eventos de integração com alunos internacionais -Interface com PROPG -Gestão do programa Erasmus Mundus -Gestão de processos pesquisador externo internacional -Interface com RU -Guia do estudante internacional -Amigo internacional -Questionários de avaliação estudante <i>IN</i> -Recepção do aluno internacional – busca de dados para envio de convites -Guia de acomodações -Intercâmbio em casa	-Banco de dados mobilidade <i>out</i> -Guia de mobilidade <i>OUT</i> -Seleções -Gestão do programa Ciência sem Fronteiras - recepção candidaturas, edital, regras seleção, contato com as COMGRADs, homologação, contato com CAPES/CNPq), relatórios -Contato para realização dos testes IELTS e onDaf; curso gratuito de inglês para os alunos -Contato com IES conveniadas (vagas, áreas) e acompanhamento de acordos de cooperação -Envio de candidaturas editais sem bolsa e acompanhamento (prorrogação)	-Santander Luso -Santander UAM -Formula Santander -Santander Ibero-Americanas -Santander Top UK -Santander Top China -Editais para mobilidade <i>out</i> sem bolsa -Interface com COMGRADs para envio de candidaturas <i>out</i> -Articulação com Instituto de Letras para provas de proficiência anuais ou semestrais -Seleções editais sem bolsa -Atendimento externo (telefone, e-mail, presencial) -Palestras informativas estudantes <i>out</i> -Orientações alunos <i>OUT</i> (afastamento, recebimento atestado de notas)	

Fonte: RELINTER

